



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O DESEMPREGO E SEUS INDICADORES

Luciano de Souza Costa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Luciano de Souza Costa em 29/05/2002 e orientado pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.

CPG, 29/05/2002

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Campinas, 2002

UNIDADE 30
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C823a
V _____ EX _____
TOMBO BCI 5-10-15
PROC 16-837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 27/09/02
Nº CPD _____

CM00174322-6

BIB ID 259188

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

C823d Costa, Luciano de Souza
O desemprego e seus indicadores / Luciano de Souza Costa. -
Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Paulo Eduardo de Andrade Baltar.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia.

1. Desemprego. I. Baltar, Paulo Eduardo de Andrade.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta poesia a Cláudia

Doente de Amor

Fica-se doente de amor?

Isso eu não sei ...

Mas, se me faltam teus beijos e teu calor,
Tenho febre de amor.

Fica-se com febre de amor?

Sim, disso eu sei ...

É uma febre estranha, gozada e tamanha,
Que a alma aquece e o corpo assanha.

Pega-se essa febre de amor?

Hum, disso pouco sei...

Mas é uma febre que aparece,
Dos sentimentos que a saudade tece.

Alivia-se dessa febre de amor?

Sim, mas também disso pouco sei...

Mas sei que a febre esmorece,
Quando a alma está aquecida e o corpo exausto
Enfim adormece.

Ah, como é bom por ti arder de amor...

Como é gostoso padecer desse calor !

Dessa febre vale a pena ficar à mercê,

Porque gosto muito – gosto muito de você!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente :

Aos meus familiares;

meus pais,

Iracy de Souza Costa e

Adão Gonçalves da Costa,

meus irmãos,

Cristiano de Souza Costa e

Lúcio Flávio de Souza Costa

E, aos outros familiares como : minha avó materna Terezinha, minha cunhada Celaine e meu sobrinho Cristiano Filho, minha comadre Silmair e minha afilhada Brenda, meus tios e tias, primos e primas.

Ao meu grande amigo

Cinval Filho dos Reis

A todos os meus professores e funcionários :

do Curso de Economia da Universidade Federal de Uberlândia,
em especial, ao professor Brandão, que hoje está na UNICAMP, e a funcionária e meu anjo da guarda Ana de Castro

do Curso de Economia da Universidade Estadual de Campinas,
em especial, ao professor Tápia e ao funcionário Licério

Em particular, agradeço ao meu orientador Baltar, que com sua atenção, dedicação e sabedoria, foi fundamental para a realização deste trabalho.

E, por fim, agradeço a Deus por realizar o sonho de sonhar o real.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I HISTÓRICO-TEÓRICO	7
1. O DESEMPREGO : UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DATADA E LOCALIZADA	8
1.1 INTRODUÇÃO	8
1.2 A GÊNESE DA NOÇÃO DE DESEMPREGO.....	9
1.3 A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA DESEMPREGO	22
1.4 A DESAGREGAÇÃO DO MODELO DE FORÇA DE TRABALHO	33
1.5 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AO CAPITULO I	37
CAPÍTULO II PRATICAS NACIONAIS	39
2. OS INDICADORES :AS PESQUISAS DOMICILIARES DE MÉXICO, EUA, FRANÇA E BRASIL.....	40
2.1 INTRODUÇÃO	40
2.2 MÉXICO - A PESQUISA NACIONAL DE EMPREGO URBANO.....	40
2.3 EUA – A PESQUISA DA POPUALAÇÃO ATIVA.....	48
2.4 FRANÇA - A PESQUISA SOBRE O EMPREGO	59
2.5 BRASIL - AS PESQUISAS SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO; PME x PED.....	67
2.6 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AO CAPITULO II.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	99
ANEXOS	105

INDÍCE

QUADROS

Quadro 1 - Definições das categorias das ENE.....	43
Quadro 2 - Parâmetros metodológicos da ENE.....	44
Quadro 3 - Indicadores complementares de desemprego da ENE de 1987.....	45
Quadro 4 - Indicadores alternativos de desemprego da CPS de 1976.....	51
Quadro 5 - Principais mudanças na CPS de 1994.....	53
Quadro 6 - Novos itens coletados pela CPS em 1994.....	54
Quadro 7 - Algumas mudanças conceituais na CPS de 1994.....	55
Quadro 8 - Definições das categorias da CPS.....	56
Quadro 9 - Situações de desemprego na CPS.....	57
Quadro 10 - Situações de emprego na CPS.....	58
Quadro 11 - Indicadores alternativos de desemprego da CPS de 1994.....	59
Quadro 12 - Indicadores de desemprego da ANPE de 1995.....	60
Quadro 13 - Definições das categorias do INSEE.....	63
Quadro 14 - Definições das categorias da PME de 1980.....	69
Quadro 15 - Parâmetros para a classificação das categorias da PME de 1980.....	69
Quadro 16 - Conceitos e definições introduzidos na PME de 1982.....	73
Quadro 17 - Conceitos reformulados na PME de 1982.....	73
Quadro 18 - Regiões de abrangência/ano de implantação/respectivas entidades produtoras PED.....	76
Quadro 19 - Parâmetros para a classificação das categorias da PED.....	77
Quadro 20 - Definições das categorias da PED.....	78
Quadro 21 - Temas investigados pela PED – segundo Barros.....	79
Quadro 22 - Conceitos PME X PED.....	85
Quadro 23 - Principais diferenças entre a PME e PED quanto a classificação da condição de atividade.....	86
Quadro 24 - Principais características das pesquisas domiciliares.....	89
Quadro 25 – Procedimentos para a classificação da condição de atividade dos 4 países.....	90

Figuras

Figura 1 – Situações intermediárias entre as categorias tradicionais.....	36
---	----

RESUMO

O aparecimento com grande relevância de outros tipos de desemprego revelou a difícil expressão sintética do estado do mercado de trabalho através de indicadores simples de desemprego aberto. Isto resultou na própria imprecisão conceitual do desemprego. As estatísticas de emprego e desemprego foram tornando-se, assim, ao passar dos anos, em particular nestes últimos anos, ineficientes quanto aos seus objetivo de expressar o estado do mercado de trabalho. Ou seja, as estatísticas não conseguem mais dimensionar o grosso do desemprego, deixando ao largo um grande número de pessoas que poderiam ser classificadas como desempregadas e que são consideradas, erroneamente, como ativas ou ocupadas. Neste sentido, o conceito de *desemprego aberto*, entendido como aquele no qual há *falta completa de trabalho* combinado com a *disponibilidade para o trabalho* e a *procura efetiva*, não mais representa o grosso do contingente desempregado, devido a existência crescente de outros tipos de desemprego.

Portanto, o objetivo central dessa pesquisa é discutir, refletir e avaliar a problemática que envolve as estatísticas de emprego e desemprego representadas por indicadores sintéticos como a taxa de desemprego aberto, dado um contexto de grandes transformações sócio-econômicas e ritmo relativamente baixo de atividade econômica.

“A consciência humana é *reflexa* e ao mesmo tempo *projeção*, registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa.”

Karel Kosík

“(…) não é somente a matéria de minha atividade que é me dada como produto social (...), é a minha própria existência que é atividade social (...) também a consciência do homem é já de antemão, um produto social, porque ela não é somente a consciência da pessoa individual, mas sim do indivíduo em conexão com toda a sociedade e da sociedade toda em que vive.”

Karl Marx

INTRODUÇÃO

A crise no Mundo do Trabalho vislumbrada pela precarização do trabalho, pela queda dos salários reais, pelo aumento do setor informal, do subemprego, da subcontratação, como também, pelas elevadas taxas de desemprego aberto, e principalmente, pelo aparecimento de formas atípicas de ocupação e de novos tipos de desemprego reacendeu uma velha discussão sobre a eficiência e a eficácia das estatísticas de emprego e desemprego no que se refere a mensuração de recorrentes fenômenos no mercado de trabalho, em específico, do desemprego¹.

Ademais, o aparecimento dessas novas formas de trabalho mais flexíveis e mais precárias, bem como desses novos tipos de desemprego, fez com que a realidade do mercado de trabalho fosse transformada de tal maneira que, os simples conceitos formulados na década de 50 tornassem pouco descritivos desta realidade². Neste sentido, o *fenômeno desemprego tornou-se mais complexo*, pois este assume fundamentalmente uma nova forma não redutível ao desemprego aberto, típico dos países desenvolvidos até os anos 70³.

Atualmente, em quase todos os países do mundo, há uma discussão sobre a capacidade aferição das estatísticas de emprego e desemprego. Vários estudiosos têm discutido esta questão, apontando algumas limitações e dificuldades das estatísticas na apreensão do atual desemprego. Estes estão constatando, quase sempre, a discrepância entre os dados divulgados sobre o mercado de trabalho e a realidade⁴. Segundo CATTANI (1996), de acordo com a OCDE, se fossem adotados novos critérios para a classificação de trabalho, as taxas de desemprego em média subiriam cerca de 40%⁵.

¹ Nas palavras de FREYSSINET (1991:15), "périodiquement renaissent des controverses sur la validité et la l'honnêteté de la mesure statistique du chômage".

² Ver HOFFMANN & BRANDÃO (1996)

³ Período este no qual se combinou crescimento e estabilidade econômica com incorporação da mão-de-obra excedente, o que conferiu altos índices de assalariamento e, portanto, de um maior grau de homogeneidade às categorias do mercado de trabalho. pois o trabalhador assalariado se distinguia visivelmente do desempregado devido a uma série de direitos e características da ocupação.

⁴ Os maiores estudiosos dessa questão encontram-se nos EUA e na França, podemos citar entre outros SORRETINO, FREYSSINET, BESSON e COMTE. Aqui no Brasil esta questão é ainda tratada de forma incipiente, embora tenhamos alguma experiência como é o caso do DIEESE-SEADE. Podemos citar entre os estudiosos brasileiros: CATTANI, HOFFMANN, BRANDÃO, TROYANO, DEDECCA e BARROS.

⁵ Ver mais em CATTANI (1996)

Ainda sobre esta questão, POCHMANN (1999) diz que possivelmente o desemprego mundial é maior do que o registrado pelas taxas de desemprego convencionais. E mais, ele afirma que os dados oficiais tendem a subestimar o desemprego. Por exemplo, segundo ele, nos EUA apesar de haver seis diferentes indicadores de desemprego, a informação oficial só se refere à menor quantidade de desempregados – taxa de desemprego aberto convencional. Segundo RIFKIN, (1997) se nos EUA fossem incorporado à taxa de desemprego convencional, os desempregados que deixaram de procurar emprego devido a restrição econômica, os dados seriam semelhantes aos da Europa, entre 10 a 14%.

As limitações estatísticas quanto a mensuração do desemprego agravam-se mais ainda ao analisarmos casos de países em desenvolvimento, como o Brasil, pois estes têm por característica estrutural e histórica um mercado de trabalho pouco estruturado e muito heterogêneo, marcado sobretudo, por um grande setor informal - grande contingente de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada e por ocupações extremamente precárias, irregulares e descontínuas. Segundo POCHMANN (1999) no Brasil os dados oficiais de desemprego divulgados pelo IBGE, que se restringe a contabilizar apenas o desempregado aberto, é 58% inferior aos dados divulgado pelo DIEESE-SEADE que além do desemprego aberto contempla também o desemprego oculto.

Para BESSON⁶ e COMTE⁷ (1995) há dois grandes problemas, quanto a aferição do desemprego, primeiro na conceituação do objeto (desemprego) e segundo na adequação do instrumento (estatística de desemprego) ao objeto. Ou seja, por um lado, o desemprego é fluido, isto é, seu conceito varia no tempo e no espaço e, por outro lado, as estatísticas não conseguem acompanhar as freqüentes mudanças do conceito de desemprego, principalmente, devido a manutenção dos princípios de comparabilidade temporal e internacional e de precedência do emprego.

Para eles estamos diante uma modelização do mercado de trabalho insuficiente, no qual toda a observação, seja ela feita através de recenseamento ou pela pesquisa

⁶ Economista, professor da Universidade de Lyon II e diretor do Centro AEH (Análise, Epistemologia e História).

⁷ Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Ciências Sociais de Grenoble, responsável pelo curso de matemática e estatística aplicada à economia.

amostral sobre emprego e desemprego, refere-se à seguinte partição: a população em idade de trabalhar, dividida entre ativos e inativos. Os ativos compreendendo os ocupados (aqueles que trabalham) e desempregados (aqueles que procuram efetivamente trabalho). Os inativos são todos os outros que não trabalham e não estão procurando trabalho.

A classificação baseia-se, portanto em duas condições⁸ :

- *as três categorias (emprego, desemprego e inatividade) são claramente dissociadas; uma pessoa só pode pertencer à uma categoria.*
- *as posições são estáveis para que o indicador seja um bom índice de posição habitual: o emprego é “típico” (estável em tempo integral), o desemprego é (breve e residual) uma transição entre dois empregos e a inatividade é um problema de subpopulação específica.*

Para FREYSSINET (1991) este modelo engendra múltiplas dificuldades; primeiro, conduz a uma noção residual do desemprego; segundo, ignora os “les chevauments”, ou seja, as situações ou categorias intermediárias que se encontram entre as três categorias; e, terceiro, subestima o número de desempregados.

A aplicabilidade rigorosa deste modelo nunca foi além de uma extensão limitada nos próprios países desenvolvidos, onde têm-se mostrado crescente a fluidez entre as categorias. Atualmente, estes países são afetados pela precarização do trabalho e por formas “atípicas” de empregos e de desemprego: empregos de duração determinada, trabalho temporário, trabalho em tempo parcial involuntário, dos quais não são mais que um parênteses entre dois períodos de desemprego ou de posições intermediárias entre desemprego e emprego. Da mesma forma, a fronteira existente entre atividade e inatividade desagrega-se, com a multiplicação de novas situações⁹.

⁸ Estas duas condições são ressaltadas tanto por COMTE (1995) como por FREYSSINET (1991).

⁹ COMTE (1995)

Segundo FREYSSINET (1991), é difícil medir o desemprego porque parte importante dos desempregados se encontra hoje em posições intermediárias entre as três categorias (emprego, desemprego e inatividade). Exemplos de “*Les chevauchements*” entre o emprego, desemprego e inatividade são : *os trabalhadores voluntários por tempo reduzido*, que estão entre o emprego e a inatividade; *os trabalhadores involuntários por tempo também reduzido*, que estão entre o emprego e o desemprego; *os desempregados “desencorajados”*, que estão entre a inatividade e o desemprego e, finalmente, *os trabalhadores clandestinos*¹⁰, que estão entre as três categorias¹¹.

A consequência, portanto, do aparecimento e mescla dessas categorias é a multiplicação das “passagens” de uma categoria à outra e a sobreposição das mesmas, o que leva em última instância à imprecisão conceitual¹². Por exemplo, o modelo “tradicional” (saída do sistema escolar, entrada em um emprego, breve período de desemprego e inatividade), é substituído por trajetórias menos lineares: emprego (um “empreguinho” qualquer), desemprego, inatividade (se a pessoa deixar de procurar emprego), emprego (se ela encontra um estágio remunerado) e etc.¹³

Há, então, um hiato entre o modelo e a realidade, tendo em vista que, em torno do desemprego aberto convencional encontra-se uma “periferia” de pessoas permanentemente subempregadas e, sobretudo, uma população flutuante que passa, às vezes rapidamente, de uma categoria a outra. As estatísticas portanto, sob as amarras do modelo tradicional, dissipam os fluxos e negligencia outras formas de desemprego, hoje bastante expressivos. As fronteiras permanecem estreitamente definidas, à custa de uma diminuição da homogeneidade das categorias que elas delimitam. Este efeito é enorme sobre a categoria desemprego, uma vez que seu efetivo é menor em relação as outras e, portanto, a perturbação relativa é mais forte.

¹⁰ Segundo DE GRAZIA os trabalhadores clandestinos são aqueles que executam atividades profissionais, única ou secundária à margem ou fora das obrigações legais, regulares ou convencionais, na qual a renda ou proveito é incerto e variável. (apud in FREYSSINET 1991)

¹¹ O trabalho por tempo reduzido pode ser observado nos casos nos quais o emprego é exercido “full-time”, mas de maneira descontínua e irregular, por exemplo : os trabalhadores sazonais, ou ainda de forma mais emblemática no qual o emprego é exercido “part-time”. O desemprego por desalento, correspondente aos desempregados desencorajados, podem ser observados em três situações : pela interrupção da procura de trabalho por circunstâncias econômicas, pela inserção no circuito de qualificação ou requalificação ou ainda pela aposentadoria sem garantia de pleno sustento. E, finalmente o trabalho clandestino que pode ser observado no chamado setor informal onde são realizados trabalhos de natureza muito precária, descontínua e irregular.

¹² Segundo FREYSSINET (1991) a definição usual de desemprego nos conduz a uma falsa compreensão do fenômeno, pois implicitamente ela assume o desemprego como sendo um fenômeno residual.

¹³ COMTE (1995)

Dessa forma, o efetivo dos desempregados revela-se muito sensível aos critérios de definição.¹⁴

A partir dos estudos já realizados existem basicamente duas possibilidades para a resolução dos problemas concernentes às estatísticas de emprego e desemprego neste final de século.

Por um lado, a OIT preconiza a manutenção dos princípios e conceitos elaborados em 1954 e reformulados em 1982, entretanto aconselha a todos os países, com problemas na aferição do desemprego, a flexibilidade dos princípios classificatórios e sugere outras categorias, como *subemprego*, e não somente o *desemprego aberto convencional*, pois este não consegue mais dimensionar o problema, dada a heterogeneidade e maior complexidade do desemprego¹⁵. Contudo, faz grandes ressalvas quanto ao princípio de precedência do emprego sobre o desemprego. Neste sentido, não assume a possibilidade do desemprego oculto por trabalho precário¹⁶. Também é possível, nesta linha de abordagem, enfatizar os estudos de transição entre as situações de inatividade, ocupação e desemprego, preservando a partição.

Por outro lado, há uma linha alternativa de abordagem que, sugere uma mudança radical no modelo tradicional, através de uma redefinição de todas as categorias e alteração de alguns princípios básicos estabelecidos pela OIT como o da precedência do emprego, com a finalidade de precisar as novas categorias de desemprego abandonando, portanto, a partição tradicional. Não obstante, as duas linhas de abordagens contêm alguns problemas teóricos e operacionais.

Em resumo, se por um lado, alguns estudiosos através de sistemáticas análises em torno da categoria desemprego e sobre o modelo da qual esta faz parte, vêm apontado que as recentes transformações no mercado de trabalho têm gerado grandes dificuldades quanto a aferição do desemprego e classificação da condição de atividade, por outro lado, as críticas principalmente ao cálculo da taxa de desemprego aberto ou convencional são reforçadas por grande parte da população mundial que desconfiam

¹⁴ Idem

¹⁵ Segundo FREYSSINET (1991) o aumento do desemprego constitui na manifestação de um fenômeno complexo expresso fundamentalmente na intensificação dos fluxos de passagens e na transformação e surgimento de novas categorias,

¹⁶ Para COMTE (1995) a agregação do modelo tradicional tende a obscurecer os fluxos e as outras categorias significativas como: *subemprego*, *desemprego oculto*, *desemprego de longa duração (os desencorajados)* e etc, e portanto tem uma proposta semelhante à OIT e BIT aconselha então abandonar a noção global de desemprego em proveito de indicadores parciais, como também completar a observação instantânea com estudos de trajetórias.

das baixas taxas de desemprego divulgadas pelos institutos oficiais, pois não condizem com a percepção da mesma sobre o estado do mercado de trabalho. Neste sentido, há um ambiente confuso quanto a aferição do desemprego e quanto as possíveis linhas de encaminhamento para a resolução desta questão.

A nossa grande tarefa é entender um pouco mais sobre as discussões em torno da aferição do desemprego, principalmente entender quais os problemas e as perspectivas que envolvem o cálculo do desemprego nos nossos dias. Sabemos que são muitas perguntas que envolvem este problema e certamente não teremos respostas para todas, nem é nossa pretensão, nosso objetivo é tentar discutir algumas questões básicas.

A dissertação está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, iremos destacar a dimensão histórica e social da categoria desemprego, mostrando que esta categoria é fruto de um processo histórico, no qual se conjugou algumas condições materiais para sua gênese da noção de desemprego e da constituição do modelo da força de trabalho (emprego, desemprego e inativo). No final do capítulo, mostraremos que, esta categoria que prevaleceu fundamentalmente durante o período do Welfare State, hoje se encontra em crise, devido a existência de formas dúbias de trabalho e não trabalho. Portanto, o primeiro capítulo é para entendermos como se constituiu uma determinada noção de desemprego e porque esta parece estar em crise.

No segundo capítulo, apresentamos as metodologias das pesquisas domiciliares de emprego e desemprego que fundamentam o cálculo do desemprego dos seguintes países : México, EUA, França e Brasil. A apresentação destas têm por objetivo identificar o grau de incorporação das recomendações da OIT por suas pesquisas e verificar a existência de procedimentos alternativos de construção de conceitos e indicadores que contemple novas situações no mercado de trabalho. As experiências práticas desses países poderão indicar caminhos a serem percorridos por países que enfrentam com grandes dificuldades a aferição do desemprego e o futuro do cálculo da subutilização do trabalho. Portanto, a partir do entendimento da natureza da categoria desemprego e de como o desemprego é medido em alguns países, poderemos traçar algumas considerações a respeito das linhas de encaminhamento do cálculo do desemprego.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO-TEÓRICO

“Acima da definição propriamente estatística noção de desemprego resulta, de um lado, das estruturas e do funcionamento do mercado de trabalho e, de outro lado, da política social.”

Maurice Comte

“Há cerca de dez anos, realizei, com Jean Louis Besson e Paul Rousset, uma pesquisa sobre a maneira pela qual, na França, *se contava os desempregados*. A conclusão corroborada por nossos trabalhos posteriores, era que não se tratava de uma contagem, de uma simples enumeração, como aquela operada no recenseamento, no qual se observam todas as pessoas presentes no território. Estamos, com o desemprego, diante de uma *modelização* implícita ou explícita. As polêmicas sobre o ‘número de desempregados’ por negligenciarem este ponto, colocam a questão da ‘cifra correta’, sem garantir os meios para respondê-la: uma análise das *representações* sociais e das práticas institucionais.”

Maurice Comte

1. O DESEMPREGO :

uma representação social datada e localizada

1.1 INTRODUÇÃO

O desemprego é um fenômeno histórico e social próprio da sociedade capitalista. É uma situação de não trabalho oposta ao emprego ou a relação salarial estável. Neste caso, o desemprego não é uma simples privação de trabalho, pois, como veremos adiante, somente certas situações de não-trabalho são definidas socialmente como desemprego.

Para que a categoria desemprego exista são necessárias três condições históricas : a predominância de uma sociedade capitalista, a predominância da relação salarial e a regulação e intervenção do Estado. A existência do desemprego requer não apenas o estabelecimento da ordem capitalista e a predominância do trabalho assalariado, mas também, a institucionalização da relação de trabalho assalariado, num processo em que o Estado teve um papel fundamental. Destaca-se, então, toda uma construção social prévia que torna em desemprego determinadas situações de não-trabalho, um status reconhecido e enquadrado por instituições e regras, um fenômeno social de natureza convencional.¹⁷

Segundo Comte (1995) e Freyssinet (1991), estas condições históricas permitiram a formulação de um determinado conceito de emprego e desemprego e a construção de um particular modelo de força de trabalho, que divide a população de um país em inativos e ativos, subdividindo-se a população de ativos em empregados e desempregados. Se estas condições são o fundamento do modelo e do conceito de desemprego, uma alteração nestas coloca em 'cheque' o modelo de representação da força de trabalho, pois este passa a não mais representar suficientemente a realidade e coloca por fim em dúvida, a conveniência daquela classificação e, portanto, a capacidade analítica da própria noção moderna de desemprego.

¹⁷ Freyssinet (1991), Didier (1995)

O objetivo desse capítulo é destacar a dimensão histórica e social da categoria desemprego numa discussão genérica do problema da avaliação do estado do mercado de trabalho.

1.2 A GÊNESE DA NOÇÃO DE DESEMPREGO

Introdução

Nesta primeira seção iremos dissertar sobre a “*construção*” da noção de desemprego moderno, ou como diz Salais, a invenção do desemprego. Para tanto, mostraremos que o surgimento da categoria desemprego só se deu a partir de certas condições históricas e, que portanto, foi preciso uma revolução nas formas de atuar e interpretar a realidade do final do século XIX.

As condições históricas e materiais

Para Freyssinet (1991), salvo períodos excepcionais da história, em todas as sociedades há uma mobilização abaixo da capacidade total de trabalho, ou em suas palavras, uma sub-utilização do potencial de trabalho.

Entretanto, esta sub-utilização não é suficiente para definir a existência da “categoria desemprego”. **Porque, em primeiro lugar, o desemprego enquanto categoria social somente pode surgir em uma forma específica de organização social : a capitalista.** Organização social esta que dividi a sociedade em duas classes distintas, de um lado, os desprovidos de meios de produção dependem da venda da sua força de trabalho e, de outro, os detentores dos meios de produção, que por alguma razão no momento não desejam empregar os meios e as pessoas que disponibilizam a sua força de trabalho enquanto mercadoria. Para ser desempregado o não-trabalho deve ser resultado da não concretização do ato de venda e compra da força de trabalho em uma sociedade capitalista, na qual há uma progressiva generalização das relações capitalista de trabalho e destruição de formas de produção e trabalho não capitalistas, o que vai ocorrer com mais nitidez após a I e II Revolução Industrial.¹⁸

¹⁸ Para Freyssinet três fatores contribuíram para a surgimento da relação salarial capitalista de trabalho : i) a destruição das formas de produção pré-capitalista (agricultura familiar, artesanato, pequenos comércios) o que obrigou um grande número de pessoas a procurar trabalho no qual fossem remunerados; ii) a oscilação da renda do trabalho provocada pelas constantes flutuações da

Todavia, nem mesmo na sociedade capitalista o não-trabalho por si só basta para definir a existência do desemprego.¹⁹ A condição de existência e predominância do capitalismo é necessária, mas não suficiente para a gênese do desemprego.²⁰ É preciso, como veremos a seguir, duas condições complementares para que possamos ter o surgimento da noção moderna de desemprego e desempregado.

A identificação do desemprego como *status social* e uma situação estatisticamente mensurável só se realiza progressivamente e supõe: além da impossibilidade de existência e reprodução de formas de trabalho não-capitalistas, ou melhor, **o progressivo avanço da relação salarial, uma determinada institucionalização do desemprego, através da criação de instituições e mecanismos que definem e socorrem os desempregados.**

Estas duas condições só se constituirão plenamente a partir de 1930 nos EUA, França e Inglaterra, ou seja, **somente a partir desse momento e nestes países é que poderemos falar então em desemprego e desempregado no sentido moderno das palavras.** A emergência do desempregado moderno supôs toda uma dialética entre mecanismos sócio-econômicos discriminantes, reivindicações e lógicas institucionais, que criaram um modelo específico de força de trabalho, excluindo outras possibilidades, bem como, todo um aparato de apoio aos que ficaram, circunstancialmente, sem trabalho.

Desse modo, é extremamente importante ressaltar que, as noções modernas de desemprego e desempregado não faziam sentido antes do final do século XIX, simplesmente por que não predominava o emprego (relação salarial estável) e nem existiam as práticas públicas de apoio ao desempregado, que possibilitaram a mudança social que foi o fundamento de seu surgimento.²¹

atividade econômica, que implicaram em um primeiro momento, na redução do salário real do chefe de família e, em um segundo momento, na necessidade de trabalho dos outros membros da família (mulher e filhos) e

- a oscilação do nível de emprego provocada pelo ritmo e modalidade de acumulação capitalista, que implica com freqüência na “destruição” de postos de trabalho e na redução do uso da mão-de-obra, seja por crises cíclicas ou seja pela introdução de novas tecnologias.

¹⁹ Segundo Claus Offe (1985), mesmo em sociedades onde a produção de mercadorias e a distribuição de renda são fundamentalmente dirigidas pelas regras do mercado e do contrato de trabalho, de modo algum todos os indivíduos estão no mercado de trabalho ou em relações de trabalho baseadas em contratos. Nem todos os indivíduos, entre aqueles que não possuem os meios de produção, parecem realmente do lado da oferta do mercado de trabalho assalariado.

²⁰ Ver Topalov (1994), Freyssinet (1991), Salais (1989)

²¹ Antes do fim do século XIX, o “desempregado” – assalariado regular temporariamente sem emprego – praticamente não existia. Sua “invenção” não resulta simplesmente da evolução do mercado de trabalho ou de flutuações econômicas, mas também de um longo processo de classificação que tentava distinguir os sem-trabalho da massa de pobres. Segundo Topalov devemos analisar o fenômeno não em si mesmo, mas suas representações científicas que fundamentaram por um longo tempo o nosso senso comum

Portanto, o desemprego tal como nós conhecemos hoje não foi um traço natural da sociedade nascida da Primeira Revolução Industrial, mas sim, decorrente de um longo e profundo processo de interpretação e transformação desta realidade. Ou ainda, as noções modernas de desemprego e desempregado não nascem simplesmente do desenvolvimento do capitalismo : elas são resultado do desmantelamento e reorganização de outras categorias sociais. E, portanto, elas foram construídas e retraduzidas pela sociedade com e contra as classificações comuns de pobreza inscrita nas práticas públicas e privadas de caridade e com e contra também as representações do trabalho.

Segundo Freyssinet (1991), a noção moderna de desemprego é datada, ou seja, não existiu em todas as sociedades, ela é específica de uma sociedade na qual predomina as relações capitalistas de trabalho, mais precisamente, a relação salarial de trabalho e a regulação e intervenção pública. E mais do que ser datada no tempo, ela também é localizada, i.e, se restringiu apenas aos espaços sócio-econômicos que passaram pelo processo de generalização da relação salarial de trabalho e de institucionalização do desemprego (países onde o processo de industrialização/urbanização e de intervenção do Estado se deram de forma mais profunda e intensa).

A grande transformação

As novas noções de desemprego e desempregado foram elaboradas ou melhor *construídas* na Inglaterra e França entre os anos de 1880-1910. Período este marcado pelas flutuações da atividade econômica, pelo grande número de pobres e miseráveis, pela tensão social e por um grande conflito teórico e ideológico que mudaria radicalmente as concepções sobre pobres e pobreza²².

É extremamente interessante observar que, a noção moderna de desemprego e a distinção entre desemprego e pobreza anteciparam-se, em certa medida, a relação salarial, que ainda era instável e frágil, e a institucionalização do desempregado, que se efetivaria somente a partir de 1930. Embora instável e frágil a relação salarial nos anos

em torno das categorias emprego e desemprego. Ele mostra como os reformadores do final do século deram origem a um novo e determinado "olhar" sobre esta categoria social. Se existe solução para o atual descrédito e desconfiança em relação às estatísticas de desemprego, só a poderemos encontrá-la na reconsideração do "olhar" sobre o trabalho, sua organização e divisão ao longo do século XX.

²² Londres e Paris col Brasiliense

de 1880-1910 estabeleceu as condições históricas e materiais que determinariam o que hoje conhecemos como desemprego e desempregado.

Para Topalov (1994), mais do que um meio de descrever a realidade industrial e social daquela época, as representações do desemprego e do desempregado eram instrumentos destinados a mudá-la.²³ Pois, para ele, a concepção moderna do desemprego ajudou a forjar as políticas de reformas sociais como também permitiu conservar e legitimar o próprio conceito de desemprego. Por isso, Salais fala em “invenção” do desemprego mais do que em “descoberta” como o faz geralmente a historiografia. E, portanto, para ele, é necessário reconhecer que a relação entre a representação social e a sociedade não pode ser concebida simplesmente com uma “tomada de consciência”.²⁴

Senão vejamos. Até meados de 1870 não se tinha uma nítida compreensão do que era ser desempregado, pois este se confundia com outras figuras da categoria de não-trabalho, que incluía, as prostitutas, os vagabundos, os miseráveis, doentes, inválidos e etc. Se entendia também como estando desempregado as situações as quais o trabalhador estaria doente, descansando, em festa e, qualquer interrupção do trabalho. O desempregado era visto como uma pessoa privada de trabalho qualquer que fosse o motivo. Ou seja, o estar fora das indústrias era sinônimo de estar em uma situação de desemprego.

Naquela época não ser um trabalhador industrial significava ser classificado entre os pobres, e dentre estes os válidos e inválidos, isto é, distinguia-se aqueles que supostamente estavam involuntariamente naquela situação, daqueles que estavam inseridos na mesma por livre e espontânea vontade. Sendo assim, os primeiros

²³O desemprego involuntário (nosso desemprego moderno) nasce assim da generalização da relação salarial estável (nosso trabalho moderno). Eis aqui a formulação por parte dos reformadores ingleses no início do século XX de um diagnóstico e de um objetivo. Para Beveridge o mal daquela sociedade seria resolvido através da organização do mercado de trabalho e, portanto, da introdução de medidas que permitiram estabilizar duravelmente a relação de trabalho para um número crescente de trabalhadores. Malgrado a instabilidade inerente à uma economia capitalista. A solução elaborada na Inglaterra (racionalização da recolocação e instituição do seguro desemprego) facilita a identificação do desempregado e por conseguinte sua classificação e mensuração. Este processo, guardadas as diferenças, converge em nível internacional. A construção das novas categorias (desemprego e desempregado) é indissociável da expansão da relação salarial e do modo de vida popular que lhe é associado. O *desempregado involuntário* dos inventores do desemprego é um assalariado regular que momentaneamente está sem emprego - este não existe ainda de forma plena e efetiva na sociedade do final do século XIX, mas é chamado para substituir o trabalhador *mal empregado* de Booth e o subempregado de Beveridge. A fragilidade da relação salarial no final do século XIX provoca algumas confusões quanto a classificação destas categorias. A situação mais comum é a precariedade do trabalho. E portanto o objetivo dos reformadores é regularizar o emprego para o maior número de trabalhadores.

²⁴ As representações sociais ao mesmo tempo em que expressam visões de mundo que objetivam explicar e dar sentido ao fenômeno do desemprego, participam, por essa condição mesma de representação social, da constituição do fenômeno.

mereceriam caridade, seja ela pública ou privada, ao contrário dos outros, que deveriam pagar pela sua frugalidade conforme a “**Poor Law**” (Lei dos Pobres).

Desse modo, o desemprego era visto como um problema individual e moral passível de caridade ou de punição. Ou seja, o desemprego era diagnosticado como um problema individual que seria resolvido através de uma prática de caridade pública ou privada ou através de punição.

Dada a dramática situação social expressa nas péssimas condições vivenciadas pela maior parte da população no final do século XIX e pelo aumento vertiginoso do número de pobres, surge um movimento social com o intuito de transformar a realidade através do que se chamou de **reformas sociais**. Este foi fundamental para o surgimento de uma nova maneira de interpretar a realidade social e, principalmente, foi responsável pela origem da noção de desemprego moderno, passando a entender o desemprego não mais como uma situação individual e moral que se resolveria através da caridade pública ou privada, mas sim, como um fato social recorrente que necessitaria de uma intervenção pública para sua solução.²⁵

Os reformadores sociais, como eram chamados as pessoas que reivindicavam mudanças na questão social e, principalmente aqui para nós, desejavam mudanças na relação de trabalho, não eram apenas populares e intelectuais preocupados com os pobres e miseráveis, além desses alguns empresários e indústrias também requeriam principalmente mudanças na cultura do trabalho. Eles afirmavam que a frugalidade, desobediência e a indisciplina dos trabalhadores ampliavam os riscos de produção dadas as descontinuidades e irregularidades do trabalho nas fábricas. A solução seria a implementação de regras e normas que permitissem maior regularidade do trabalho e, portanto, a concepção do emprego estável está associada à alguns direitos como descanso semanal, férias, diminuição das horas trabalhadas ao dia, assistência médica, assistência em caso de acidente ou morte para a família etc. Então, também não podemos entender o surgimento das categorias emprego e desemprego desvinculada da necessidade de uma maior disciplina do trabalho e da regularidade da produção.

²⁵ Esse novo “olhar” sobre a realidade permitiu que da classificação da multidão composta por pobres e sem empregos nascesse os desempregados.

Segundo Topalov (1994:17), um dos principais intelectuais desse movimento foi; William Beveridge que em “Unemployment : A Problem of Industry” (1909), via o desemprego como um fenômeno social e acreditava que só poderia ser combatido de forma coletiva.²⁶ A concepção social de Beveridge, simultaneamente, impulsionou as reformas sociais e forjou as bases para uma nova e determinada concepção de desemprego.

A interpretação do desemprego como resultado da (des)organização social provocou, de um lado, uma mudança no regime de causalidade, a “culpa” por estar na situação de desemprego não era mais atribuída aos indivíduos, mas a fatores de (des)organização social e, de outro lado, uma mudança no regime de classificação, as causas individuais e voluntárias são substituídas pelas causas sócio-econômicas e involuntárias. Com os novos regimes de causalidade (individual para social e voluntário para involuntário) e classificação (sem trabalho/com trabalho para com emprego/sem emprego mas a procura) Beveridge e Lazard formalizam em 1909 uma nova representação do desemprego como fato social.

Ao fim do século XIX, as novas proposições políticas (a recolocação racionalizada, o seguro, a regulação do volume global de emprego) e as novas linguagens científicas possibilitam colocar de uma outra forma a questão do desemprego. A objetivação do desemprego como fato social ou como problema industrial implicou no rompimento com o diagnóstico individual e moral, na introdução de uma nova linguagem e tipologia, e por fim, na construção de um modelo de representação social.²⁷

Esta nova postura intelectual associou uma nova concepção do fenômeno a uma estratégia de reforma. Ou seja, o diagnóstico era que o desemprego era um fenômeno social e a solução era estender a todos trabalhadores a relação regular e estável de

²⁶ Esta obra representou o pensamento científico e reformista da época. A principal idéia era mostrar, de um lado, que a pobreza não poderia ser atribuída à apenas aspectos morais ou individuais e sim deveria ser vista como resultado de uma determinada organização da indústria e do mercado de trabalho e, por outro lado, o desempregado não é o pobre de sempre, mas uma categoria nova – que veio a ser o desemprego involuntário ou unemployment. A partir da idéia anterior passa-se então a entender o desemprego como um fenômeno social, irreduzível a suas manifestações individuais e que requer soluções coletivas. Embora Beveridge seja o principal nome a ser citado com relação a questão aqui estudada, deve-se ter claro que existiram vários autores e atores sociais que esforçaram-se para distinguir as diversas causas de desemprego, seja teoricamente através de obras científicas seja através da classificação dos escritórios de auxílio aos desempregados.

²⁷ Ver mais Topalov (1994: 408)

emprego, e para aqueles que faltassem o emprego, auxílio público, mas não mais nos moldes da caridade. O auxílio público seria enquadrado em uma ótica de planejamento, o qual se pautaria por uma ação que exercesse um impacto direto sobre o bem estar dos cidadãos ao lhes proporcionar serviços e renda.

Portanto, para Topalov, tal mudança na representação do desemprego está estreitamente ligada com o **desenvolvimento da ciência social e das políticas reformadoras**. De um lado, a redefinição do problema tem por condição uma *objetivação* do fato social que constitui uma ruptura nas formas gerais de saber sobre a sociedade. E, de outro lado, esta definição depende também da formulação de novos métodos de ação : organização do mercado de trabalho, seguro contra o desemprego e a regulação do volume de emprego pelos programas de trabalho público, além da formulação e reconhecimento do direito ao trabalho.

A simultaneidade e a consistência lógica da evolução **da ciência social e das políticas reformadoras** demonstram a relação entre as formas cognitivas as mais abstratas, seus domínios de aplicação os mais concretos e um projeto de reforma social. E isto, fica mais evidente quando percebemos que a luta por reformas sociais reflete não só um novo “olhar” sobre a realidade, mas também, uma nova forma de atuar sobre a mesma.

Esta nova interpretação do desemprego como um termo particular de sub-utilização requeria mudanças nos padrões de denominação, classificação e mensuração .

As palavras foram os primeiros obstáculos para a construção da noção moderna do desemprego. Isto porque os trabalhadores e o povo em geral tem suas próprias representações sociais e utilizam suas próprias palavras para descrever sua realidade²⁸. Inicialmente há um evidente distanciamento entre as representações populares e as dos reformadores, acadêmicos e estatísticos. E, portanto, neste caso, as novas palavras imbuídas de novos conceitos vão, no início, de encontro as palavras mais utilizadas no cotidiano popular, criando assim mais confusão em torno das

²⁸ Segundo Topalov : “Os trabalhadores e o povo falam de si mesmo e de suas experiências cotidianas com suas próprias palavras”.

mesmas. Logo estas novas palavras com seus respectivos conteúdos só puderam se impor ao longo dos anos através fundamentalmente da institucionalização da categoria desemprego e da generalização da relação salarial.

Uma grande inovação lexical foi necessária para fazer surgir a categoria desemprego. E esta, por si só, é um forte indício da gênese de uma nova representação do desempregado (trabalhador industrial sem emprego), porque não foi somente uma simples adição a um corpo constituído do saber social, muito pelo contrário, ela representou uma reorganização completa das representações sociais.

As palavras em francês e em inglês que se referem ao desemprego e ao desempregado passaram por um processo convergente de inovação lexical, ainda que, percorressem caminhos diferentes. No caso francês, o termo *desemprego* evoluiu de um verbo (*Chômer*) para um substantivo (*chômage*). Já no caso inglês, o termo evoluiu de um adjetivo (*unemployed*) para um substantivo (*unemployment*). Isto ocorreu porque houve uma profunda alteração no conteúdo das palavras. As palavras *Chômer* e *unemployed* tem no início uma acepção muito geral – falta ou ausência de atividade e estado de ócio. A palavra em francês é mais antiga e tem para além dessa acepção anterior, também uma acepção religiosa e festiva. Já a palavra em inglês (*unemployed*), assumiu no decorrer dos anos uma acepção de “sem objetivação”.

Os dicionários registraram uma nítida mudança quanto ao uso dessas palavras. *Chômer/Chômage* e *Unemployed/unemployment* a partir de 1880. Estas passam a ser definidas como falta de emprego dos trabalhadores industriais. Esta acepção implica em uma dupla inovação. De um lado, a perda do caráter geral de falta ou ausência de atividade. E, Isto significa dizer que, nem todas as pessoas que estão fora das oficinas ou das indústrias são desempregadas. De outro lado, com o reconhecimento do desemprego como fenômeno social, produz-se a necessidade de uma outra inovação lexical, ou seja, *chômage* e *unemployment* designariam o fenômeno social e *chômeur* e *unemployed* designaria a condição individual do trabalhador.

Assim o adjetivo *unemployed* tende a cada vez mais qualificar os trabalhadores assalariados sem emprego e sem salário e será cada vez menos utilizada para designar a ausência de atividade em geral. Quanto ao substantivo *unemployment* será empregado para designar o conjunto de pessoas privado de trabalho por causas

industrias. Semelhante alteração ocorreu com os termos *chômeur* e *chômage*. Quanto ao *chômage* tende a não mais designar inatividade do domingo, de festas, de greve, mas somente a situação onde o emprego faz falta e, também, tende ao mesmo tempo a não ser mais utilizado para falar de outros trabalhadores, mas especificamente dos trabalhadores da indústria (“ouvriers”).

Conforme Topalov a “invenção do desemprego” foi uma batalha de palavras, pois para além da confusão conceitual do que viria a ser um desempregado, as palavras mais usadas naquela época eram “sans travail” e “out of work”. Para sair desta confusão os inventores do desemprego construíram novas classificações através de novas palavras ou de novas acepções para as palavras antigas. Eles introduziram-nas no cotidiano popular não somente através da língua, mas fundamentalmente através da prática institucional. Assim a popularização das palavras desemprego e desempregado está estreitamente ligada ao combate desse fenômeno. Isto ao longo dos anos foi perturbando as representações comuns dos trabalhadores sem emprego até substituí-las por completo.

Portanto, uma terminologia foi construída e progressivamente substituiu o vocabulário comum. A categorização produzida pelos reformadores se impôs ao resto da sociedade, principalmente devido a gestão dos trabalhadores sem emprego pelas instituições públicas de recolocação e dos sistemas de indenização do desemprego. Isto contribuiu substancialmente para reorganizar as representações populares de trabalho e não trabalho.

A segunda grande batalha era classificar. O ato de classificar significa ao mesmo tempo identificar e distinguir as causas da ausência do emprego, elaborar categorias que sintetizam as principais causas e os remédios apropriados a cada situação. Classificar então não é somente observar as diferenças, mas instaurá-las. Enunciar o problema, estabelecer as causalidades, classificar as populações e prescrever as soluções são momentos inseparáveis do mesmo discurso. Expor as classificações científicas foi neste caso necessariamente expor as proposições para a ação. Neste sentido, é importante entender o processo de classificação como um sistema cognitivo que produz e reproduz uma determinada realidade.

Embora saibamos que a operação de classificar se apresente como um enunciado verdadeiro e nobre de ordem cognitiva, a identidade social só pode surgir a partir de uma estreita relação entre os classificadores e os classificados. A classificação dos sem-empregos não escapa a este status geral da prática classificatória aplicada a sociedade. E, portanto, o ato de interpretar e transformar a realidade são inseparáveis do próprio movimento de construção do social.

A nova concepção do problema – como problema social e passível de política pública – exige identificar e distinguir, primeiro os desempregados dos pobres e, segundo, no próprio conjunto de desempregados os verdadeiros desempregados. Ou seja, identificar quais as pessoas que teriam o direito de receber o seguro desemprego das que não teriam este direito. A nova classificação baseava-se então, em uma definição das causas econômicas e não-econômicas ou das *voluntárias* e *involuntárias*.

O modelo de representação social adotado até então, que dividia as pessoas em duas situações; os trabalhadores da indústria e os sem-trabalho (sendo que estes eram, como já dissemos, confundidos com os pobres, vagabundos, mendigos e etc.), foi sendo substituído progressivamente pelo modelo no qual o desemprego significava o contrário do emprego assalariado da indústria localizada na cidade. Ou seja, somente após a definição do emprego foi possível definir seu contrário o desemprego, ou mais precisamente, o desemprego involuntário – “chômage” ou “unemployment” - por falta de trabalho industrial. A condição salarial neste caso norteia a concepção de emprego, bem como, a do desemprego.

A classificação da população em empregados, desempregados e inativos se torna progressivamente mais clara e, principalmente de mais fácil entendimento, com o avanço e a consolidação da sociedade salarial, que prima por dois princípios básicos : o pleno emprego e o direito a cidadania decorrente da condição salarial.

Portanto, o desemprego passa a ter a aceção moderna que hoje conhecemos somente a partir do momento em que ele deixa de figurar entre a vasta categoria dos pobres passando a ser definida pelo seu contrário (o emprego) e por critérios objetivos (sem emprego e a procura ativa pelo mesmo). A objetivação do desemprego repousa inicialmente sobre duas condições : o caráter involuntário do desemprego e a procura

por um emprego. Estas duas condições possibilitaram no início a mensuração do desemprego.

A nova aceção do problema exigia também a construção de formas estatísticas que permitissem exprimir a representação do desemprego como fato social. A batalha das estatísticas de desemprego começa também no mesmo momento que emerge a noção moderna de desemprego.

Após a depressão de 1890, os reformadores não paravam de afirmar que as estatísticas de desemprego eram fundamentais para qualquer ação racional, e que, até aquele momento, as fontes disponíveis eram limitadas e deficientes. As estatísticas de desemprego eram fundamentais para reforma social, dizia Thomas Brassey um parlamentar liberal britânico. Ainda em 1895, J. A. Hobson, primeiro economista britânico a utilizar a palavra *unemployment*, denunciava a precariedade das estatísticas de desemprego como o principal empecilho a uma ação neste campo. O debate em torno das limitações das estatísticas até então utilizadas e da necessidade de se conceber e de construir uma nova forma de aferir o desemprego atravessou longos anos. Só para termos uma idéia, depois de quinze anos na Conferência Internacional, esta questão ainda era motivo de muita preocupação.

Até 1910 ainda persistia o problema de definição e classificação do desemprego e, portanto, de sua mensuração. As inovações estatísticas, como taxa, índice e proporções, mudam a perspectiva de medição de uma agregação de indivíduos para uma medida de um fato social. Também muda-se a escala de medida local para uma escala nacional, bem como a redução da subjetividade nas pesquisas de desemprego com a introdução de critérios objetivos estabelecidos pelas instituições públicas.

“Ce qu'on appelait alors *le nombre des sans-emploi (the unemployed)* est maintenant désigné comme *le volume du chômage (unemployment)* et a cessé d'être un objet de *statistique* au sens donné à ce mot par la pratique administrative depuis plus d'un siècle : l'ambition d'énumérer exhaustivement les individus d'une classe donné est en effet abandonnée au profit de la mesure approchée des variations relatives d'une grandeur qui n'est plus elle-même définie comme une agrégation d'unités²⁹.

²⁹ Este que nós chamamos então de número de sem trabalho é agora designado como o volume de desemprego e parou de ser um objeto de estatística ao sentido dado a esta palavra pela prática administrativa depois de mais de um século : a ambição de enumerar exhaustivamente os indivíduos de uma classe dada é substituído pela medida aproximada de variações relativas de uma grandeza que não é mais ela mesma definida como uma agregação de unidades. (Topalov)

Estas estatísticas de desemprego tão desejadas só poderiam ser produzidas a partir da exata e precisa definição do desemprego moderno que, por sua vez, só se constituiria com a concretização das políticas e instituições que os reformistas propunham. Estava então, estabelecido um paradoxo entre o conhecer e a ação e entre a contagem dos desempregados e sua administração. A compreensão desse paradoxo só é possível hoje, por que podemos entender a história da estatística, não como simplesmente um lento processo de melhoramento de definições, de técnicas de coleta e de tratamento de dados, que permiti aproximar cada vez mais a medida da realidade. Mas sim como diz Topalov:

“On s’est aperçu que la statistique n’est pas un simple moyen d’observation mais contribue à produire son propre objet en construisants les faits qu’elle est censée mesure. Les formes qu’elle crée, y compris les qu’elle abstraites, contribuent á définir les problèmes de l’ époque, même si elles se détachent ensuite des circonstances qui leur ont donné naissance. C’est un tel processus, indissociablement cognitif e práctico, qui est à l’oeuvre dans l’émergence des statistique du chômage³⁰.” (Topalov 1994: 270-271)

O importante a reter é que, naquele período coexistiam várias modalidades distintas de estatística de desemprego, produzidas principalmente por instituições públicas locais, sindicatos por profissões, organizações filantrópicas e governo central. Cada uma operava de acordo com a sua definição do problema e de acordo com as características da instituição, que na maioria das vezes procuravam tratar e ao mesmo tempo contar os desempregados. Estes diversos métodos e fontes de medir o desemprego geraram grandes desconfianças quanto a sua confiabilidade e freqüentemente eram contestados.

A pressão de vários setores da sociedade por estatísticas confiáveis resultou na substituição destas pelos dados produzidos pelas instituições destinadas a organizar e socorrer os desempregados, as agências de seguro desemprego sob a responsabilidade do governo central.³¹ Após várias discussões ficou estabelecido que a

³⁰ Nós nos apercebemos que a estatística não é um simples meio de observação mais contribui à produzir seu próprio objeto construindo os fatos que ela mesma é levada a medir. As formas que ela cria contribuem para definir os problemas da época, mesmo que seja a partir de circunstâncias que lhe são dadas. Este é um processo, indissociavelmente cognitivo e práctico, que se abre com o surgimento das estatísticas de desemprego.

³¹ O desemprego era visto como problema social e pertinente a ação pública e neste caso de responsabilidade do governo central.

implantação das administrações de socorro e recolocação seriam as instituições responsáveis pelo registro do número de desempregados dentre outras funções. A partir de então, o número e a dimensão do desemprego e dos desempregados de um país seria conhecido através de um registro produzido pelas administrações públicas destinadas a socorrer os desempregados. Neste sentido, estas agências de seguro desemprego definiam quem é ou não desempregado, através de uma concepção do desempregado.³²

A superação do método de registro do desempregados era necessária e veio com o desenvolvimento de instrumentos estatísticos, que revolucionou a aferição do desemprego. Passou-se não mais a fazer apenas a contagem dos desempregados nas administrações públicas mas criou-se uma pesquisa a partir de uma amostra domiciliar da população residente no país. Isto permitiu uma melhora significativa na aferição do desemprego.

O mais importante a dizer é que, os dados de desemprego, inicialmente sob a forma de registro administrativo e mais tarde sob a forma de pesquisa amostral, são produtos da nova concepção de desemprego. Isto porque, como já dissemos, as etapas teóricas da construção da categoria desemprego são : definir o fenômeno e estabelecer critérios de classificação para assim medi-lo. Ou melhor, as estatísticas de desemprego não são anteriores a constituição dos sistemas de seguro desemprego, mas sim, o resultado de uma determinada interpretação e transformação da realidade.

“La statistique ne peut constituer un préalable à la mise en place de tels système, puisqu’elle en sera au contraire l’un des résultats. On attend des institutions à naître qu’elles créent l’objet du comptage en même temps qu’elles en fournissent l’ instrument. En faisant naître le chômeur, elles résoudre la question statistique”³³. (Topalov 1994: 350)

Assim, as estatísticas de desemprego estão estreitamente ligadas a concepção do problema, ou seja, estão ligadas a institucionalização do desemprego como um

³² O mais surpreendente é que apesar das grandes deficiências e imperfeições dos dados produzidos por estas instituições públicas, continuou-se por longo tempo a sua produção. Para interpretar seu nascimento e sua longevidade é necessário compreender o papel central dessas administrações públicas na gestão e controle da força de trabalho.

³³ A estatística não pode se constituir antes que seja colocado tal sistema, pois ele será o contrário, um resultado. Nós esperamos o surgimento desse tipo de instituição para que ele cresse o objeto de contagem ao mesmo tempo em que forneceu os instrumentos para a aferição. Em fazendo nascer o desemprego , esta instituição resolve a questão estatística.

problema urbano, industrial, social e objetivo. Ademais, o objetivo dos reformadores sociais, sob o égide das reformas sociais, era mudar radicalmente a questão social e, portanto, da subutilização da mão-de-obra. E para isto, deveriam não só mudar a noção do desemprego, mas exigia concomitantemente adequar a esta, novas formas de expressar, classificar e medir o desemprego.

Portanto, a noção moderna de desemprego é construída sob o égide das reformas sociais ao longo dos anos de 1880 a 1910 e, definitivamente estabelecida a partir 1930 pela conjunção de três condições históricas e materiais : a existência de uma organização social capitalista, a expansão da relação salarial e a institucionalização do desemprego.³⁴ Estas condições deram origem ao que chamamos de **modelo de representação social da força de trabalho** (emprego, desemprego e inatividade) que veremos com mais atenção logo a seguir.

Esclarecidas algumas questões referentes a construção da noção moderna do desemprego, cabe-nos mostrar a partir de agora, como esta noção foi ganhado adeptos e se espraiando no âmbito nacional e internacionalmente e, portanto, como se constituiu em um modelo de representação social em nível mundial.

1.3 A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA DESEMPREGO

Introdução

Nesta seção, iremos mostrar como se constituiu o modelo de representação social da força de trabalho, mais conhecido como um modelo tricotômico : emprego desemprego e inatividade.

A conferência internacional do trabalho de 1910

A concepção de desemprego moderno e, principalmente, as estratégias de reforma foram plenamente concebidas em um fórum internacional que teve como principal eixo de discussão a noção de desemprego e as reformas necessárias para

³⁴ Segundo Salais (1989: 24-25) uma mudança de dimensão e qualidade, intervém na formação da categoria a partir do momento em que a sociedade se preocupa em elaborar uma definição geral dessa categoria, que se apta para a codificação institucional e a aferição estatística. Os objetivos práticos predominam e a objetivação do modelo de representação escolhido pelas instituições de registro e de medida, que é na sua opinião, a gênese do desemprego como categoria.

sanar ou minimizar os problemas sociais do final do século XIX e do início do século XX. O objetivo primordial desse encontro foi apresentar, divulgar e consolidar uma forma de interpretar e transformar a realidade a partir das idéias e atitudes dos reformadores ingleses e franceses. Os reformadores tinham como meta atrair mais adeptos às propostas de reformas sociais. Neste sentido, foi arquitetada uma Conferência Internacional que ficou conhecida como Conferência Internacional do Desemprego de 1910. Ela representou a concretização de um modelo teórico e prático da força de trabalho (emprego, desemprego e inatividade).

A Conferência internacional de 1910 foi, para Topalov, sem dúvida nenhuma, um espaço de legitimação da nova concepção de desemprego, **pois a partir dela, ficou estabelecida que as prescrições práticas (instituições de administrações de desemprego, seguro desemprego e etc) eram fundamentais para a constituição da noção de desemprego moderno, da construção de métodos de aferição do desemprego e da popularização dos novos termos.** Ou seja, de 1910 a 1930 é colocado de forma bastante nítida os passos para a constituição da noção de desemprego moderno.

A Conferência de 1910 se insere então, no movimento geral de redefinição do desemprego que marca o período. Esta também foi reconhecida como um meio de institucionalizar o novo domínio de reforma. Os organizadores esforçaram-se para constituir em cada país uma rede de reformadores sociais para introduzir e divulgar os princípios que norteavam as idéias de reforma social e da nova concepção do desemprego e, conseqüentemente, colocar em funcionamento uma organização nacional especializada para se efetivasse toda transformação.

“Nós nos encontramos diante uma situação que nos permite observar não somente a formação de certas vias de circulação internacional de idéias e modelos, mais também as configurações de redes reformadores nacionais”. (Topalov 1994: 84)

Após muitos anos de discussão e, principalmente, após a Conferência Internacional do Desemprego de 1910, o desemprego foi definido pela Organização Internacional do Trabalho³⁵ em 1925 como :

“o desemprego é a situação de todo o trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, se encontra sem trabalho e na impossibilidade, em consequência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego.” (Comte 1995)

Esta definição refere-se claramente a relação salarial do trabalhador habitualmente assalariado em situação provisória de privação de emprego. Assim, a esfera do desemprego se circunscreve ao mercado de emprego salariado (onde é estabelecido um contrato de trabalho e, conseqüentemente, exclui as outras formas de trabalho) e a pessoas que estão habitualmente presentes neste mercado (são incluídos nesta categoria apenas os trabalhadores assalariados).

As categorias abstratas são enfim construídas através de dispositivos práticos institucionais e impessoais, criador de direitos e de deveres : expressos, principalmente, no mecanismo do seguro desemprego. Este dispositivo resolveu por completo a questão da identificação e classificação do desempregado, pois, traçou uma nítida fronteira na realidade social entre os empregados (aqueles que mantêm uma relação salarial) e os desempregados (aqueles que não exercem uma relação salarial mas que a procuram).

O “Welfare state” e o crescimento econômico

A criação de instituições com o objetivo controlar e regular mercado de trabalho, seja através do estabelecimento de leis e regras para garantir e estender a relação salarial, seja através do auxílio aos desempregados, na forma de indenização ou recolocação, modifica radicalmente a imagem do trabalhador e do desempregado. O

³⁵ Instituição internacional responsável a partir de então pelas convenções e recomendações no campo do trabalho

desempregado deixa de ter uma imagem negativa de *pobre* e passa a ter uma imagem positiva do trabalhador (com direitos e benefícios) momentaneamente privado de um emprego e, que portanto, tem direito de receber uma indenização. Isto faz com que, o controle objetivo e subjetivo da oferta da mão-de-obra seja facilitado.

A vasta categoria de pobres, com a expansão da relação salarial e o desenvolvimento das políticas públicas em um ambiente de ampliação dos direitos sociais, foi pouco a pouco reorganizada e a população foi sendo classificada segundo as categorias emprego, desemprego e inativo. A definição do emprego segundo regras e normas de regularidade, idade e intensidade, regidas pelo contrato de trabalho, bem como, o estabelecimento por parte do Estado de direitos sociais expressos ou não em benefícios excluiu certas populações da obrigação de ofertar sua força de trabalho e, portanto, ajudou a definir mais precisamente a população ativa (os empregados e desempregados) e a população inativa.

A descrição da dimensão e natureza do desemprego nos anos trinta é indissociável do aparato de indenização e de registro, das normas e definições estabelecidas pelas instituições que intervieram no mercado de trabalho. A crise dos anos 30 impulsionou a intervenção direta do Estado na economia, principalmente, no mercado de trabalho. Esta tinha o objetivo de gerir o desemprego e estender a relação salarial. Os fundos públicos aos poucos foram substituindo os caixas profissionais de seguro e o mesmo ocorreu com as administrações dos desempregados que em pouco tempo substituíram as obras de caridade.

As lutas por reformas sociais resultaram na compreensão e na necessidade da intervenção do Estado na sociedade e na economia. Beveridge afirmava que mais importante do que assegurar o auxílio aos desempregados era necessário evitar que os trabalhadores viessem a sofrer desse mal. E neste sentido, era extremamente necessário criar condições para o pleno emprego e este só viria a se estabelecer a partir de um pacto social no qual o papel do Estado seria de fundamental importância na orientação e regulação da sociedade.

As idéias de Beveridge contribuíram em muito para o que alguns autores chamam de Estado do Bem-Estar Social. Este tipo de Estado nascido no final do século XIX se caracterizaria pela forte intervenção na sociedade e na economia, com o objetivo

de promover o bem estar sócio-econômico dos cidadãos. Do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial este tipo de Estado caminhava a passos largos no sentido de sua consolidação, ainda que aparentemente não seja tão evidente. O resultado da idéia de um estado intervencionista promotor do bem estar sócio-econômico conjugado com uma produção de massa possibilitaram que se orquestrasse um regime de acumulação extremamente virtuoso baseados na conjugação e articulação de vários fatores (uma crescente produtividade baseada na economia de escala que foi repassada aos salários, uma maior demanda de massa devido aos níveis crescentes de salários e de transferências de renda promovidos pelo Estado), que resultaram em ultima instância num grande crescimento econômico com ampliação dos direitos sociais.

É incontestável que o período pós guerras representou sem dúvida a consolidação e expansão das medidas já concebidas no passado, fundamentalmente porque passou-se a compreender melhor que uma política social deve ser contemplada pela política econômica e não como uma área segregada da ação da política governada por princípios que lhe são peculiares. A necessidade vital era restabelecer o nível de pleno emprego deixando a questão do auxílio aos desempregados em segundo plano. Na verdade, devia-se tomar o devido cuidado para evitar que a assistência prestada aos desempregados fosse administrada de tal modo a desestimular os esforços para por fim à crise. Assim, preparava-se o terreno para a doutrina Beveridge, a qual diz que não pode haver nenhum sistema eficaz de seguridade social sem uma política de pleno emprego.

Segundo Castel, o estado de crescimento que representaria a articulação dos dois parâmetros fundamentais que acompanharam a sociedade salarial em sua trajetória e teceram com ela vínculos essenciais foram : o crescimento econômico e o Estado Social. Desse modo, o desenvolvimento da sociedade salarial está intrinsecamente ligada ao crescimento econômico, porque este permitiu incorporar um número crescente de pessoas a relação salarial. E, está também, intrinsecamente ligada ao Estado Social que ajudou a integrar o restante da população a condição salarial. Em outras palavras a relação de trabalho assalariado foi legitimamente estabelecida tanto no campo objetivo como no campo subjetivo.

Clous Offe diz que, a intervenção do Estado através da política social é uma forma pela qual este tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado. Isto significa dizer que a política social de uma forma impossibilita a reprodução de formas não capitalista de trabalho e de outra controla a oferta de trabalho assalariado ao definir quem deve ou não participar do mercado de trabalho.

Portanto, o Estado teve um papel central na constituição da relação salarial e, portanto, das categorias emprego, desemprego e inativo. É através de mecanismos públicos que se estabelece de forma definitiva a representação social do desemprego, ou seja, o Estado ao reconhecer que alguns grupos não devem participar do mercado de trabalho ele está definido quem pertence a categoria inativo e, assim por conseguinte, quem é desempregado e empregado.

As condições históricas e materiais produzidas no pós-guerra possibilitou, como já dissemos em outros momentos, a clara distinção entre as categorias da força de trabalho. E neste sentido pode-se criar um arcabouço teórico e metodológico que expressasse a realidade do mercado de trabalho.

Portanto, em 1954 há uma alteração importante na definição do desemprego justamente para se adequar a nova realidade. A idéia implícita era que não se podia mais gerir o desemprego como foi feito até meados do século (através do seguro desemprego) devido seus efeitos nocivos. O objetivo a partir do pós guerra era prevenir tal situação através da gestão do mercado de trabalho. Isto implicou então no pleno emprego e em um residual desemprego.

A política de Pleno Emprego permitiu uma relevante diminuição das situações de trabalho não assalariado e, portanto, a consolidação da relação salarial, principalmente, nos países mais desenvolvidos. É a partir de então, que fica mais claro o modelo da força de trabalho. Isto é, tornou-se mais fácil identificar quem era empregado e distingui-lo do desempregado e estes dos inativos.

As recomendações da OIT

A classificação das pesquisas de desemprego, a partir da Conferência de 1954, refere-se a um modelo no qual a população é dividida em inativos e ativos Os ativos

são divididos em empregados (trabalhadores que mantêm uma relação salarial) e desempregados (aqueles que procuram uma relação salarial - um emprego). E os inativos são pessoas que não são nem empregados e nem desempregados. Ou seja, é a relação salarial que define o status da população.

A classificação se baseia, portanto, em duas condições :

- as três categorias são dissociadas : uma pessoa só pode pertencer a uma única categoria e;
- as posições são suficientemente estáveis para que a posição instantânea seja um bom índice da posição habitual.

O modelo implícito é marcado pela estabilidade : o emprego é típico (estável em período integral); o desemprego é passageiro (um breve período entre dois empregos) e a inatividade é um problema de subpopulações específicas. Dadas as definições de empregado, desempregados e inativos não há como ocorrer dúvidas na identificação e classificação, por que elas são precisamente definidas.

A taxa de desemprego aberto decorrente deste modelo seria um fiel indicador de possíveis mudanças na economia, pois se a taxa de desemprego estivesse subindo isto significaria que o nível de emprego estaria caindo e, logo, o ritmo da economia estaria mais lento e se a taxa de desemprego estivesse caindo isto significaria que o nível de emprego estaria subindo e que o ritmo da economia estava se acelerando.

Ao fazermos uma retrospectiva da história das Conferências e recomendações da OIT desde 1910, percebemos que em 1925 temos a primeira definição de desemprego. Em 1954, a Conferência definiu o modelo de força de trabalho, bem como os princípios e os conceitos que norteiam este modelo. Em 1966, dadas as inúmeras críticas feitas ao modelo de força de trabalho, tentou-se definir um conceito de subemprego. E em 1982, permitiu-se certa flexibilidade nas definições com o intuito de adaptar o modelo às transformações no mundo do trabalho. Entretanto tais alterações não modificou a estrutura básica do modelo, pelo contrário, o objetivo foi flexibilizar alguns critérios permitindo a preservação dos princípios básicos do modelo de força de trabalho.

Neste sentido, podemos dizer que a OIT recomenda a preservação dos princípios básicos que sustentam uma determinada definição de emprego e desemprego ao mesmo tempo sugere que seja flexibilizado alguns critérios.

A Décima Terceira Conferencia Internacional do Trabalho de 1982 preservou os 3 princípios básicos do modelo de força de trabalho :

Período de referência curto – para que reflita a mais precisa oferta de trabalho em um dado momento do tempo, foi estabelecido um curto período de referência de um dia a uma semana para classificar as pessoas nas 3 categorias do modelo de força de trabalho. Este critério permitia segundo a OIT alcançar dois objetivos : i) a praticabilidade da medida e ii) a consistência dos resultados. Até antes da Conferência de 1982 a OIT recomendava um dia como período de referência, ainda que vários estudiosos desde a Conferência de 1954 sugerissem que fosse adotado uma semana como período de referência. A partir da Conferência de 1982 a OIT passou a recomendar um dia ou uma semana para o período de referência. A ampliação do período de referência propicia um aumento significativo da categoria empregado dado o princípio de precedência. Ou seja, o número de empregados medido em uma semana bem maior que o número de empregado medido em um dia.

Atividade : o princípio de atividade determina quais as pessoas que exercem alguma atividade podem pertencer a PEA, ou seja, implicitamente define e distingue trabalho produtivo e improdutivo. Assim, somente as pessoas que estão engajadas em uma atividade econômica ou que esteja a procura e/ou disponível para ocupar uma atividade pertencem a PEA. Além dessas, as pessoas que estão temporariamente ausentes do emprego podem ser consideradas empregadas e as pessoas que estão sem trabalho e não procuraram porque irão começar a trabalhar em uma data subsequente ao período de referência. O escopo da atividade econômica é baseada, por convenção, na concepção de produção de bens e serviços definidos pela Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas. Esta concepção inclui todas as atividades orientadas para o mercado e algumas atividades não orientadas para o mercado : i) toda a produção e processamento de produtos primários para o próprio consumo, ii) produção para o próprio consumo de outros produtos primários que são destinados para o mercado e iii) toda produção de bem fixo para o próprio consumo.

Precedência – Em 1940 foi adotado o seguinte princípio de precedência que estabelece uma hierarquia com relação as 3 categorias. E, neste caso, o emprego tem prioridade classificatória em relação as categorias desempregado e inativo e a categoria desempregado tem prioridade em relação a categoria inativo. Assim, as pessoas que estão entre as categorias empregado e desemprego são classificadas como empregadas. Ou seja, uma pessoa que trabalhou por pelo menos uma hora durante o período de referência deve ser classificada como empregada, mesmo que neste período de referência esta pessoa

tenha destinado um tempo maior para a procura de trabalho em relação ao trabalho realizado. Um estudante que esteja a procura de trabalho é considerado desempregado e não inativo. Logo este critério tem por objetivo principal evitar possíveis ambigüidades dada as diversas situações. Entretanto, no limite este critério faz com que i) as categorias sejam mutualmente exclusivas, ii) a categoria desempregado seja entendida como uma situação de total ausência de trabalho e iii) permite uma simples relação entre emprego, horas trabalhadas e renda do trabalho, como feita usualmente pela produtividade e por outras análises. Atualmente, a prioridade (1) com trabalho, (1.2) com trabalho, mas não está trabalhando e nem procurando trabalho (3) desempregado, (4) com trabalho, mas não está trabalhando e procurando trabalho disponível e (5) inativos.

Esses 3 princípios nos levam a concluir que as categorias são concebidas como estoque justamente para medir de forma mais precisa e instantânea no tempo o volume de emprego e desemprego de uma economia.

Logo define-se as categorias emprego e desemprego tal como se segue abaixo:

- **emprego** – pessoas que acima de uma determinada idade e que no período de referência são : *empregados*, todas as pessoas que trabalham recebendo uma remuneração seja em dinheiro ou em espécie e mantém uma relação formal de emprego ainda que estejam temporariamente fora do trabalho e *conta própria*, todas as pessoas que exercem trabalhos autônomos ou tem negócio próprio ainda que temporariamente estejam ausente do trabalho no período de referência,
- **desemprego** – todas as pessoas que durante o período de referência a) sem trabalho, b) correntemente disponível para o trabalho e c) procuram efetivamente trabalho,³⁶
- **Inativo** – também chamada de população não economicamente ativa, compreende todas as pessoas que **não** são classificadas como empregadas e desempregadas durante o período de referência, portanto, não correntemente ativas, incluindo, crianças e jovens com idade abaixo da idade mínima especificada para a medida da população ativamente econômica. Desde a ICLS (1982) a população não economicamente ativa é classificada segundo as razões para a inatividade (a) comparecimento em instituições educacionais; (b) engajados em casas de denteção; (c) velhice; (d) outras razões como enfermidade ou incapacidade. Esta classificação por razões de inatividade que se refere a população não correntemente ativa é diferente da classificação por status (estudante, aposentado, pessoas dedicadas a atividades do lar, etc.) que se refere a população não usualmente ativa. *A mais*

³⁶ A resolução adotada em na ICLS de 1982, entretanto, prevê uma certa flexibilidade nos critérios de procura e disponibilidade quando os critérios convencionais são limitados.

recente recomendação sobre este item diz que, o critério por razões de inatividade é melhor do que o de status, porque entende-se que nem todas os estudantes são inativos e portanto pode existir estudantes que têm trabalho ou o procura. E neste caso, a classificação decorrente da razão da inatividade (comparecendo à instituições educacionais) resolveria este problema. (evitar dupla contagem;

- **Subempregado** - é a situação em que o emprego de uma pessoa é inadequado em relação a determinadas normas (qualificação, renda e jornada de trabalho);
- **População economicamente ativa** – subconjunto da população que, no período de referência predefinido, engloba todas as pessoas acima de determinada idade que constituem a oferta de trabalho. Há duas medidas possíveis : quando o período de referência for longo, por exemplo 12 meses precedentes a pesquisa, corresponderia a população usualmente ativa e quando o período for curto, equivalendo a uma semana ou ao dia anterior a pesquisa, corresponderia a população correntemente ativa ou a força de trabalho.

Agora vejamos os procedimentos recomendados pela OIT para a classificação da população de um país qualquer. Alguns dos procedimentos sugeridos pela OIT tem o objetivo de tentar captar situações no mercado de trabalho que são de difícil classificação no modelo tradicional.

Idade mínima – independentemente do corte etário adotado por cada país, sejam produzidas informações que permitam distinguir as pessoas de 15 anos e mais do restante para que seja realizada a comparação internacional.

Jornada mínima de empregado – uma hora como jornada mínima no período de referência.

Período de referência – para a PEA recomenda-se uma semana ou um dia, para a procura de trabalho é mencionado um período recente uma semana ou um dia ou ainda um mês e para a disponibilidade para o trabalho igual ao de referência da pesquisa de uma semana ou um dia.

Trabalhadores familiares - independentemente do número de horas trabalhadas sejam considerados empregados, no segmento de trabalhadores autônomos. Ademais , recomenda-se aos países que adotam critérios de tempo mínimo de trabalho como critério para classificar os trabalhadores familiares

não remunerados como empregados, identificar como um segmento específico aqueles que tem jornada menor que a definida como mínima.

Aprendizes e estagiários – devem ser considerados empregados desde que recebam salário ou espécie pela atividade exercida.

Membros das forças armadas – devem ser considerados empregados

Pessoas em programas de formação e requalificação profissional – na 14ª Conferência recomenda-se que estas pessoas sejam classificadas como desempregadas se tiverem disponibilidade para o trabalho e se o programa não for fornecido pelo patrão inexistindo relação formal de emprego e se a pessoa objetiva um emprego ao término do curso.

Subemprego – recomenda-se calcular o subemprego visível

Possibilidades de flexibilização do critério de procura por trabalho – na inexistência de atividade no período de referência, poder-se-ia flexibilizar o outro critério básico de atividade, a procura por trabalho para os seguintes casos : para pessoas que acertaram início de um trabalho em período posterior ao de referência (neste caso, são classificadas como desempregado dado o caráter involuntário do lapso para o início do trabalho, a disponibilidade imediata e a possibilidade da relação não se concretizar) para as pessoas em layoff (se não mantiverem vínculo empregatício e procurarem trabalho são classificadas como desempregadas, além disso, a OIT recomenda que as pessoas em layoff sem relação formal, mas disponíveis para o trabalho sejam classificadas como uma categoria distinta) e para os trabalhadores desencorajados dadas as condições do mercado de trabalho (a OIT recomenda duas possibilidades : i) classificá-los como desempregados, quando o período de referência for amplo o bastante para tal ou ii) classificá-los como categoria distinta ao desemprego convencional)

Enfim, as recomendações da OIT segundo Hoffmann e Brandão tem dois eixos básicos. Primeiro, a noção de força de trabalho são fundadas na realidade dos países desenvolvidos e industrializados, onde há uma predominância da relação salarial estável (contrato de trabalho com duração indeterminada, jornada completa e com direitos associados a esta relação, como férias e etc.) e a existência de um amplo e adequado sistema de benefícios aos excluídos da relação salarial. Estes dois aspectos fariam com que o critério de jornada mínima de uma hora permitisse a maior objetividade das pesquisas, pois supondo estas condições qualquer pessoa que

estivesse exercendo um trabalho por este tempo mínimo neste países estaria empregada. O segundo eixo é a centralidade da categoria emprego, isto por que ela e as demais categorias foram concebidas em um momento da história do capitalismo no qual havia o pleno emprego e que estar desempregado era uma exceção. Logo, o modelo da força de trabalho baseia-se fundamentalmente no critério de jornada mínima de uma hora e na precedência do emprego.

Estas condições, portanto, garantiriam que a classificação da população em idade ativa em três segmentos distintos e excludentes (empregados, desempregados e inativos) fornecesse uma descrição bastante próxima da realidade vigente.

Entretanto, como veremos na seção a seguir este modelo que vigora, até hoje, recebe várias críticas e a principal apontada por vários autores, é que este modelo de força de trabalho (emprego, desemprego e inatividade) não reflete com precisão a realidade hoje tão complexa.

1.4 A DESAGREGAÇÃO DO MODELO DE FORÇA DE TRABALHO

Introdução

Nesta seção, mostremos os argumentos para o que alguns estudiosos chamam de “*désagregation*” ou “*éclatement*”, ou ainda nas nossas palavras, a crise do modelo força de trabalho³⁷. Crise, porque o modelo não consegue mais refletir com tanta precisão a realidade dos mercado de trabalho, nem mesmo dos países desenvolvidos, onde o modelo (emprego, desemprego e inatividade) se adequava. E neste sentido, ele é muito criticado.

Críticas

O questionamento em relação aos dados de desemprego e, principalmente, em relação aos conceitos de emprego, desemprego e inatividade tem revelado a

³⁷ Os termos “*désagregation*” e “*éclatement*” são utilizados por Besson & Comte (1989) e por outros autores franceses para se referirem a atual crise em torno da noção de emprego e desemprego.

dificuldade dos estatísticos em classificar, delimitar e definir as categorias da força de trabalho, bem como, tem provocado um crescente número de denominações para o fenômeno desemprego : desemprego aberto, convencional, natural, estrutural, de longa duração, oculto, disfarçado e etc, o que em última instância tem abalado o senso comum do que venha ser o conceito de desemprego e desempregado.

Segundo Freyssinet, a freqüência com que volta o debate sobre a validade e honestidade da medida estatística de desemprego decorre da imperfeição dos instrumentos de medida e das incertezas quanto as definições das categorias da força de trabalho. Para Salais, a crise contemporânea é fundamentalmente uma crise do modelo de representação estabelecida, principalmente das categorias emprego e desemprego. E que, portanto, o modelo de representação social do emprego e desemprego distanciou-se da realidade mais imediata em decorrência fundamentalmente da dinâmica social. Já para Hoffmann e Brandão, a simplicidade da classificação ao mesmo tempo que permite a sua disseminação e aplicação prática independente do grau de organização do mercado de trabalho também tende a torná-lo progressivamente limitado em sua capacidade descritiva dada a heterogeneidade dos mercados de trabalho dos países em desenvolvimento, a crescente precarização e aparecimento de outras situações de trabalho e não trabalho nos países desenvolvidos.

Para alguns autores o próprio ajuste do modelo já revelaria a incapacidade do modelo de refletir as diversas situações do mercado de trabalho. Neste caso, a introdução da categoria subemprego revelaria as dificuldades do modelo.

Entretanto segundo Medina, a crítica ao modelo de força de trabalho tricotômico, a partir da noção de subemprego, na verdade não questiona o modelo. Neste sentido, a noção de subemprego pode ser considerada como um desdobramento daquele enfoque em seu estado puro. Como este não representou realmente um ataque ao modelo tradicional e como a categoria subemprego não conseguiu se estabelecer teórica e nem praticamente, o modelo de força de trabalho tricotômico prevaleceu até os dias atuais como único modelo que mede a subutilização da força de trabalho. Além disso, devemos estar cientes que, por algum motivo, o interesse social se inclina até os dias de hoje às simplificações conceituais e, conseqüentemente dão mais importância

aos extremos dos números e, portanto, preferem saber em primeiro lugar qual a taxa de desemprego aberto do que um conjunto de dados sobre o mercado de trabalho.

Para Comte o fundamental para as classificações estatísticas é a nítida distinção entre os ativos e inativos e entre os empregados, desempregados e inativos. Até recentemente os critérios ter ou emprego e procurar ou não por um emprego eram suficientes para distinguir as categorias de emprego, desemprego e inativo. Entretanto, hoje, nem mesmo a elaboração de critérios mais rigorosos como idade mínima, procura ativa e disponibilidade não evitam a confusão em torno das categorias. Ao contrário, as definições mais rigorosas que procuram dissipar possíveis confusões tem provocado muitas outras.

Argumentos

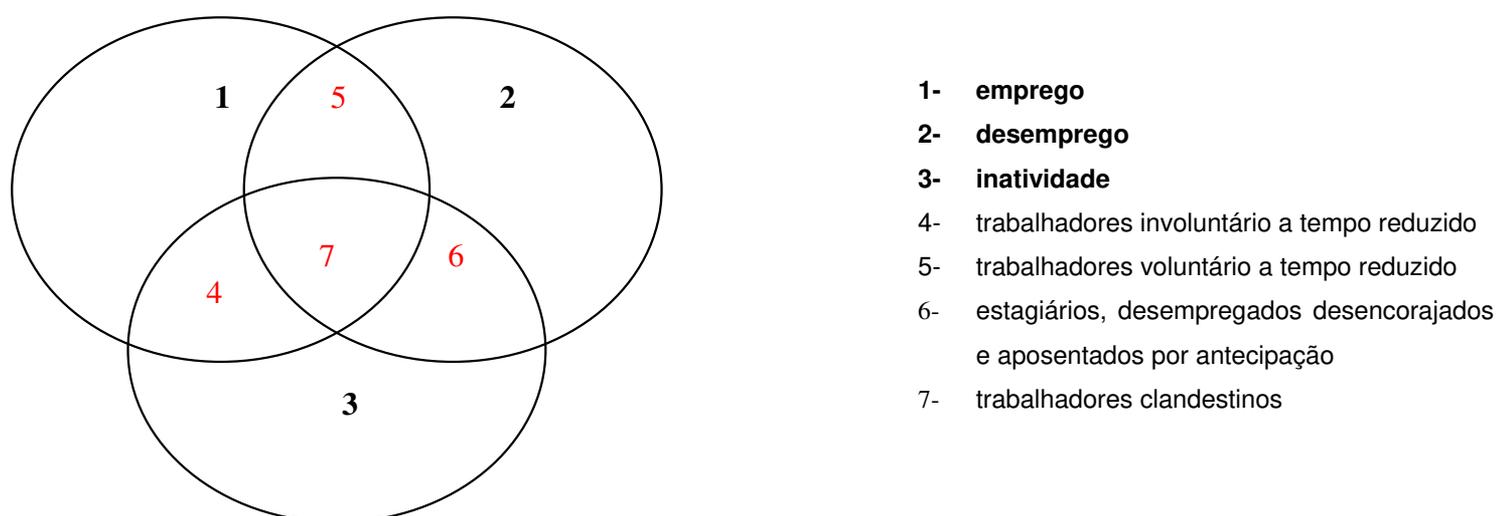
Segundo Freyssinet, a definição usual do desemprego tem duas simplificações : primeira, que cada pessoa pode ser classificada somente em uma categoria (emprego, desemprego e inatividade) e segunda, que o desemprego seja um fenômeno residual (população ativa menos a população ocupada)

O aumento do desemprego, o aparecimento e a ampliação de situações intermediárias às situações do modelo tradicional (emprego, desemprego e inatividade) suscitou um grande interesse pelas estatísticas e pelos métodos utilizados para a medição de variáveis do mercado de trabalho em geral e em específico do desemprego. Estes métodos estão se revelando inadequados para refletir uma realidade cada vez mais complexa. O emprego informal, a compatibilidade e rotação entre ocupação e programas de formação, as antecipações de aposentadorias, o trabalho a tempo parcial, a suspensão temporária dos contratos de trabalho e o desalentado são entre muitos outros fenômenos que, em um contexto de crise, adquirem maior dimensão e conotação, abalando a medição das categorias tradicionais (empregado desempregados e inativos) e favorecendo um estado de desconfiança e descrédito quanto a validade e a pertinência das estatísticas de desemprego, bem como, sobre a neutralidade dos métodos estatísticos.

Para Freyssinet, o maior problema atual é crescente número de pessoas que estão entre as categorias tradicionais³⁸. Quatro tipos de situação merecem ser mencionadas em razão de sua importância quantitativa; i) os trabalhadores voluntários a tempo reduzido, ii) os trabalhadores involuntários a tempo reduzido, iii) os trabalhadores clandestinos, iv) os estagiários, desempregados desencorajados, aposentados por antecipação. A **Figura 1** seguir nos dará uma visão mais clara do que o autor quer dizer.

Figura 1

“Les Chevauchements” entre as três categorias tradicionais



Um outro grande problema apontado por Freyssinet é aumento do fluxo entre as categorias, isto é, um grande número de pessoas tem passado rapidamente de empregados a desempregados e a marginalizados.

E por isso, o apego às estatísticas atuais de desemprego não deve ocultar a mutação na realidade do mercado de trabalho. Em efeito, o emprego masculino assalariado a tempo pleno se opõe ao crescimento do emprego feminino, as fórmulas de trabalho parcial ou interino, de fábrica fragmentada ou de subcontratação e o

³⁸ “Les Chevauchements” é a denominação dada por Freyssinet às populações entre as categorias tradicionais do modelo de força de trabalho.

aumento do setor de serviços “vis a vis” a produção de bens. A multiplicação de situações intermediárias não captadas pelo modelo tradicional de emprego, desemprego e inatividade explica a crise dos indicadores de desemprego. Estes indicadores são criticados por serem medidas homogêneas e centralizadas, que em outras épocas eram válidas.³⁹

Enfim, temos visto que a representação social do desemprego não reflete mais com a mesma nitidez a realidade sócio-econômica, e que portanto, tem perdido espaço para outras representações da força de trabalho, ainda imprecisamente concebidas.

1.5 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AO CAPITULO 1

A partir do que foi exposto acima, tornar-se mais fácil a compreensão do processo histórico de gênese, constituição e crise da noção de desemprego. E possibilita, entender como este processo influenciou nas orientações e recomendações da OIT e, portanto, para o atual modelo de força de trabalho.

A construção da noção de emprego e desemprego só foi possível através da predominância do capitalismo e da relação salarial, mas principalmente da institucionalização do desemprego por parte do Estado. Por isso, é que dizemos que o desemprego é uma representação histórica e socialmente definido e localizada, ou seja não é em qualquer momento histórico, nem mesmo em qualquer sociedade e/ou economia que poderemos ter o surgimento da categoria desemprego. Esta categoria foi construída ou inventada para uma determinada sociedade capitalista na qual há a predominância da relação salarial e um Estado do tipo Keynesiano ou “Welfare State”.

E neste sentido, é inadequado adotar os mesmos conceitos de emprego e desemprego, que foram elaborados para refletir e avaliar as realidades dos países desenvolvidos entre o final do século XIX e meados do século XX, para economias em desenvolvimento, que tem um grande setor informal, precarização das relações de trabalho, baixo dinamismo econômico e outras mazelas próprias dessas economias, mesmo que sejam capitalistas.

³⁹ Ver Salais (1990: 180)

E talvez, seja difícil também transportar os conceitos de emprego e desemprego que vigoraram no período do Welfare State para o atual momento de transformações na economia e no mercado de trabalho. O resultado dessas transformações de modo geral e da tentativa de mensurarmos as diversas situações de trabalho e não trabalho tem gerado um acirrado debate em torno das estatísticas de emprego e desemprego e algumas proposições para medir as novas situações no mercado de trabalho.

Cabe-nos agora, após esta breve reflexão teórica, analisar através das práticas nacionais como alguns países têm tratado esta problemática.

CAPÍTULO II

PRATICAS NACIONAIS

“Se as mudanças nos mercados de trabalho nos países desenvolvidos relativizam a potencialidade descritiva de seus sistemas de estatísticas, este já era um cenário muito vigente nos chamados países em desenvolvimento. Nos mercados de trabalho destes países, combinam-se grande disponibilidade de mão-de-obra, capacidade limitada de setores produtivos modernos gerarem postos de trabalho em número suficiente para atender a demanda, agências públicas de alocação de mão-de-obra e sustentação de programas de emprego com restrita possibilidade de atuação, frágeis mecanismos de seguridade social e amplos segmentos ocupados em atividades por conta própria. Trata-se de um quadro parcialmente captado pelas estatísticas usadas para comparações internacionais, deficiência que incentivou a formulação de inúmeros indicadores alternativos, dentre os quais se destacam os de subemprego e de setor informal.”

Hoffmann e Brandão

2. OS INDICADORES: as pesquisas domiciliares de México, EUA, França e Brasil

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo iremos descrever e comparar, de forma sucinta, as pesquisas de desemprego dos seguintes países: México, EUA, França e Brasil, ressaltando principalmente os conceitos de emprego, desemprego e inatividade. Especificamente centraremos a análise nas pesquisas domiciliares de emprego e desemprego feitas por amostragem e de periodicidade mensal, trimestral ou ainda anual, porque estas formam o núcleo duro das estatísticas de desemprego⁴⁰.

2.2 MÉXICO - A PESQUISA NACIONAL DE EMPREGO URBANO ⁴¹

O Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informação ou simplesmente Instituto de Estatística do México à aproximadamente 30 anos vem realizando pesquisas domiciliares por amostragem para calcular o desemprego⁴². O primeiro esforço aconteceu em 1972 com a **Pesquisa Nacional de Domicílio**, que cobria as áreas metropolitanas da Cidade do México, Guadalajara e Monterrey, onde residia aproximadamente ¼ da população mexicana. Esta pesquisa foi baseada no “Census Atlántida” do “US Bureau”, adotado também, pela maioria dos países da América Latina.

Durante os anos que se seguiram, a pesquisa de desemprego operou conforme alterações na sua denominação e cobertura geográfica, bem como, nos seus principais conceitos.

⁴⁰ Um excelente estudo sobre esse tipo de pesquisa foi realizado pelas autoras Hoffman e Brandão (1996). A justificativa das autoras por optarem pelas pesquisas domiciliares decorre da centralidade deste instrumento de coleta de dados no sistema estatístico no mundo do trabalho, pois permite investigar um universo populacional, setorial e ocupacional mais amplo que as pesquisas por estabelecimento e os registros administrativos, constituindo assim, juntamente com os censos populacionais, a referência básica para a classificação, mensuração e caracterização da população economicamente ativa de um país.

⁴¹ As notas aqui referentes ao México estão, em grande parte, respaldadas no texto “Employment and unemployment in Mexico’s labor force” das autoras Susan Fleck e Constance Sorretino em Monthly Labor Review de novembro de 1994 e, principalmente, no manual da “Encuesta Nacional de Empleo” de 1999-2000.

⁴² Como em muitos países, no México, o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informação (INEGI) produz outros métodos para investigar o mercado de trabalho, por exemplo, as Pesquisas de Estabelecimento e os Censos Populacionais. Entretanto, aqui daremos enfoque à apenas as “enquetes” domiciliares por amostra, se necessário, faremos algum comentário pertinente sobre estes outros métodos.

Entre os anos de 1972 a 1973 a pesquisa era chamada de **Pesquisa Nacional de Domicílio**, de 1973 a 1976 a pesquisa foi chamada de **Pesquisa de Emprego Contínua**, de 1977 ao final de 1984, se tornou **Pesquisa Ocupacional Contínua**. Esta pesquisa foi conduzida concomitantemente com a **Pesquisa Nacional de Emprego Urbano** ou **Pesquisa de Emprego Urbano** de 1983 até 1984, quando a Pesquisa Ocupacional Contínua foi encerrada. A partir desta data, a Pesquisa de Emprego Urbano foi a única pesquisa por amostra domiciliar trimestral realizada no México.

A cobertura geográfica foi em alguns momentos ampliada e em outros reduzida. No início a pesquisa cobria apenas as três principais cidades do México (Cidade do México, Guadalajara e Monterrey), de 1979 a 1982 sua cobertura foi ampliada passando a cobrir algumas cidades menores. Nos anos de 1983-84 a cobertura da Pesquisa Ocupacional Contínua retrocedeu à três cidades iniciais, enquanto, a Pesquisa Nacional de Emprego implantada em 1983 cobria 12 áreas metropolitanas. No ano de 1985 o número de cidades cobertas aumentou para 16, passando a incluir 4 cidades que faziam fronteira com os EUA e que, tinham indústrias *maquiladoras*. No período de 1987 a 1991 a pesquisa conseguiu obter uma cobertura geográfica suficientemente estável. Sendo que, a partir de 1991 a 1994, a pesquisa passou a cobrir 37 cidades, com aproximadamente 90% da população das grandes áreas urbanas de 100.000 ou mais residentes e, aproximadamente 60% da população em todas as áreas urbanas de 2.500 ou mais residentes. Atualmente cobre 45 áreas urbanas, o que corresponde a 93% da população urbana do México.

A principal mudança em termos conceituais introduzida pela Pesquisa Nacional de Emprego Urbano de 1983 foi a classificação dos trabalhadores familiares não remunerados conforme as recomendações da Décima Terceira Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT de 1982. Conforme esta recomendação, *os trabalhadores familiares não remunerados que trabalhassem menos de 15 horas e mais de 1 hora por semana seriam classificados como ocupados*. Entretanto, a pesquisa mexicana passou a incluir não somente estes como ocupados, mas também, os trabalhadores familiares não remunerados que não trabalharam no período de

referência, mas que esperavam retornar para o trabalho em 1 mês⁴³.

Na Pesquisa Ocupacional Contínua e nas pesquisas anteriores, os trabalhadores familiares não remunerados que trabalhavam menos de 15 horas por semana não eram classificados na força de trabalho, a menos que, estes estivessem buscando trabalho ou a espera do início de um novo trabalho. Nestes casos, os trabalhadores familiares seriam então classificados como desempregados⁴⁴.

Em 1985, o questionário da Pesquisa de Emprego Urbano foi revisado e ampliado, foram mudadas algumas perguntas para aumentar a qualidade e confiabilidade dos resultados e introduzidos novos tópicos de interesse; como localização do trabalho (na casa, na rua, e assim por diante), tamanho do estabelecimento, horas de trabalho, benefícios concedidos pelo empregador e renda.

A principal mudança conceitual introduzida na Pesquisa de Emprego Urbano de 1985 foi tratar algumas pessoas que eram consideradas anteriormente desempregadas como empregadas:

- *as pessoas que esperam começar um trabalho em 30 dias e*
- *as pessoas que têm um trabalho para o qual esperam voltar em 30 dias (incluindo as pessoas em "temporary layoff" e outros que não trabalham atualmente por: greve, enfermidade, fatores sazonais, escassez de materiais, ou falta de clientes)*

Também passou-se a considerar como empregado algumas pessoas que foram colocadas fora da força de trabalho e que por alguma atitude poderiam ser classificados como desempregados :

- *os trabalhadores familiares que trabalham menos de 15 horas por semana e buscam trabalho ou esperam voltar em 30 dias para o trabalho⁴⁵.*

A armação conceitual da Pesquisa de Emprego Urbano desde 1985 segue geralmente as diretrizes recomendadas pela OIT. Porém há algumas diferenças entre as concepções devido, principalmente, a tentativa por parte do Instituto Estatístico do

⁴³ A este respeito ver : Hoffmann e Brandão (1996), Sorretino e Fleck (1994) e XIII CIET (1982)

⁴⁴ Segundo Sorretino e Fleck (1994) a mudança causou um aumento de um pouco mais de 1% na taxa de participação global mexicana, com proporcional aumento para homens e mulheres.

⁴⁵ Anteriormente, estes trabalhadores eram considerados desempregados se procurassem trabalho ou estivessem a espera de um novo trabalho.

México em captar certas especificidades do mercado de trabalho de seu país. Em linhas gerais, este Instituto define os empregados e os desempregados como se segue:

QUADRO 1
Definições das categorias da pesquisa de emprego mexicana

Categorias	Definições
Empregado ⁴⁶	são classificadas como empregadas todas as pessoas que tem 12 anos ou mais e que na semana de referência; (1) trabalhou pelo menos 1 hora por dinheiro ou por conta própria; ou (2) fez qualquer trabalho não remunerado de ajuda a negócio da família ou não remunerado para não membro da família; ou (3) era temporariamente ausente devido a : enfermidades, férias, viagem, razões pessoais e estudo e; ou ainda era remunerado enquanto estava afastado (nenhum prazo foi estipulado para a ausência, contanto que fossem remunerados, ou seja, mantivessem algum vínculo empregatício); ou (4) não trabalhou ou recebeu pagamento, mas esperou começar qualquer trabalho novo ou voltar para o trabalhar dentro das próximas 4 semanas.
Desempregado ⁴⁷	são definidos como pessoas de 12 anos ou mais que, na semana de referência, não trabalhou durante 1 ou mais horas e; (1) estavam disponíveis para o trabalho; e (2) ativamente buscaram trabalho nas 4 semanas anteriores ou (3) tinham buscado trabalho nos últimos 1 - 2 meses enquanto esperava uma novo emprego (a) para começar na próxima "estação" do ano; (b) por uma resposta de trabalho; (c) por uma reconvocação de trabalho dentro dos próximos 3 meses; ou (d) pelo fim de uma greve ou trabalho obstruído ⁴⁸ .
Inativo	todas as pessoas que são incapazes de trabalhar (crianças abaixo de 12 anos de idade, enfermos crônicos e etc.) ou que voluntariamente não desejam fazer parte da força de trabalho.

Fonte : ENE 1999

Os principais parâmetros conceituais das estatísticas mexicanas que permitiram consolidar e precisar os conceitos de emprego, desemprego e inatividade são: período de procura de trabalho, limites de idade, classificação das pessoas em layoff, dos trabalhadores familiares não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana, dos trabalhadores que esperam retornar para o trabalho e trabalhadores em greve estão expostos no quadro a seguir.

⁴⁶ Segundo Sorretino e Fleck (1994), a definição mexicana de emprego e desemprego aberto inclui como ocupado todas as pessoas que trabalharam 1 hora pelo menos na semana de referência. Isto está de acordo com o princípio da OIT da precedência do emprego. Isto resulta em uma definição que incorpora os trabalhadores marginais entre os empregados.

⁴⁷ Cf. Hoffmann e Brandão (1996) poderíamos definir o desemprego aberto no México como se segue : são todas as pessoas de 12 anos e mais que estão sem emprego na semana de referência, mas que procuraram ativamente nos 2 últimos meses e estão disponíveis imediatamente na semana de entrevista para ocupar um trabalho.

⁴⁸ Segundo Sorretino e Fleck (1994), embora seja especificada a disponibilidade nesta definição, nenhum teste é realizado para verificar se as pessoas desempregadas atualmente estejam disponíveis. Em suma, são contados as pessoas que esperam começar ou voltar para o trabalho dentro de 4 semanas como empregados, seja qual for a razão (demissão, greve, sazonalidade do trabalho, transição para um novo trabalho, e assim por diante). Se eles não esperam começar ou voltar para o trabalho em 4 semanas, mas buscaram trabalho nos últimos 2 meses, eles são classificados como desempregados.

QUADRO 2
Parâmetros metodológicos da pesquisa de emprego mexicana

Parâmetros	Definições
Período de procura de trabalho.	Na pesquisa mexicana, toma-se o parâmetro de 1 mês de procura de trabalho. Este período pode ser estendido para 2 meses, dado os obstáculos do estado do mercado de trabalho, somente para as pessoas disponíveis imediatamente para ocupar um trabalho.
Limites de idade	<i>Para fazer parte da força de trabalho é necessário ter no mínimo 12 anos ou mais⁴⁹.</i>
Layoffs.	As pessoas em "layoff" que estão esperando para serem recolocadas ao trabalho em 4 semanas são classificadas como empregados no México desde 1985. Mesmo que estas pessoas em layoff não estivesse esperando voltar para o trabalho nos próximos 30 dias, só serão classificadas como desempregadas se buscaram trabalho nos últimos 2 meses.
Trabalhadores que esperam começar um novo trabalho⁵⁰	Todas as pessoas que esperam começar um novo trabalho dentro de um mês são classificadas como empregadas.
Trabalhadores familiares não remunerados	Membros da família não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana de referência ou não trabalharam na semana de referência, mas que esperam voltar a trabalhar dentro de 1 mês, vêm sendo classificados como ocupados desde a Pesquisa de Emprego Urbano de 1983 ⁵¹ .
Pessoas em greve.	as pessoas em greve são classificadas como empregadas se elas esperam voltar para o trabalho em 4 semanas. Se elas não esperam voltar a trabalhar em 4 semanas e buscarem trabalho nos últimos 2 meses, elas são classificadas como desempregadas ⁵² .

Fonte: ENE 1999

Indicadores complementares

O Instituto Estatístico Mexicano decidiu produzir a partir de 1987 várias taxas complementares de desemprego, subemprego e emprego-renda para analisar a subutilização e o desemprego (ou demanda por emprego em geral). Estas taxas são baseadas em uma combinação de informações de procura de trabalho, horas

⁴⁹ Cf. Sorretino e Fleck (1994), a razão para isto é que no México se espera que os jovens contribuam muito cedo para o bem-estar da família. A idade de 12 anos é usada como o mais baixo limite de idade para o cálculo da taxa de participação, embora as leis de trabalho proibam os indivíduos abaixo de 14 anos de idade de trabalhar. Estabelece também grandes restrições para o trabalho de adolescentes entre 14 a 16 anos. No censo de 1990 registra-se que aproximadamente 45% das crianças que trabalhavam no México eram trabalhadores agrícolas, geralmente, ajudando suas famílias. Muitos também trabalhavam no setor informal da economia nas áreas urbanas. Assim, um número significativo de crianças de 12 a 14 anos de idade são classificados como ocupados nas pesquisas mexicanas. Todos os outros países da OCDE usam a idade de 15 ou 16 anos como o mais baixo limite para a inserção força de trabalho. Para fins de comparação internacional o México utiliza a idade de 15 anos como o limite inferior de idade.

⁵⁰ Cf. Sorretino e Fleck (1994), o México classifica algumas pessoas como empregados que seriam contados como desempregados conforme a OIT e a maioria dos países (são os caso de: EUA, Chile, Índia, Irlanda e etc.), ou seja, as pessoas que esperam começar um novo trabalho dentro de um mês se procuram trabalho e estão disponíveis para o trabalho. Os relatórios de pesquisa no México apresentam um número significativo de pessoas nesta categoria.

⁵¹ Cf. Sorretino e Fleck (1994), os relatórios de pesquisa no México apresentam um número significativo de trabalhadores familiares não remunerados trabalhando em um número marginal de horas ou nenhuma hora durante a semana de referência.

⁵² Cf. Sorretino e Fleck (1994), isto ocorre, porque os estatísticos dizem que no México muitas greves não duram mais do que 4 semanas.

trabalhadas e renda do trabalho⁵³.

Este conjunto de taxas complementares conceitualmente se expandiu a partir da taxa de desemprego aberto para medir 10 categorias mais amplas de desemprego e subemprego. Isto ocorreu de tal forma que se agrupou várias categorias para obter uma taxa geral de desemprego:

- i) o “desemprego por desalento”⁵⁴ ;*
- ii) os trabalhadores por tempo parcial por razões econômicas;*
- iii) os trabalhadores que estão procurando por um segundo ou por um novo emprego; e*
- iv) as pessoas que trabalham por longas horas a uma baixa remuneração.*

As taxas são conhecidas desde R-1, R-2 até R-11. A taxa R-1 corresponde a taxa oficial de desemprego aberto. A taxa R-2 soma as pessoas que esperam começar um novo trabalho e o “desemprego por desalento”. As taxas R-3 a R-5 são taxas de subutilização que usam a procura de trabalho como uma proxy para definir a pressão no mercado de trabalho. As taxas R 6 a R-8 usam o número de horas trabalhadas para determinar graus diferentes de subutilização. As taxas R-9 e R-10 são indicadores de emprego-renda que combinam critérios de salários recebidos e horas trabalhadas. **A taxa R-10 é a única das taxas que não incorpora a taxa de desemprego aberta em seu cálculo e, também, a única que usa o emprego total em lugar da força de trabalho no denominador.** A taxa R-11 é uma taxa composta. Vejamos agora uma por uma⁵⁵:

QUADRO 3
Indicadores Complementares de Desemprego

R1	Taxa de desemprego aberto
R2	Taxa alternativa de desemprego
R3	Taxa de efetiva pressão econômica
R4	Taxa efetiva de pressão por preferência
R5	Taxa geral de pressão
R6	Taxa de desemprego R1 mais a proporção de pessoas trabalhando até 15 horas na semana
R7	Taxa de desemprego R1 mais a proporção de pessoas que trabalham em tempo parcial por razões econômicas
R8	Taxa de desemprego R1 mais a proporção de pessoas que trabalham menos de 35 horas semanais
R9	Taxa de desemprego R1 mas a proporção de pessoas que obtêm renda insuficiente
R10	Taxa de condições críticas de emprego
R11	Taxa geral de necessidade de emprego

Fonte: INEGI

⁵³ Cf. Sorretino e Fleck (1994) somente uma das taxas é verdadeiramente uma taxa alternativa de desemprego aberto; as outras incluem grupos diferentes da força de trabalho, cujo, trabalho poderia ser considerado insatisfatório em termos de horas e salários.

⁵⁴ O desemprego por desalento é composto por todas as pessoas que estão disponíveis para o trabalho, mas não estão procurando ativamente.

⁵⁵ Todas as taxas são em relação a força de trabalho, exceto as taxas R2 e R11 que são em relação a força de trabalho mais o desemprego por desalento e a taxa R10 que é em relação ao emprego total.

Taxa de desemprego aberto (R-1) (em porcentagem da força de trabalho): esta taxa é composta (1) por todas as pessoas de 12 anos e mais que na semana de referência não trabalharam durante 1 ou mais horas; (2) estavam disponíveis para trabalho na próxima semana e (3) buscaram trabalho ativamente nas últimas 4 semanas, ou buscaram trabalho no passado por pelo menos 1 ou 2 meses quando em greve, esperando resposta para voltar a trabalhar na próxima estação, ou ainda, esperando resposta para voltar a trabalhar nos próximos 3 meses.

Taxa alternativa de desemprego (R2)⁵⁶ taxa de desemprego aberto mais o desemprego “escondido” como proporção da força de trabalho: ou seja, inclui (1) os abertamente desempregados, (2) os indivíduos que esperam começar um trabalho novo ou negócio no próximo mês e (3) os desempregados desalentados⁵⁷.

Taxa real de pressão econômica (R-3)⁵⁸ em porcentagem da força de trabalho é composta (1) pelo desemprego aberto e (2) pelos empregados que procuram um segundo trabalho.

Taxa real de pressão de preferência (R-4)⁵⁹ em porcentagem da força trabalho é composta (1) pelos abertamente desempregados e (2) por aqueles empregados que estão procurando um trabalho novo.

Taxa geral de pressão (R-5)⁶⁰ em porcentagem da força de trabalho é composta (1) pelos abertamente desempregados e (2) por todas as pessoas empregadas que estão ativamente procurando um novo trabalho nos últimos 2 meses por qualquer motivo.

Taxa de desemprego aberto e de trabalho por tempo parcial abaixo de 15 horas (R-6): esta é composta (1) por trabalhadores por tempo parcial que trabalham de 1 a menos de 15 horas na semana de referência por qualquer razão e (2) pelos abertamente desempregados⁶¹.

Taxa de desemprego e trabalhadores por tempo parcial por razões econômicas (R-7) em proporção da força de trabalho, esta é composta (1) pelos trabalhadores por tempo parcial por razões econômicas (como : redução na produção, falta de materiais ou desarranjo no equipamento), (2) a pessoas empregadas que estão trabalhando 1 hora, e/ou menos de 35 horas por semana por razões econômicas e (3) pelos abertamente desempregados⁶².

Taxa de desemprego aberto e trabalhadores por tempo parcial abaixo de 35 horas (R-8)⁶³ em porcentagem da força de trabalho, é composta (1) pelos abertamente desempregados, (2) por todas as pessoas que trabalharam 1 hora e/ou menos do que 35 horas por semana, sendo voluntário ou não⁶⁴.

⁵⁶ A categoria das pessoas que esperam por começar um novo trabalho não inclui as pessoas sem trabalho e sem pagamento, mas que vão voltar para trabalhar em no máximo 4 semanas. Então, exclui de R-2 as pessoas em temporary layoff, bem como, as pessoas que responderam que não estavam trabalhando devido a falta de dinheiro, escassez de materiais, ou abandono do veículo ou maquinaria. A adição deles teria elevado a R-2, que em 1991 foi de 4,2% em pelo menos 1,5 pontos percentuais. A R-2 foi aproximadamente 50% mais alta que a taxa de desemprego aberto de 1987 a 1989, desde então a diferença entre elas vêm aumentando. A taxa R-2 flutuou no período de 1987-94 em torno de 4.2 a 6.0%.

⁵⁷ O desemprego por desalento incluem dois grupos: (1) as pessoas que procuraram trabalho nos últimos 2 meses, mas não buscaram trabalho no último mês por que eles pensaram que não pudessem achar trabalho e (2) as pessoas que não buscaram trabalho nos últimos 2 meses por que eles pensaram que não pudessem achar trabalho ou por que eles estavam esperando pelo/pela (a) fim de uma greve ou suspensão de trabalho, (b) próxima estação, (c) chamada para o retorno ao trabalho, ou (d) chamada para trabalhar de um empregador nos próximos 3 meses. Em 1991, o desempregado desalentado no México representava aproximadamente 1% da força de trabalho e as suas taxas durante outros anos ficaram provavelmente em torno de 1% a 2 %.

⁵⁸ A R-3 mede a disponibilidade do respondente para ter outro trabalho, mas não é feita nenhuma pergunta relativa ao número de horas que o respondente estariam disponível durante a semana. Neste caso é qualificado o número de pessoas subutilizados, mas não o grau de subutilização. A R-3 é aproximadamente 30 a 40% a taxa de desemprego aberto.

⁵⁹ Como a R-3, R-4 pode medir a disponibilidade do segmento da mão-de-obra que busca um novo emprego, mas também, não pode avaliar o por que do desejo de um novo trabalho. A R-4 é logicamente mais alta do que a R-3 e tende a ser 50 a 60% mais alta do que a taxa de desemprego aberto.

⁶⁰ Segundo Sorretino, a R-5 combina a R-3 e R-4. Igualmente a estas, ela também não sonda as razões da procura por um novo trabalho ou segundo trabalho. A R-5 tende a ser quase o dobro da taxa de desemprego aberto.

⁶¹ A R-6 não abarca pessoas que não trabalharam na semana de referência. Se R-6 incluísse todas as pessoas classificadas como empregadas que não fizeram nenhum trabalho na semana de referência, seria aumentada substantivamente, em 1993, de 8 para 11 ou 12%. A R-6 tende a ser mais que o dobro da taxa de desemprego aberto. Isto indica que um número significativo de mexicanos está trabalhando sob este regime de horas por semana. (Somando todas as pessoas que não trabalharam durante a semana de referência a R-6 iria ser o tripulo da taxa de desemprego aberto.). Não há nenhuma indicação se estas pessoas querem trabalhar mais horas ou estão procurando outro trabalho.

⁶² Segundo Sorretino, a R-7 tende a ser 70 a 90% mais alta do que a taxa de desemprego aberto. Como a R-2 e R-6, a R-7 exclui as pessoas que não trabalharam nenhuma hora por razões econômicas.

⁶³ Incluem todos os empregados que trabalharam menos de 35 horas por razões econômicas, razões pessoais, ou de natureza do trabalho.

⁶⁴ Segundo Sorretino e Fleck (1994) entre ¼ e 1/5 da força de trabalho mexicana está neste grupo. A R-8 é 5 a 7 vezes a taxa de desemprego aberto, e desde 1988, foi a taxa mais alta do conjunto.

Taxa de desemprego aberto e insuficiência de renda (R-9)⁶⁵ em percentagem da força de trabalho é composta (1) pelos abertamente desempregados, (2) pelas pessoas empregadas que ganharam menos que o salário mínimo por mês⁶⁶.

Taxa de condição crítica do empregado (R-10)⁶⁷ em proporção do emprego total⁶⁸ é composta (1) por pessoas que trabalham 1 hora e/ou menos que 35 horas por semana por razões econômicas, (2) que trabalham mais de 35 horas por semana ganhando menos que o salário mínimo e (3) que trabalha mais de 48 horas por semana ganhando entre 1 e 2 vezes o salário mínimo⁶⁹.

Taxa geral de necessidade de emprego (R-11)⁷⁰ em percentagem da força de trabalho mais do desemprego desalentado, é composta (1) pelos abertamente desempregados, (2) pelos desempregados desalentados, (3) pelas pessoas que esperam começar um novo trabalho, (4) pelas pessoas a procura de um novo ou de um segundo trabalho e (5) pelas pessoas que trabalham entre 1 a 15 horas por semana⁷¹.

Alguns comentários finais sobre a pesquisa de emprego do México

A idéia de compor todo um conjunto de taxas de complementares, em vez de ficar exclusivamente com a taxa de desemprego aberto, é uma iniciativa importante que proporciona uma análise mais completa da subutilização do trabalho e do desemprego nas suas mais diversas formas no México. Apesar das limitações decorrentes do uso da variável renda em comparações inter-temporais, os indicadores nos quais ela é também referencial tem fornecido uma medida importante da subutilização da força de trabalho.

Destaca-se, no México, uma baixa taxa de desemprego aberto. Em parte se deve ao fato da pesquisa de emprego mexicana não incluir no desemprego aberto pessoas que seriam contadas como desempregados nos EUA⁷². Assim, no segundo trimestre de 1993, a taxa de desemprego urbana informada de 3,1% seria elevada para 5,0% quando ajustada para os conceitos norte-americanos. Embora, o ajuste aumente em 60% a taxa de desemprego aberto, este ainda ficaria abaixo da taxa norte-

⁶⁵ Exclui-se da taxa os trabalhadores não remunerados.

⁶⁶ Segundo Sorretino e Fleck (1994), a renda abaixo do salário mínimo por mês é usada como uma proxy para renda insuficiente. A R-9 somam todos os trabalhadores; os trabalhadores de tempo integral e parcial que ganharam menos que o mínimo por mês. A R-9 foi 8 vezes a taxa de desemprego aberto em 1987, mas caiu para aproximadamente 4 vezes em 1992 e 3-1/2 em 1993-94. A R-9 caiu em mais da metade de 1987 a 1993. Porém, parte da razão para o declínio é que o salário mínimo (nominal) é usado no cálculo em lugar do salário mínimo real. Pois dada a alta da inflação, o salário mínimo diminuiu.

⁶⁷ Os trabalhadores não remunerados não são incluídos neste cálculo.

⁶⁸ Distinto dos nove indicadores anteriores, a R-10 não incluem a taxa de desemprego aberto no numerador.

⁶⁹ Esta taxa diminuiu consideravelmente durante os anos em decorrência da manutenção do critério do salário nominal e da alta da inflação. A R-10 caiu de quase 7 vezes a taxa de desemprego aberto em 1987 para 3 e 4 vezes a taxa em 1992-94.

⁷⁰ É uma taxa composta que recentemente foi desenvolvida pelo Instituto Estatístico e combina elementos da R-1, R-2, R-5 e R-6.

⁷¹ Segundo Sorretino e Fleck (1994), a R-11 foi 3 a 4 vezes mais alta do que a taxa de desemprego aberto. Se fosse incorporada as pessoas que trabalham por tempo parcial por razões econômicas (evitando a dupla contagem), a R-11 durante o segundo trimestre de 1991 aumentariam de 8,8% para 12,2%. (Sem ajustar a dupla contagem, a taxa seria de 12,6%.) Semelhantemente, a média anual da R-11 para 1993 aumentaria de 13,2% para entre 15% e 16% (ajustados a duplicação). Esta medida compreendendo os sem rendas seria mais inclusivo, quase 5 vezes maior que o desemprego aberto.

⁷² A intrigante baixa taxa de desemprego aberto do México levou a que Sorretino e Fleck (1994) ajustasse o conceito de desemprego aberto mexicano ao americano. Ajustou-se três itens: incluindo como desempregados as pessoas que esperam começar um novo trabalho e as pessoas em layoff que esperam voltar para o trabalho em 4 ou menos semanas; omitindo membros da força de trabalho - os trabalhadores familiares não remunerados que trabalham menos de 15 horas ou não trabalharam durante a semana de referência e o limite mínimo para a entrada na força de trabalho do México de 12 para 16 anos. Não foi feito nenhum ajuste no parâmetro sobre o período de procura de trabalho de 2 meses, em respeito a especificidade do mercado de trabalho mexicano.

americana de 6,8% daquele ano.

O baixo desemprego no México mesmo quando ajustado ao conceito norte-americano sugere a necessidade de complementar este indicador com outros mais capacitados para examinar as condições no mercado de trabalho de países subdesenvolvidos, em que é grande e permanente o excesso de trabalhadores, há um grande peso das ocupações que não são empregos assalariados regulares e não existe um esquema abrangente e eficaz de seguro desemprego. Estas características, talvez explicariam, em parte, a baixa taxa de desemprego aberto no México, pois os trabalhadores são compelidos a assumir qualquer ocupação. Os trabalhadores nesta situação podem, mesmo que regular ou irregularmente, estar a procura de trabalho.

As taxas complementares indicam um nível mais alto de desemprego no México. Só para termos uma idéia, a taxa de desemprego aberto foi em média 3,4% em 1993, enquanto a taxa mais alta entre as taxas complementares, a R-8, foi em média 23%.

Neste sentido, os 10 indicadores complementares à taxa de desemprego aberto representam uma tentativa de medir as formas de subemprego e desemprego não cobertas pelo conceito de desemprego aberto, chegando a romper com o princípio de precedência do emprego e a utilizar em alguns momentos procedimentos e critérios distintos da OIT.

Em anexo, na Tabela A1 estão expostos os dados de desemprego mexicano.

2.3 EUA – A PESQUISA DA POPULAÇÃO ATIVA ⁷³

A mais de sessenta anos, o governo norte-americano produz uma estimativa mensal de desemprego. A medida é extraída da “Current Population Survey” (CPS), produzida pelo Bureau of Labor Statistics (BLS). Esta é a mais importante pesquisa sobre a força de trabalho nos EUA. Pois, além dos dados da força de trabalho (emprego e desemprego), também se obtém uma grande variedade de características sócio-econômicas e demográficas. A pesquisa é realizada em nível nacional, através de uma

⁷³ Sobre a pesquisa americana ver fundamentalmente o Boletim do BLS de abril 1997, o texto de Hoffmann e Brandão de 1996, os textos de Sorretino de 1993 e 1995 e o texto de J. Shiskin e R. L. Stein de 1975.

amostra selecionada de 60.000 domicílios, que representa a população civil não institucional dos Estados Unidos.

A questão estatística sobre o cálculo do emprego e desemprego nos EUA teve um grande impulso nos conturbados anos 30. A crise econômica e o crescente “desemprego de massa” propiciou um ambiente de insatisfação e inquietação. Procurou-se, então formular conceitos e indicadores que pudessem acompanhar a evolução do mercado de trabalho. A partir de então, foram desenvolvidos os primeiros conceitos específicos da força de trabalho, emprego e desemprego. Tais conceitos permitiram a que o Governo norte americano passasse a produzir uma pesquisa mensal direta sobre o emprego e desemprego. Salvo as tentativas dos censos decenais, nenhuma medida direta foi realizada, até então, para saber o número das pessoas desempregadas.

Nesta pesquisa, tentava-se definir a população como empregada, desempregada ou inativa por meio de uma série de perguntas dirigida a cada indivíduo. Definia-se pela primeira vez os empregados como todos os trabalhadores que tinham uma ocupação, enquanto, os desempregados eram aqueles trabalhadores que não estavam trabalhando, mas estavam dispostos e eram capazes para o trabalho e os inativos seriam as crianças, as pessoas institucionalizadas e não institucionalizadas, que não tinham uma ocupação nem estariam disponíveis e/ou capazes para o trabalho. Estas definições pretendiam seguir as recomendações que estavam sendo formuladas em fóruns internacionais⁷⁴.

Entretanto, estas definições não encontraram os padrões de objetividade que muitos técnicos esperavam para medir o nível de desemprego através de “enquetes” domiciliares. Não havia sequer ao menos uma dimensão precisa do número de trabalhadores assalariados *full-time*. E, os critérios de “disponibilidade e capacidade”,

⁷⁴A Conferência Internacional sobre o desemprego de 1910 funda a noção de desemprego, mas só na Conferência de 1925 é que se tem uma definição mais clara. A partir daí definia o “desemprego como sendo a situação de todo o trabalhador que, podendo e querendo ocupar um emprego submetido a contrato de trabalho, se encontra sem trabalho e na impossibilidade de, em consequência do estado do mercado de trabalho, ser ocupado num tal emprego”. Comte (1995)

quando aplicados em certas situações específicas, ou eram incompreendidas ou eram muito dependentes das interpretações e atitudes dos entrevistadores e entrevistados.

A partir de então, foi desenvolvido um conjunto de conceitos para avaliar melhor o mercado de trabalho nos EUA. A classificação de um indivíduo dependeria, principalmente, da sua atividade atual dentro de um período de tempo designado, ou seja, o indivíduo poderia estar trabalhando, ou procurando trabalho, ou fora do mercado de trabalho, dependendo de critérios mais rígidos. Como por exemplo, *uma pessoa acima de uma determinada idade que esteja, sem trabalho, disponível imediatamente na semana da entrevista e, tenha procurado trabalho ativamente no último mês é considerada desempregada e uma pessoa que trabalhasse pelo menos 1 hora durante a semana é considerada empregada*. Esta concepção foi adotada já em 1940 na “National Sample Survey of Households” (conhecida também de “Monthly Report of Unemployment”).

Esta pesquisa domiciliar foi transferida à Agência do Censo no final de 1942 e seu nome foi mudado para “Monthly Report on the Labor Force”. O título da pesquisa foi mudado mais uma vez em 1948 para “Current Population Survey”, a princípio para refletir a expansão desta como uma grande e variável fonte de dados sócio-econômicos e demográficos. Em 1959, a responsabilidade por analisar e publicar os dados da CPS foi transferida para o BLS. Contudo, a Agência do Censo continua coletando os dados.

Em 1962, foi constituída uma comissão (Gordon Committee) coordenada pelo professor R. A. Gordon da Universidade de Berkeley na Califórnia, para aperfeiçoar a pesquisa. Esta comissão foi designada pelo presidente Kennedy para revisar e elaborar um exaustivo estudo sobre as estatísticas de desemprego que reconhecia as limitações da medida de desemprego aberto. O resultado desse estudo foi expresso em um relatório que, apontou entre outras limitações a medida de desemprego aberto e recomendou melhorar o questionário e a base de dados. Também recomendou que fossem feitas alterações em alguns conceitos para reduzir as ambigüidades na classificação das pessoas nas categorias que identificava a condição de atividade. A comissão recomendou finalmente que, fosse realizada posteriormente uma pesquisa adicional que produzisse indicadores de mais fácil entendimento popular.

Entretanto, passaram-se alguns anos para o amadurecimento de várias questões, até que, em 1967, foram introduzidas algumas mudanças na pesquisa, principalmente, as relacionadas aos desempregados de longa duração. Mas o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão Gordon repercutiu em todo o departamento estatístico, fazendo com que a pesquisa de desemprego daí por diante fosse permanentemente avaliada e reformulada.

Ao longo dos anos, a linha que divide as categorias emprego, desemprego e inatividade tornou-se “convencional”, o que resultou no questionamento da taxa de desemprego aberto como indicador do estado do mercado de trabalho e na necessidade de reformulação dos conceitos e da metodologia adotados até então pela CPS. Em 1976, após alguns anos de discussão, o BLS introduziu uma série de 7 novos indicadores de desemprego, com o objetivo de captar melhor a realidade do mercado de trabalho americano. Estes foram chamados de indicadores alternativos, pois mediam o desemprego a partir de várias definições do desemprego e da força de trabalho.

Logo a seguir apresentamos os sete indicadores de desemprego americano:

QUADRO 4
Taxa alternativas de desemprego da pesquisa de emprego americana

U-1	pessoas desempregadas com 15 ou mais semanas, em relação a força de trabalho civil;
U-2	os trabalhadores demitidos, em relação a força de trabalho civil;
U-3	pessoas desempregadas com idade de 25 anos ou mais, em relação a força de trabalho civil de idade de 25 anos ou mais;
U-4	pessoas desempregadas que procuram trabalho de período integral, em relação a força de trabalho civil que procuram trabalho de período integral;
U-5	total de pessoas desempregadas, em relação a força de trabalho civil (desemprego aberto ou convencional);
U-6	total de pessoas procuram trabalho de período integral, mais a metade das pessoas que procuram trabalho de tempo parcial, mais a metade das pessoas empregadas de tempo parcial por razões econômicas, em relação a força de trabalho civil menos a metade da força de trabalho por tempo parcial;
U-7	total de pessoas procuram trabalho de período integral, mais a metade das pessoas que procuram trabalho de tempo parcial, mais a metade das pessoas empregadas de tempo parcial por razões econômicas, mais os desencorajados, em relação a força de trabalho civil mais os desencorajados e menos a força de trabalho por tempo parcial

Fonte : BLS 1997

Após esta grande inovação, no que tange, a aferição da subutilização da mão-de-obra, ainda a CPS continuou a sofrer muitas críticas, o que levou em 1979 a constituição de uma nova comissão, o Levitan Commission (Comissão Nacional, 1979), que se propôs a revisar o sistema de dados de desemprego. Embora não recomendando uma mudança na definição oficial do desemprego, a Comissão reconheceu que o sistema de dados não provia informação sobre a população marginalmente atrelada à força de trabalho.

Seguindo a tradição de estar permanentemente avaliando e revisando a pesquisa e seus conceitos, a partir de 1990, o BLS introduziu inúmeras mudanças com o intuito de assegurar não só a simples produção melhorada dos dados, mas também sua ampliação. Estas mudanças deveriam incluir inovações aproximativas no desenho e na estimação, uso de uma tecnologia moderna na coleta e processamento dos dados e a aplicação de uma pesquisa cognitiva no desenho do questionário, ou seja, deveria se ater ao aperfeiçoamento do desenho do questionário, na expansão dos dados e na produção de dados longitudinais⁷⁵.

Precisamente em janeiro de 1994 foi realizada algumas mudanças na CPS, com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados. Para isso foi introduzido um novo questionário e um moderno método de coleta de dados. Até este momento o questionário da pesquisa tinha estado inalterado desde de 1967. Segundo o BLS (1997), as mudanças que foram introduzidas, levaram em conta os avanços proporcionados pelas recomendações do Gordon Committee e da Levitan Commission⁷⁶.

Estas mudanças tiveram quatro principais objetivos : 1) adotar um computer-assisted no ambiente da entrevista, 2) introduzir algumas mudanças no questionário, 3) ampliar o número de dados disponíveis e 4) implementar mudanças nas definições.

⁷⁵ Ver mais sobre as mudanças na CPS em Norwood (1987) e no Boletim 2490 – BLS Handbook of Methods. U.S. Department of Labor April 1997.

⁷⁶ Boletim 2490 – BLS Handbook of Methods. U.S. Department of Labor April 1997.

1) computer-assisted no ambiente da entrevista;

A utilização de um programa computacional nas entrevistas, conhecido como Computer-Assisted Personal Interviewing (CAPI) trouxe grandes benefícios: i) facilitou o uso de um questionário mais complexo, incorporando complicados saltos padrões e unificando perguntas, podendo ainda ser “costuradas” certas perguntas automaticamente às situações do indivíduo para que seja o mais compreensível para o entrevistado; ii) possibilitou testes de consistência interna e de rejeição às respostas improváveis; iii) permitiu, dependendo do entrevistado, o uso de antigas informações na entrevista atual e, portanto, estudos longitudinais; iv) redução do tempo de entrevista e a minimização do cansaço. Enfim, permitiu maior eficiência e eficácia na coleta e processamento dos dados, além de reduzir o custo total da produção estatística.

2) mudanças no questionário

Para evitar erros de classificação da força de trabalho, das pessoas na condição de inatividade e, principalmente, das pessoas envolvidas em atividades informais ou intermitentes, foi desenhado um novo questionário para a entrevista com o auxílio do computer-assisted. Foram realizadas reformulações em algumas perguntas e palavras, tornando as questões mais compreensivas para os entrevistados. Vejamos as principais mudanças :

QUADRO 5
Principais mudanças no questionário da pesquisa americana

“layoff”	(pessoas que estão fora do trabalho para o qual esperam voltar). No questionário antigo não foi estruturado para consistentemente obter informações sobre a expectativa de retorno. Para medir a quantidade de pessoas em “layoff” com mais precisão, foram agrupadas algumas perguntas para determinar se estas têm alguma expectativa de retorno de fato, i.e., se tinha sido determinado uma data específica para voltar para o trabalho ou, pelo menos, tinha ficado indicado que eles seriam recolocados dentro dos próximos 6 meses. Portanto, passou a delimitar o tempo em “layoff”.
procura de trabalho	Para permitir aos entrevistadores distinguir entre os métodos ativos e passivos, os tipos de respostas foram ampliados e reformulados. Também, a pergunta básica do método de procura foi reformulada, bem como, agrupadas as perguntas para encorajar os entrevistados a informar todos os tipos de atividade de procura.
horas de trabalho	Para melhorar a precisão destes dados foram formuladas perguntas com o objetivo de detectar o número de horas fora do mercado de trabalho, as horas extras de trabalho durante a semana de referência e as horas de fato trabalhadas.
As razões para o trabalho por tempo parcial.	Em decorrência da não familiaridade dos entrevistados com a distinção entre as pessoas voluntária ou involuntariamente trabalhando em tempo parcial. A questão que se refere a este assunto foi reformulada para prover exemplos dos dois tipos de situação. A medida do trabalho por tempo parcial involuntariamente (ou por razões econômicas) foi modificada para refletir melhor o conceito.
Disponibilidade para o trabalho	Antigamente, a disponibilidade era deduzida de outras respostas; agora há uma pergunta direta.

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

3) ampliação do número de dados disponíveis .

As mudanças também tornaram possíveis captar, pela primeira vez de forma regular, algumas questões, que foram resumidas seguir :

QUADRO 6
Novos itens coletados pela pesquisa americana

Trabalhadores desencorajados	são feitas perguntas que permitem publicar estimativas do número de trabalhadores desencorajados mensalmente (ao invés de trimestralmente).
Múltiplos trabalhos	São perguntadas agora para as pessoas empregadas a cada mês, se elas tiveram mais de um trabalho. Isto permite o BLS produzir estimativas de múltiplo trabalhos em uma base mensal, em lugar de ter que derivá-los por suplementos especiais.
Horas habituais	Todas as pessoas empregadas são perguntadas a cada mês pelas horas que elas normalmente trabalharam. Anteriormente a cada mês, eram coletadas informações de horas habituais trimestralmente dos assalariados e das pessoas que recebem por trabalho sem vínculo de emprego.

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

4) mudanças nas definições

A principal mudança foi a definição dos **trabalhadores desencorajados**. A Comissão de Levitan tinha criticado a definição anterior, porque estava baseada em um desejo subjetivo para o trabalho e em suposições um pouco arbitrárias sobre a disponibilidade de um indivíduo para assumir um trabalho. Como resultado do redesenho, foram somadas duas exigências para as pessoas se qualificarem como desencorajadas : elas deveriam ter realizado alguma procura de trabalho dentro do último ano (ou desde que tenham trabalhado em algum momento do ano ou esperaram por um trabalho dentro do último ano) e devem estar atualmente disponíveis para o trabalho.

Outra mudança importante foi considerar pessoas desempregadas aquelas que estão sem trabalho, mas que não iniciaram a procura, ou seja, os novos entrantes ou reentrantes. Antes de 1994, os novos **entrantes** eram definidos, como demandadores que não tiveram nenhuma ocupação em tempo integral que durasse 2 semanas ou mais, e os **reentrantes**, como demandadores que tiveram uma ocupação em tempo integral durante pelo menos 2 semanas e que no momento da pesquisa estariam a procura de uma nova ocupação. Estas definições foram modificadas para abarcar

qualquer tipo de ocupação, que não seja apenas aquela em que o trabalho era realizado em tempo integral de pelo menos 2 semanas de duração. Assim, os novos entrantes são agora definidos como os demandadores que nunca trabalharam, e reentrantes são os demandadores que anteriormente trabalharam e, atualmente estão a procura de trabalho. Senão vejamos:

Quadro 7
Algumas mudanças conceituais

Definições	Antes de 1990	Depois de 1990
Trabalhadores desencorajados	Pessoas sem trabalho e que não realizaram procura efetiva, mas demonstraram desejo em ocupar um posto de trabalho	Pessoas sem trabalho, com alguma procura de trabalho dentro do último ano e disponíveis atualmente para o trabalho
Entrantes	demandadores que não tiveram nenhuma ocupação em tempo integral que durasse 2 semanas ou mais	demandadores que nunca trabalharam
Reentrantes	demandadores que tiveram uma ocupação em tempo integral durante pelo menos 2 semanas e que no momento da pesquisa estariam a procura de uma nova ocupação	demandadores que anteriormente trabalharam e, atualmente estão a procura de trabalho.

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

Atual formato da pesquisa

Atualmente, a CPS é uma pesquisa mensal de cobertura nacional, tendo como uma amostra de aproximadamente 60.000 domicílios e, é freqüentemente realizada durante a semana que contém o 19º dia do mês, logo após a semana de referência⁷⁷, que contempla o 12º dia do mês. Esta provê estatísticas do status da força de trabalho da população civil não institucional de 16 anos de idade ou mais⁷⁸.

Os principais conceitos da CPS atual são :

⁷⁷ A semana de referência foi selecionada por que entendia ser necessário o uso de um período curto para que os dados obtidos sejam "atuais", mas não tão curto que, a ocorrência de feriados ou outros eventos acidentais, pudessem causar flutuações irregulares nas informações obtidas. E, por fim este período facilitaria a armação conceitual e comparação internacional.

⁷⁸ As pessoas abaixo de 16 anos de idade são excluídas da definição oficial da força de trabalho, porque há leis e costumes contra o trabalho infantil nos Estados Unidos. A população institucional também é excluída (presos de instituições penais e mentais, sanatórios e casas para os idosos, doentes e necessitados).

Quadro 8
Principais conceitos da CPS

Categorias	Definição
Emprego ⁷⁹	É considerado empregado todos aqueles que durante a semana de referência; (1) fez qualquer trabalho remunerado ou trabalhou em negócio próprio, ou ainda trabalhou 15 horas ou mais como trabalhador não remunerado em um empreendimento familiar; e (2) todos aqueles que não trabalharam mas tinham trabalhos ou negócios dos quais eles estavam temporariamente ausentes devido a enfermidade, mal tempo, férias, problemas com o cuidado das crianças, disputa de trabalho, maternidade ou licença de paternidade, ou outra obrigação familiar ou pessoal – mesmo quando estavam ou não sendo remunerados pelos empregadores durante o tempo de afastamento e mesmo quando estavam ou não buscando outros trabalhos.
Desemprego aberto ⁸⁰	É considerado desempregado aberto todas as pessoas que não tiveram nenhum emprego durante a semana de referência, estando disponíveis para o trabalho, e tendo realizado esforços no intuito de procurar emprego algum dia durante o período de 4 semanas antes da semana de referência. Como também as pessoas que estavam esperando para serem recolocadas ao trabalho e que ainda não iniciaram procura ativa de trabalho, ou ainda, todos os trabalhadores temporariamente demitidos e todos igualmente disponíveis que encontraram um emprego, mas que não iniciaram imediatamente (30 dias após a semana de referência)
Desencorajados ⁸¹	Este grupo inclui as pessoas que não pertencem a força de trabalho, mas que desejam e estão disponíveis para o trabalho e que, procuraram trabalho algum dia nos últimos 12 meses (ou desde o fim do seu trabalho ficou a espera de trabalho durante os últimos 12 meses), mas não está procurando atualmente. Estes marginalmente atrelados à força de trabalho estão divididos em ⁸² : i) aqueles que não procuram por que acreditam não encontrar outro trabalho e; ii) aqueles que não procuram atualmente por outras razões.
Inativos	É considerada inativo todas as pessoas abaixo de 16 anos ou acima desta idade que não esteja trabalhando, procurando trabalho, ou ainda não esteja disponíveis para exercer qualquer tipo de atividade econômica.

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

Na pesquisa americana divide as situações de desemprego em 5 sub-categorias e as situações de emprego em 2 sub-categorias, a saber:

⁷⁹ Deve-se observar ainda:

Cada pessoa empregada é contada apenas uma vez, mesmo ocupando mais de um trabalho. Os múltiplos trabalhos são contados como um trabalho apenas e as horas trabalhadas durante a semana de referência são acumuladas; É incluído na força de trabalho os cidadãos de países estrangeiros que estão residindo nos Estados Unidos, mas não residentes de embaixadas; e são excluídos as pessoas cuja só atividade consistiu em trabalho na própria casa (como serviço doméstico, pintando, consertando, etc.) ou trabalho voluntário para religioso, organizações caridosas, e semelhantes.

⁸⁰ Conforme Hoffmann e Brandão (1996) a definição está baseada nos critérios da OIT (sem trabalho, procura ativa de emprego e disponibilidade). Resumidamente as pessoas de 16 anos e mais que não têm trabalho durante a semana da pesquisa, estão disponíveis para o trabalho e têm procurado trabalho durante as 4 semanas precedentes, são contados como desempregados.

⁸¹ Através da coletada de informações sobre o desejo e a disponibilidade para o trabalho, bem como, o método de procura de trabalho no ano anterior e a razão para a não procura nas 4 semanas anteriores a semana de referência, permite a distinção entre os inativos e os marginalmente atrelados ao mercado de trabalho.

⁸² Segundo Sorretino e Fleck (1994) para os trabalhadores desencorajados, a razão principal para a não recente procura de trabalho era que eles não acreditavam que estaria disponível nenhum trabalho em nenhum setor ou área e/ou não podiam achar trabalho por falta de : instrução necessária, treinamento, habilidades ou experiência e, ainda por que os empregadores os podiam discriminar segundo sexo, idade e raça.

Quadro 9
Situações de desemprego:

Situações	Definições
Job losers	incluiu (a) as pessoas em "layoff" temporário que lhes foram determinado uma data para voltar para o trabalhar ou que esperam voltar dentro de 6 meses (excluindo as pessoas que necessitaram da demissão e não estão procurando nenhum trabalho para ser classificadas como desempregado), e (b) os "losers" de emprego permanentes cujo o emprego terminou involuntariamente e que começaram a procurar emprego;
Leavers	as pessoas que deixaram ou terminaram o emprego voluntariamente e imediatamente começaram a procurar trabalho;
Persons who complet jobs	as pessoas que completaram trabalhos temporários e começaram a procurar trabalhos depois dos trabalhos terminados;
Reentrants	pessoas que previamente trabalharam mas passaram um período fora da força de trabalho e agora estão a procura de trabalho; e
new entrants	pessoas que nunca trabalharam, mas que estão procurando trabalho.

Fonte: BLS

QUADRO 10
Situações de emprego

Categorias	Definições
Trabalhadores full-time	Trabalhadores full-time são aqueles que normalmente trabalharam 35 horas ou mais (somando todos os trabalhos). Este grupo inclui alguns indivíduos que trabalham menos de 35 horas na semana de referência por razões econômicas ou não econômicas e aqueles que estão temporariamente ausente de trabalho.
Trabalhadores part-time	<p>Trabalhadores por part-time são aqueles que normalmente trabalham menos de 35 horas por semana (somando todos os trabalhos), indiferentemente do número de horas trabalhadas na semana de referência.</p> <p>Trabalho por tempo parcial por razões econômicas ou trabalho por tempo parcial involuntário, se refere aos indivíduos que deu uma razão econômica por ter trabalhado de 1 a 34 horas durante a semana de referência. Razões econômicas inclui trabalho precário ou condições de negócio desfavoráveis, incapacidade para achar trabalho de tempo integral, e declínio sazonal da demanda. Estes que normalmente trabalham por tempo parcial também devem indicar o desejo e a disponibilidade para trabalhar por tempo integral para que seja classificado como trabalhador por tempo parcial por razões econômicas.</p> <p>Trabalho por tempo parcial por razões não econômicas : Todas as pessoas que normalmente trabalham por tempo parcial e que estavam trabalhando de 1 a 34 horas durante a semana de referência por uma razão não econômica. Algumas razões não econômicas: enfermidade ou outras limitações médicas, problemas de cuidado infantil ou outras obrigações familiares ou pessoais, escola ou treinamento, aposentadoria ou seguro social limitada em salários, e estando em uma ocupação onde o trabalho por tempo integral é menos de 35 horas. Este grupo também inclui aquelas pessoas que deram uma razão econômica por normalmente ter trabalhado de 1 a 34 horas, mas que não querem trabalhar por tempo integral ou são indisponível para tal trabalho.</p>

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

Indicadores alternativos de desemprego.

O BLS vem desde 1976 calculando algumas taxas alternativas conhecidas como U1,U2,U3, U4, U5, U6 e U7. A partir de 1994 reduziu-se os indicadores de 7 para 6.

Passando, assim, a serem conhecidos como “medidas alternativas de desemprego e outras formas de subutilização do trabalho” (U1 a U6)⁸³, assim definidos:

QUADRO 11
Taxas alternativas de desemprego

U1	Taxa de desemprego de longo prazo : é a participação das pessoas desempregadas a 15 semanas ou mais na força de trabalho civil⁸⁴
U2	Taxa de desemprego das pessoas demitidas e das que tiveram o contrato temporário concluído : é uma taxa que contempla os demitidos e aqueles que tiveram seus contratos temporários terminados em relação a força de trabalho civil⁸⁵
U3	Taxa de desemprego convencional: total do desemprego aberto em relação a força de trabalho civil⁸⁶
U4	Taxa de desemprego convencional agregando trabalhadores desencorajados : é uma taxa que contempla os abertamente desempregados e as pessoas que, embora sem trabalho e dispostas a trabalhar, não procuraram trabalho no período de referência por acreditar que dadas as dificuldades econômicas elas não poderiam conseguir um emprego, mas tenham procurado em algum momento no período de um ano
U5	Taxa U4 mais os trabalhadores marginalmente ligados à força de trabalho : esta medida é composta dos desempregados normalmente reconhecidos pelo desemprego aberto ou convencional mais todas as pessoas que querem e estão disponíveis para trabalhar e procuram trabalho, independentemente da razão de não tê-lo feito na semana de referência. Ou seja esta taxa representa o total potencial de ofertantes de trabalho
U6	Taxa U5 mais todas as pessoas que trabalharam por tempo parcial por razões econômicas⁸⁷.

Fonte : elaboração própria a partir do Boletim do BLS 1997

Este conjunto de indicadores está centrado na taxa de desemprego aberto, em relação à qual as outras cinco são construídas subtraindo ou adicionando parcelas da força de trabalho e dos desempregados. Sob este aspecto, poderia ser tratado como uma ampliação dos marcos conceituais sugeridos pela ILO para classificação da força de trabalho americana.

Na visão de Hoffmann e Brandão a concepção das categorias do mercado de trabalho vão para além dos marcos tradicionais da OIT.

⁸³ Ver mais em : J. Shiskin e Robert L. Stein (1975) “Unemployment and Underemployment of the US.” .

⁸⁴ Segundo Hoffmann e Brandão (1996) esta taxa se justifica pela constatação de que quanto mais longo for o período de desemprego, maior será seu impacto sobre o indivíduo e a família, pois a redução da renda associada a curtos períodos de desemprego poderia ser relativizada pelo acesso ao seguro desemprego ou uso de reservas monetárias.

⁸⁵ Segundo Hoffmann & Brandão (1996) e Shiskin (1993); esta taxa tem por objetivo medir o número de trabalhadores com experiência anterior de trabalho, para os quais a perda do trabalho representaria em tese uma redução substantiva da renda.

⁸⁶ Trata-se de uma medida oficial baseada nos parâmetros da OIT.

⁸⁷ Conforme Bregger & Haugen (apud in Hoffmann e Brandão1996) é sem duvida nenhuma a medida mais ampla dos EUA, no que se refere a calculo do desemprego ou da subutilização do trabalho, pois confere o mesmo status tanto para trabalhadores em condição de subemprego visível e todas as pessoas marginalmente atreladas ao mercado de trabalho como para o desempregado aberto.

“No entanto, ao pretender captar a subutilização da força de trabalho através de quatro elementos distintos : desemprego, desestímulo do mercado de trabalho, ligação tênue com o mercado de trabalho e jornada parcial por razões econômicas -, tende a romper com alguns princípios do arcabouço metodológico do modelo de força de trabalho da ILO. Isto ocorre porque U-5 e U-6 não estão baseadas apenas nos critérios que embasam a construção da ILO, incorporando também uma noção de uso do tempo disponível para o trabalho. Assim caso este exercício fosse estendido para toda a população em idade ativa, ele produziria uma classificação distinta da sugerida como parâmetro internacional”. (Hoffmann e Brandão : 1996)

Em anexo na tabela A2 estão expostos os dados de desemprego americano.

2.4 FRANÇA - A PESQUISA SOBRE O EMPREGO ⁸⁸

O crescente interesse pelas estatísticas de emprego e desemprego na França, a partir dos anos 90, reflete de imediato a ampliação do número de inscritos na Agence National Pour Emploi (ANPE), o aumento da taxa de desemprego calculada pelo Institut National de la Statistic et des Études Économiques (INSEE), principalmente, a desconfiança e descrédito da população em relação as estatísticas de desemprego em geral.

Estas estatísticas vêm recebendo muitas criticas e sugestões de aperfeiçoamento de inúmeros estudos e reflexões sobre a questão metodológica e conceitual das categorias sobre a condição de atividade (emprego, desemprego e inatividade). Entretanto, até o momento não se chegou a nenhuma conclusão, muito pelo contrário, a questão continua em aberto.

O caso da França é singular por que tem-se dois métodos oficiais distintos de se mensurar o desemprego, de um lado, através da pesquisa por amostra domiciliar realizada pelo INSEE anualmente e, do outro lado, através do registro mensal administrativo realizado pela ANPE. Estes dois métodos levam a uma grande discrepância dos dados sobre desemprego⁸⁹.

⁸⁸ As questões levantadas sobre a França estão baseadas nos encartes no INSSE Résultats, em um documento feito pelo Cerc-association de 1997 (“Chifres le chômage des enjeux societe”), no artigo de Jaques Vacher e outros da revista Economie et Statistiques, como também no livro “Informe Malinvaud sobre las estadísticas del empleo y del paro de 1986.

⁸⁸ No caso da França é importante fazer referência ao registro administrativo, pois este tem grande expressividade e se contrapõe a pesquisa domiciliar por amostra.

⁸⁸ Segundo Vacher, além dos métodos de investigação direta do mercado de trabalho (recenseamento e pesquisas de emprego) é realizado na França investigações indiretas (estatísticas de estabelecimento, registros dos assegurados pelo seguro desemprego e etc.). Este último conjunto de estatísticas de desemprego não cobre os não assalariados, os assalariados da agricultura e os trabalhadores domésticos, apesar destes, em 1975, representar cerca de 22% da população ativa.

Em linhas gerais, o registro administrativo mensal da ANPE computa os desempregados através da inscrição, ao final de cada mês, em uma lista de “demandadores” de emprego e a Pesquisa de Emprego anual do INSEE calcula uma taxa de desemprego anual nos meses de março através de uma pesquisa de amostra domiciliar, conforme as orientações da OIT. Além dessas medidas de desemprego é possível obter outras a partir do Censo Populacional, realizado de sete ou oito anos, e das estatísticas dos desempregados indenizados pela Union Nationale pour L’emploi dans L’Industrie et Le Commerce (UNEDIC) ⁹⁰.

ANPE : um registro do número de desempregados

As cifras da ANPE são as mais difundidas na França, principalmente, por que são divulgadas todos os meses pelo Ministério do Trabalho. O cálculo do desemprego pela ANPE é realizada a partir de uma contagem exaustiva dos “demandadores” de emprego inscritos na agência. Estes são classificados desde 1995 nas 8 seguintes categorias ⁹¹ :

QUADRO 12
Indicadores da ANPE

DEFM	demandadores de emprego ao final do mês – são as pessoas que estão sem emprego, disponíveis e a procura de trabalho de duração indeterminada e a tempo pleno;
DEP	demandadores de emprego parcial – são as pessoas que estão na mesma situação da categoria 1, mas que estão a procura de um trabalho de indeterminada a tempo parcial;
DET	demandadores de emprego temporário – são as pessoas que estão na mesma situação da categoria 1, mas que estão a procura de um emprego de duração determinado, temporário ou sazonal;
DED	demandadores de emprego não imediatamente disponíveis – são as pessoas sem emprego, não disponível e a procura de um emprego de duração determinada ou não e a tempo pleno ou não;
DEA	demandadores de emprego adicional – são as pessoas que têm alguma ocupação, mas que estão a procura de outro emprego de duração determinada ou não e a tempo pleno ou não; e
DEFM	demandadores de emprego ao final do mês não imediatamente disponíveis – são as pessoas que procuram um trabalho de duração indeterminada a tempo pleno ao final do mês, tendo exercido uma atividade por tempo reduzido de mais de 78 horas por mês.
DEP	demandadores de emprego parcial não imediatamente disponíveis - são as pessoas que procuram um trabalho de duração indeterminada a tempo parcial ao final do mês, tendo exercido uma atividade por tempo reduzido de mais de 78 horas por mês.
DET	demandadores de emprego temporário não imediatamente disponíveis - são as pessoas que procuram um trabalho de duração determinada ao final do mês, tendo exercido uma atividade por tempo reduzido de mais de 78 horas por mês.

Fonte: Résutats INSEE 1999

⁹⁰ Segundo Vacher, além dos métodos de investigação direta do mercado de trabalho (recenseamento e pesquisas de emprego) é realizado na França investigações indiretas (estatísticas de estabelecimento, registros dos assegurados pelo seguro desemprego e etc.). Este último conjunto de estatísticas de desemprego não cobre os não assalariados, os assalariados da agricultura e os trabalhadores domésticos, apesar destes, em 1975, representar cerca de 22% da população ativa.

⁹¹ Cerc 1997.

A partir desse registro pode-se obter várias informações sobre os demandadores de emprego como: idade, qualificação e etc. Como também, pode-se obter dados precisos do número mensal de novos inscritos e as causas para a inscrição (ferias, fim do contrato de duração determinada, outro emprego, procura por estágio, ingresso na rede de oferta de emprego e busca da identificação como desempregado para obter indenização ou ajuda institucional).

INSEE : a pesquisa de emprego

Já o INSEE vem desde meados dos anos 50 produzindo informações sobre o mercado de trabalho francês. Em 1954 passou a produzir séries anuais em nível nacional de emprego assalariado e não assalariado, em 1955, séries trimestrais em nível nacional de emprego assalariado não agrícola e, em 1968, séries de emprego assalariado por região. A pesquisa de emprego do INSEE é calculada em março de cada ano desde 1968 e cobre atualmente, aproximadamente, 90.000 domicílios das regiões metropolitanas da França.

Além de pesquisar a condição de atividade pesquisa-se também; estado civil; sexo, idade, laços com o chefe do domicílio, nacionalidade e estado matrimonial, tipo de atividade; ocupação principal na data da pesquisa e/ou atividade marginal; atividade profissional; profissão, qualificação, estado da atividade, tempo do trabalho (parcial, completo) atividade econômica do estabelecimento do empregador; duração do trabalho; semanal ou normal; procura de um trabalho; antiga atividade, modo de procura, se recente ou antiga a procura, natureza do emprego procurado, circunstância da procura, se recebe seguro desemprego ou não, formação acadêmica mais elevado (superior ou técnico) e mobilidade geográfica e profissional no ano.

A L' enquête Emploi é tradicionalmente revisada após os recenseamentos e ao longo da sua existência sofreu algumas modificações importantes conforme recomendações da OIT em 1968, 1975 e 1982.

Em 1975 a pesquisa foi revisada. Concluiu-se que a partir de 1976 a pesquisa deveria ser realizada 2 vezes ao ano nos meses de abril e outubro. Infelizmente, isto não ocorreu, por que segundo o INSEE seria impossível realizá-la, dada a elevação dos custos decorrentes da maior periodicidade e de dificuldades operacionais Para

minimizar a falta de dados mensais de desemprego, o INSEE realiza uma estimativa mensal da taxa de desemprego conforme as recomendações da OIT com base nos dados da ANPE. Até setembro de 1996 a taxa de desemprego era atualizada a partir da evolução da antiga categoria 1, que corresponde atualmente às categorias 1 + 6. Desde de outubro de 1996 é atualizada a partir da antiga e da atual categoria 1, mais também de duas variáveis sensíveis à conjuntura; “l'emploi intérimaire” e a criação de empresas que empregam assalariados⁹².

Em 1990, o questionário foi modificado afim de cobrir certos fenômenos novos e de responder a expectativas mais largas. Apesar dessas constates modificações o INSEE segue rigidamente as recomendações da OIT. E neste sentido, persegue 4 objetivos, que permitem classificar a população francesa entre empregado, desempregados e inativos conforme as recomendações da OIT. *Os 4 objetivos são : aprofundar os estudos estruturais e conjunturais, desenvolver estudos longitudinais, para conseqüentemente identificar situações individuais em um período anual e finalmente melhorar o entendimento em torno das situações intermediárias que se desenvolvem nas frangas das categorias tradicionais.*

Para atingir estes objetivos além dos melhoramentos nos questionários, o INSEE desde 1992 vem realizando um novo processo de produção dos dados, igual a pesquisa americana, ou seja, automatizando o processo através do CAPI (collect Assistée Par Informatique). Este processo como já dissemos permite melhorar a qualidade da pesquisa, bem como, estudos longitudinais.

O INSEE tem definido as categorias emprego, desemprego e inativo conforme segue :

⁹² INSEE Résultats (1999) e Cerc (1997), até junho de 1995 se tinha apenas as três primeiras categorias. Depois da decisão do Conselho de Estado de maio de 1994 ficou estabelecido que não seria incluídos nestas categorias as pessoas que procuram trabalho de qualquer natureza e que tenham trabalhado por mais de 78 horas por mês. Estas seriam classificadas em outras três categorias, devidamente definidas no texto acima.

⁹² CERC

⁹² Ver o gráfico de comparação entre estas estatísticas na página 17 do relatório Cerc 1997.

⁹² Apesar de todas as mudanças introduzidas na pesquisa desde 1975, tal como a adoção de um protocolo comum às pesquisas européias de uma base comparável internacionalmente, a estabilidade do questionário básico sempre foi mantida para permitir análises de médio e longo prazo.

QUADRO 13
Definições das categorias da pesquisa de emprego francesa

<i>Categorias</i>	<i>Definições</i>
<i>Empregados</i>	<i>Todas as pessoas que acima de 15 anos tenha trabalhado por pelos menos 1 hora na semana de referência</i>
<i>Desempregados</i>	<i>Todas as pessoas que, acima de 15 anos, estejam sem trabalho ou seja não trabalharam por nem mesmo uma hora durante a semana de referência, estejam disponíveis para voltar a trabalhar dentro no máximo de 15 dias e tenham procurado ativamente um emprego nos 30 dias anteriores a entrevista ou tenham encontrado um que irá começar nos próximos dias.</i>
<i>Inativos</i>	<i>Todas as pessoas abaixo de 15 anos, bem como todas as pessoas que acima desta idade não trabalham, não procuram trabalho e não estão disponíveis para exercer uma atividade produtiva.</i>

Fonte: INSEE

A população ativa se define a partir de um breve período de referência de uma semana (semana de segunda a domingo precedente a pesquisa) e de uma idade mínima de 15 anos.

A população ocupada se defini a partir da realização na semana de referência de pelo menos 1 hora de trabalho.

É incluído entre estes, os trabalhadores que tem um emprego, ou seja, mantém de alguma forma o laço formal com seu emprego (contínua remuneração, garantia de retorno ao trabalho e etc.), embora, não trabalharam na semana de referência devido : doença ou acidente, férias ou licença, conflito de trabalho ou greve, licença para formação ou qualificação, licença maternidade ou parental, crises conjunturais ou econômicas ou suspensão temporária do trabalho ligado às condições meteorológicas, acidentes e etc. O INSEE exclui desta população os trabalhadores que não trabalharam na semana de referência por causa de uma doença de longo período (mais de um ano) ou parada da atividade ou por causa do fim da atividade.

Para os não-salariados que não trabalharam na semana de referência, o INSEE tem classificado-os da mesma forma que os salarizados, ou seja, conforme as mesmas razões para o não trabalho citadas acima. O INSEE conforme recomendações internacionais tem classificado os membros das forças armadas, estagiários, trabalhadores familiares não-remunerados como empregados.

Com relação as pessoas que irão começar um novo trabalho só serão classificadas como empregadas se começar da trabalhar no período de referência da

pesquisa ou ficar claro que irão começar a trabalhar uma semana após a realização da pesquisa, caso o período seja maior, estas pessoas serão classificadas como desempregadas.

Recentemente os trabalhadores que procuram outro trabalho são classificados em uma sub-categoria da população ativa ocupada.

A partir do questionário é possível identificar os desempregados através de duas questões básicas. No questionário o quesito 2 pergunta ao indivíduo qual a ocupação principal na data da entrevista, logo o entrevistado explicitamente afirmará se trabalha ou não, dizendo que tem ou não uma ocupação principal. E o quesito 4 pergunta a respeito da procura por trabalho. Além destas questões pergunta-se sobre a inscrição na ANPE e a disponibilidade de se iniciar um trabalho em 15 dias posterior a pesquisa ou um mês em caso de doença. Estes conjunto de questões finaliza a entrevista para a classificação do desemprego.

Nem todas as pessoas que podem ser classificadas como desempregadas, os desempregados declarados (que responde 2 a quesito 2 do questionário) e inscritos na ANPE (que responde “sim” ao quesito 7) e outras pessoas que não são ocupadas e nem inativas, mas que procuram de forma irregular ou desejam trabalhar (que respondem “sim” aos quesitos 4a e 4b) e ainda todas as pessoas sem trabalho e sem procura, mas que iniciarão um trabalho no futuro, se enquadram no conceito de desemprego da OIT.

Portanto, a categoria desempregado do INSEE leva em consideração as três condições da OIT (sem trabalho, procura efetiva e disponibilidade), o princípio de precedência do emprego, o critério de realização de trabalho por pelo menos 1 hora por semana, inclui as pessoas que iniciarão um trabalho no futuro próximo e as que não procuraram trabalho na semana de referência, mas desejam trabalhar.

Assim, as pessoas que estão sem emprego, procuram por um emprego e satisfazem aos critérios e condições da OIT, quanto ao conceito de desemprego, são classificados de “chômeurs PSERE” (população sem emprego e a procura de um emprego) e as pessoas que estão disponíveis e encontraram um emprego que

irão começar logo são classificados como “autres chômeurs”. A soma destes dois grupos constitui a categoria de desemprego do INSEE ao sentido da OIT.

Enfim, as pessoas que restam são consideradas como inativas:

- **estudantes que não recebem remuneração, caso contrário, são considerados empregados e se procurarem trabalho são classificados como desempregados;**
- **aposentados, que não continuem trabalhando;**
- **outros inativos que se declararam ser: “mulher do lar” ou outro inativo; e**
- **pessoas que declararam ser empregados ou desempregados, mas devido indeterminação na classificação, não foram considerados nem como ocupados, nem como desempregados ao sentido da OIT.**

O INSEE na tentativa de melhorar seu conhecimento sobre o mercado do trabalho e, em específico sobre o desemprego, passou a interrogar se o entrevistado tinha feito inscrição na ANPE. Entretanto, os números contabilizados pelo INSEE e os inscritos na ANPE são divergentes e não é aconselhado comparações. Assim, em março de 1996, dos 3.098.000 desempregados do INSEE, 309.000 se declararam não inscritos o que representa aproximadamente 10% do total de desempregados do INSEE. E, das 1.367.000 pessoas que se inscreveram na ANPE não são classificados como desempregados pelo INSEE, seja por que tenha exercido qualquer tipo de trabalho durante a semana (793.000), seja pela indisponibilidade no momento (135.000), seja enfim, a não procura ativa de emprego (439.000)⁹³.

A comparação entre os dados do INSEE (pesquisa) e da ANPE (registro) demonstra que, no período de 1975 à 1986, as cifras eram bastantes próximas. Entretanto, após este período a diferença entre elas tem aumentado expressivamente, embora, as mudanças no conceito da categoria 1, a partir de 1992, tenha causado uma proximidade entre elas⁹⁴.

Segundo Malinvaud (1986), um número bastante expressivo dos desempregados do INSEE não se inscreve na ANPE (por que estes procuram emprego por outros meios ou não querem se identificar como desempregados) e um número também expressivo

⁹³ CERC

⁹³ Ver o gráfico de comparação entre estas estatísticas na página 17 do relatório Cerc 1997.

da ANPE não é classificado como desempregado pelo INSEE (já que, o INSEE classifica as pessoas que realizam, concomitantemente, trabalho por horas reduzidas e insatisfatórias para a sobrevivência e procura de trabalho regular ou irregular como empregados, conforme as recomendações da OIT, especificamente, a da precedência do emprego.)

Com alguns ajustes introduzidos em 1982 e 1990, a pesquisa pode captar situações intermediárias entre as categorias (emprego, desemprego e inatividade), como os marginalmente atrelados ao mercado de trabalho e os subempregados⁹⁵.

A partir de meados dos anos 90, agrupou-se em uma categoria especial as pessoas que, a partir de suas respostas para a pesquisa de emprego do INSEE, não poderiam ser classificadas como desempregados conforme as normas da OIT, mas que afirmavam serem desempregadas. Esta categoria totalizou em março 1995 aproximadamente 700.000 pessoas, dessas: 100.000 exerciam atividades por tempo reduzido, 160.000 eram desempregados desencorajados e 130.000 não estavam disponíveis por motivos familiares e outros. Pode-se somar a este grupo, as pessoas que eram inativas, mas que desejavam ou estavam disponíveis, ou ainda procurando de forma irregular um emprego. Estas representavam 600.000 pessoas, das quais 400.000 eram mulheres do lar e 120.000 estudantes. Portanto, se somássemos todos esses grupos chegaríamos a quase 50% a mais dos abertamente desempregados segundo a pesquisa de emprego do INSEE⁹⁶.

Por sua vez, o subemprego que representa o conjunto daquelas pessoas que trabalharam menos que o habitual ou normal e, que procuram atualmente um emprego por tempo completo, vem sendo medido pela pesquisa de emprego do INSEE, desde 1990, conforme os critérios da OIT. Anteriormente a esta data se tinha apenas uma estimativa do fenômeno de subemprego. Em março de 1995, já se computava um pouco mais de 1.500.000 subempregados⁹⁷.

⁹⁵ Apesar de todas as mudanças introduzidas na pesquisa desde 1975, tal como a adoção de um protocolo comum às pesquisas européias de uma base comparável internacionalmente, a estabilidade do questionário básico sempre foi mantida para permitir análises de médio e longo prazo.

⁹⁶ Conforme m. Cézard apud in Cerc 1997.

⁹⁷ Idem

Alguns comentários finais sobre a pesquisa de emprego da França

Segundo Malinvaud, há atualmente um aumento do número de inscritos na ANPE que não são classificados como desempregados pelo INSEE. E, para ele, isto decorre principalmente do surgimento de outras formas de desemprego e subutilização da mão-de-obra não contempladas pelo conceito de desemprego aberto.

A partir desta e de outras avaliações realizadas por Malinvaud, podemos dizer que, por um lado, o número de “demandadores de emprego” inscritos ao fim do mês na ANPE é muito dependente do interesse do público potencialmente na condição de desemprego e da própria classificação da agência, já por outro lado, a pesquisa anual por amostra de domiciliar do INSEE, baseada nas recomendações da OIT, produz uma medida que, por razões estritamente metodológicas, é particularmente restrita. Ou seja, o INSEE produz um indicador de desemprego aberto seguindo todas as orientações da OIT. E este indicador tem apresentado grandes dificuldades em retratar o fenômeno desemprego nas suas mais diversas formas e medir a atividade econômica.

Além disso, é possível apontar algumas outras deficiências da pesquisa produzida pelo INSEE.: i) cobre imperfeitamente a população que vive em domicílio coletivo; ii) não é um pesquisa nacional e seus resultados reflete apenas a situação das áreas cobertas e iii) é uma pesquisa anual e, portanto, não é apta para análises conjunturais do mercado de trabalho.

Em anexo, na Tabela A3 estão expostos os dados de desemprego francês.

2.5 BRASIL - AS PESQUISAS DE EMPREGO E DESEMPREGO - PME x PED ⁹⁸

O caso brasileiro é bastante interessante. No Brasil são produzidas duas pesquisas mensais domiciliares feitas por amostragem que se diferenciam em muito em termos conceituais e metodológicos, o que conseqüentemente resulta em uma discrepância dos dados de desemprego.

Portanto, inicialmente apresentaremos, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) produzida pelo IBGE e a Pesquisa de Emprego e de Desemprego (PED) produzida pelo

⁹⁸Ver fundamentalmente os relatórios de Pesquisa do IBGE e DIEESE-SEADE

convênio DIEESE-SEADE e, posteriormente, faremos algumas comparações e considerações.

Pesquisa Mensal de Emprego - PME⁹⁹

A PME é uma pesquisa mensal domiciliar sobre a mão-de-obra e o rendimento do trabalho, produzida pelo IBGE desde 1980. As informações são levantadas através de uma amostra probabilística de 36.000 unidades domiciliares (domicílios particulares ou coletivos e domicílios urbanos ou rurais).

O principal objetivo da PME é fornecer indicadores mensais de emprego, desemprego e renda para o Brasil, já que estes até 1980 só podiam ser conhecidos através dos Censos Decenais ou anualmente pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Neste sentido, estes indicadores mensais complementarizam a análise do mercado de trabalho e auxiliariam na implantação de Políticas de Emprego e Renda. Outro importante objetivo da PME é manter a comparabilidade internacional. Isto implica em adotar, com poucas alterações, as recomendações internacionais produzidas pela OIT.

A pesquisa foi implantada inicialmente em janeiro de 1980 nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estendida em abril para as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte e, em junho para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Atualmente, a pesquisa contempla apenas seis (06) regiões metropolitanas das existentes no Brasil.

Segundo o IBGE, a realização da PME apenas nestas regiões, deve-se principalmente a dois motivos: i) pelos altos custos de uma pesquisa mensal e domiciliar com cobertura nacional e ii) por estas regiões compor uma amostra representativa, já que concentram não só grande parte da população brasileira, como também, grande parte da atividade econômica do país.

O arcabouço conceitual da PME de 1980 até 1982 é, em linha gerais, como se segue abaixo¹⁰⁰:

⁹⁹ Ver principalmente o relatório de pesquisa da PME de 1983.

⁹⁹ A partir do arcabouço conceitual da pesquisa de 1980 era calculado, mensalmente, um conjunto de indicadores referentes a emprego, desemprego e renda que pode ser encontrada no relatório de pesquisa da PME.

QUADRO 14
Principais conceitos da PME de 1980/82

Categorias	Definições
População em Idade Ativa	Compreende as pessoas de 10 anos e mais que são economicamente ativas e as não economicamente ativas ¹⁰¹ ;
População Não Economicamente Ativa	<i>Considera-se como população não- economicamente ativa o conjunto de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não foram classificadas como ocupadas ou procurando trabalho. As pessoas não economicamente ativas são classificadas nas seguintes categorias: aposentados ou pensionistas, estudantes, para pessoas que vivem de renda ou que se ocupam de afazeres domésticos e outras que não se enquadram em nenhuma destas situações</i>
População Economicamente Ativa	<i>Considera-se como população economicamente ativa o conjunto de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas ou procurando trabalho (desocupadas ou desempregadas), ou seja, é o conjunto potencial de mão-de-obra disponível para o setor produtivo, ou ainda a soma de pessoas ocupadas e desocupadas</i>
Pessoas Ocupadas	<i>a) aquelas que trabalharam durante toda a semana de referência ou parte dela, b) aquelas que tinham trabalho mas, durante a semana de referência, não trabalharam por motivo de férias, licença, falta voluntária ao trabalho, greve, doença, más condições do tempo ou outro impedimento temporário independente de sua vontade, tal como quebra de máquina, limitação de produção, etc.</i>
Pessoas desocupadas	Consideram-se como pessoas procurando trabalho aquelas que não tinham trabalho na semana de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, tendo para isto tomado alguma providência como, por exemplo, estabelecido contatos com agências de emprego, empregadores, sindicatos ou órgãos similares, feito solicitação a parentes ou amigos, procurado negócio de emprego, etc.

Fonte : IBGE

Os parâmetros metodológicos que fundamentam a pesquisa mensal de emprego são:

QUADRO 15
Alguns parâmetros da PME de 1980/82

Parâmetros	Definições
Semana de referência	é a semana completa, de domingo a Sábado, que precede a semana de entrevista
Mês de referência	é o mês que precede o que compreende a semana de referência.
Trabalho	Considera-se como trabalho o exercício de atividade(s) econômica(s) com ou sem remuneração exercido pelo menos 15 horas por semana.
Ocupação	Entende-se por ocupação o cargo, função, profissão ou ofício, habitualmente exercido pelo entrevistado ¹⁰² .
Período sem	para a pessoa que procurou nos últimos 2 meses e que não tinha trabalho na semana de referência, já tendo

¹⁰¹ A pesquisa coleta informações sobre emprego, desemprego e renda para as pessoas de 10 anos ou mais, mas os dados podem ser referidos a diversos cortes de idade, tendo até hoje, sido calculados para 10 anos ou mais e divulgados para 15 anos ou mais. Segundo o IBGE, os dados divulgados são referentes às pessoas de 15 anos ou mais, por dois motivos: i) a parcela da população economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade é bastante pequena em relação aos demais grupos de idade e ii) comparabilidade internacional.

¹⁰² Para a pessoa que exerceu simultaneamente dois ou mais trabalhos, a ocupação é definida de acordo com o trabalho de maior número de horas na semana de referência e, em caso de igualdade, com o de maior rendimento.

trabalho	trabalhado anteriormente com remuneração, defini-se o período de sem trabalho o número de semanas ininterruptas em que a pessoa ficou sem trabalho até o final da semana de referência.
Pessoas Abrangidas pela Pesquisa	<p>Nos domicílios particulares são pesquisados os moradores presentes, os moradores ausentes e os não- moradores presentes no domicílio, na noite anterior ao primeiro dia da semana de entrevista. Nas unidades de habitação selecionadas, nos domicílios coletivos, são entrevistadas as seguintes pessoas:</p> <p>a) proprietários, empregados e membros de suas famílias ali residentes;</p> <p>b) moradores em hotéis, pensões e estabelecimentos similares, que não tenham outro local de residência habitual;</p> <p>c) trabalhadores residentes em acampamentos, alojamentos, edifícios em construção, barracas, etc., bem como os membros de suas famílias ali residentes;</p> <p>d) moradores em domicílios com 6 ou mais pessoas, sem relação de parentesco ou dependência doméstica, ou 4 ou mais famílias conviventes, que não tenham outro local de residência habitual;</p> <p>e) empregados que residam permanentemente em prédios institucionais (hospitais, asilos, colégios, etc.).</p>
Posição na Ocupação	<p>- Empregado</p> <p>a) pessoa que tem um trabalho fixo, prestando serviço a um empregador, remunerada em dinheiro e/ou bens (parte dos produtos obtidos em explorações agropecuárias, extrativas ou industriais);</p> <p>b) pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de não remunerado, recebendo pela exploração uma parte da produção, e que não possui autonomia em relação a quem lhe cede parceria; e</p> <p>c) pessoa que não tem trabalho fixo e presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dias ou horas, contratada por intermediário de quem recebe pagamento, ou que oferece seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo o pagamento;</p> <p>d) as pessoas que exercem mandatos eletivos (vereadores, deputados, senadores, etc.), as que trabalham para instituições internacionais ou para governos estrangeiros e, também, os sacerdotes, ministros de igreja, rabinos e outros clérigos.</p> <p>- Conta Própria</p> <p>a) pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com auxílio de não remunerado, tendo ou não estabelecimento ou local próprio para essa atividade e possuindo ou não habilitação legal para o exercício dessa ocupação; e</p> <p>b) pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de não remunerado, pagando pela exploração com serviços e/ou parte da produção, e que possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria,</p> <p>c) as pessoas que prestam serviços domésticos remunerados por hora ou por dia (lavadeiras, passadeiras, faxineiras, babás, etc.).</p> <p>- Empregador</p> <p>a) pessoa que explora uma atividade econômica, com auxílio de um ou mais empregados. Não são incluídos neste grupo as pessoas que só tenham empregados domésticos; e</p> <p>b) pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça, ou garimpo), auxiliada por um ou mais empregados, pagando pela exploração com serviços e/ou parte da produção e que possui autonomia em relação a quem cede a parceria.</p> <p>- Não Remunerado</p> <p>a) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro do domicílio que tem uma atividade econômica;</p> <p>b) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; e</p> <p>c) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.</p>

Fonte : IBGE

Após a realização do Censo Demográfico de 1980 e, portanto, com a obtenção de informações mais recente sobre a dimensão e característica da população a ser

investigada, houve a necessidade de reformular a pesquisa. As mudanças ocorreram principalmente nas seguintes áreas ; no plano amostral¹⁰³ e no questionário.

Foi então, constituído um grupo de estudo, chamado de Grupo Especial de Estatísticas do Trabalho (GEET), composto por técnicos do IBGE responsáveis pela pesquisa e representantes do Ministério do Trabalho. Este grupo elaborou, a partir do estudo, uma proposta de reformulação dos questionários de coleta das informações referentes ao trabalho. A reformulação do questionário resultou em um novo questionário - PME 1.01 designado de Questionário de Mão-de-Obra.

Para que as modificações efetuadas não comprometessem a continuidade do indicador de desemprego e, também, futuros equívocos, a partir de fevereiro de 1982 iniciou-se a implantação gradativa das reformulações. Foram realizados testes para a maior parte dos quesitos incorporados à proposta através da PME 1.02 (Questionário de Procura de Trabalho) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, seus resultados foram considerados satisfatórios. Nesse mesmo período iniciou-se a implantação do novo questionário, paulatinamente, tendo no final do quarto mês de 1982 a substituição completa do questionário. Esse procedimento pretendia minimizar a influência ou os impactos da introdução do novo questionário no resultado final, num momento em que, iniciava uma recessão pela primeira vez desde a criação da taxa de desemprego, manteve-se em particular constante a medida de desemprego.

As mudanças no questionário ocorreram principalmente na PME 1.01, foi acrescido dois quesitos para as pessoas classificadas como empregadas e ampliou-se consideravelmente a investigação para pessoas classificadas como procurando trabalho. Contudo, foram suprimidos para as pessoas classificadas como ocupadas, os quesitos sobre horas normalmente trabalhadas e rendimentos normalmente recebidos, e procura de trabalho no período de referência de 2 (dois) meses¹⁰⁴.

¹⁰³ A principal reformulação com relação ao desenho da amostra foi quanto a seleção da amostra que compunha os painéis. O processo de estimação não sofreu alterações após as reformulações efetuadas na pesquisa, com exceção das estimativas obtidas para os meses de implantação.

¹⁰⁴ O questionário da PME de 1980 era simples, contendo apenas 20 quesitos e dividido em duas partes PME 1.01 e PME 1.08, sendo que a primeira é subdividida também em duas partes. A primeira parte do questionário da PME1.01 de 1980 – boletim do Domicílio se referia a questões domiciliares e identificativas do entrevistador e entrevistado. A segunda parte destinava-se, fundamentalmente, às perguntas referentes aos quesitos de emprego, desemprego e renda. A primeira pergunta feita ao entrevistado: *o que ele fez na semana de referência?*, tendo como opções 1- *trabalhou*, 2- *tinha trabalho mas não trabalhou*, 3- *procurou trabalho mas já trabalhou*, 4- *procurou trabalho mas nunca trabalhou*, 5- *aposentado ou pensionista*, 6- *vive de rendas*, 7- *freqüentou escola*, 8- *afazeres domésticos* e 9- *outro*, veja no anexo a relação e a seqüência dos quesitos. A outra parte do questionário é a PME 1.08 – Folha de Registro do domicílio - onde é realizada uma investigação das características dos outros

Devido a estas mudanças, o questionário PME 1.01 passou a se denominar Questionário de Mão-de-obra, havendo também uma mudança na forma de apresentação, mas, a principal modificação foi a inclusão de novos quesitos, passando dos 20 quesitos em 1980, para 28 quesitos no ano de 1982. O questionário PME 1.08 passou a ser denominado de Folha de Registro Domiciliar, tornando-se também mais complexo, pois incorporou outros quesitos sobre os moradores do domicílio pesquisado.

Portanto, a Pesquisa Mensal de Emprego sofreu algumas reformulações tanto com relação à seleção das amostras que compõem os painéis, como também, em relação aos diversos instrumentos de coleta, isto é, no questionário básico de investigação e nos demais instrumentos de identificação¹⁰⁵.

O principal objetivo foi aperfeiçoar e melhorar a qualidade e a cobertura dos indicadores da situação de trabalho da pesquisa de emprego, no seu aspecto conjuntural, visando em última instância:

- i) melhorar qualitativamente a caracterização das pessoas desempregadas;
- ii) aumentar quantitativamente os indicadores de desemprego (por exemplo: indicadores de desemprego que permitissem avaliar a duração deste e o ramo de atividade anterior); e
- iii) facilitar as ações para análise dos efeitos do desemprego.

Com a reformulação da PME, alguns conceitos, definições e indicadores foram introduzidos ou modificados, ou ainda deixaram de ser utilizados. Os não mencionados a seguir não sofreram alterações desde a PME de 1980 ou não serão objeto de nossa análise. Os principais conceitos e definições introduzidos foram:

moradores do domicílio. Os quesitos levantados são : é morador ou não, sobre o gênero, sobre a condição no domicílio, data de nascimento e tempo de residência no domicílio.

¹⁰⁵ Em 1980 os instrumentos de coleta eram os seguintes: PME 1.01 boletim de domicílio, PME 1.07 relação de unidades da amostra, PME 1.08 folha de registro do domicílio, PME 1.09 folha de resumo das entrevistas, 2.01 caderneta de listagem, 2.02 folha de coleta, 2.03 folha de domicílio coletivo, PME 2.08 folha de cálculo para a seleção das unidades da amostra, PME 3.01 manual do entrevistador, 3.02 manual do listador, PME 3.03 manual do supervisor, PME 5.01 folha de avaliação do material coletado, PME 5.02 folha de verificação no campo, PME 5.03 folha de resumo dos trabalhos de supervisor. Em 1982, mudaram os seguintes instrumentos **PME 1.01, passou a ser denominado de questionário da mão de obra**. As PME's 1.07, 1.08 e 1.09 não sofreram modificações na denominação mas foram atualizados segundo o novo registro. A PME 2.01 foi denominada de caderneta de área de listagem, a PME 2.02 foi denominada de folha de registro da listagem e a PME 2.03 foi denominada de folha de registro das unidades em domicílios coletivos. A PME 3.02 passou-se a denominar de manual de instrução para listagem. A PME 5.01 PME 5.02 passaram a ser denominados de folha de verificação no campo e folha de resumo da verificação no campo.

Quadro 16
conceitos e definições introduzidas em 1982

Período de referência de 30 dias	É o período que compreende os últimos 30 dias que precedem a semana de entrevista.
Tempo procura trabalho	É o período contínuo , contado em semanas até a data da última providência, que a pessoa procurou trabalho no período de referência de 30 dias, sem exercer uma ocupação econômica, vem tomando providências para conseguir trabalho. É considerada "interrupção" na procura de trabalho, se a pessoa deixou de tomar alguma providência durante duas semanas consecutivas, neste caso, o tempo de procura de trabalho é contado a partir do término da interrupção.

Fonte : IBGE

Os principais conceitos e definições modificados foram : as pessoas abrangidas pela pesquisa, período sem trabalho e posição na ocupação. Vejamos as alterações logo abaixo:

Quadro 17
conceitos e definições reformulados em 1982

Pessoas Abrangidas pela Pesquisa	São abrangidos pela pesquisa os moradores da unidade domiciliar na data de referência, com exceção de: a) residentes em embaixadas, consulados e legações; e b) pessoas institucionalizadas, residentes em domicílio coletivo de estabelecimento institucional, tais como: o militar em caserna ou dependência de instalação militar, o preso em penitenciária, reformatório, etc., o interno em escola, hospital, asilo, orfanato, etc., o religioso em convento, mosteiro, etc
Período sem Trabalho	Para a pessoa que procurou trabalho no período de referência de 30 dias e que não tinha trabalho na semana de referência, já tendo trabalhado anteriormente com remuneração; define-se período sem trabalho - o número de semanas ininterruptas ¹⁰⁶ , em que a pessoa ficou sem trabalho até o final da semana de referência.
Posição na Ocupação	<i>Empregado: pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo como contrapartida uma remuneração em dinheiro e/ou mercadorias ou produtos ou somente em benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Também é considerado como empregado: a) a pessoa que está prestando serviço militar obrigatório; e b) o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.</i> <i>Conta Própria: pessoa que explora sua própria empresa econômica ou exerce uma profissão ou ofício, não tendo empregados.</i> <i>Empregador: pessoa que dirige sua própria empresa econômica ou exerce uma profissão ou ofício com auxílio de um ou mais empregados.</i> <i>Não Remunerado:</i> a) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar (empregado, empregador ou conta própria) que tem uma atividade econômica; b) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; e c) pessoa que exerce ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc.

Fonte : IBGE

¹⁰⁶ É considerada "interrupção" na procura de trabalho, se a pessoa tiver deixado de tomar alguma providência durante duas semanas consecutivas. Neste caso, o tempo de procura de trabalho é contado a partir do término da interrupção

Os conceitos mais importante que deixaram de existir foram : o **período de referência dos últimos 2 meses**, o de horas normalmente trabalhadas por semana e o de rendimento mensal normalmente recebido. Há outros conceitos de menor importância que também deixaram de existir : grupo convivente, não morador presente, hóspede e individual¹⁰⁷ em domicílio coletivo, para a condição no domicílio e a categoria "Vive de Renda" para as pessoas não economicamente ativas.

A reformulação do questionário de coleta teve como consequência imediata a alteração de vários indicadores que podiam ser obtidos mensalmente. Foi elaborado então, um novo conjunto de indicadores com o objetivo de acompanhar a situação do emprego e desemprego nas regiões metropolitanas onde a pesquisa era realizada.

Os indicadores que deixaram de existir foram aqueles que eram combinados, principalmente, **com o período de referência de 2 meses**, com as horas normalmente trabalhadas por semana e com rendimentos mensal normalmente recebidos. Entretanto, houve a manutenção de grande parte os antigos indicadores e a introdução de muitos outros novos indicadores, dada a introdução de novas variáveis a serem pesquisadas, como, por exemplo: grau de instrução, o período de referência de 30 dias, remuneração anterior, o que resultou em um grande número de indicadores. Além desses indicadores, são obtidas mensalmente, também a título de estudo interno, algumas tabelas que retratam a estrutura e da distribuição da população economicamente ativa segundo suas principais características¹⁰⁸.

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Pesquisa de Emprego e Desemprego do convênio DIEESE-SEADE é uma pesquisa mensal realizada através de uma amostra probabilística de domicílio¹⁰⁹.

Em 1984, foi firmado um convênio entre o SEADE (órgão do Governo do Estado de São Paulo) e o DIEESE, para a implantação de uma pesquisa domiciliar sobre emprego e desemprego em São Paulo.

¹⁰⁷ Na "condição no domicílio" o "individual em domicílio coletivo" é classificado como sendo as pessoas que moram em domicílios coletivos ou componentes de grupo convivente.

¹⁰⁸ A principal mudança foi a introdução do período de referência de 30 dias e exclusão do período de 2 meses, isto é, deixou-se de calcular a taxa de desemprego de 2 meses e passou a calcular a taxa de desemprego de 30 dias.

¹⁰⁹ Apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, o cálculo da taxa de desemprego é realizado a partir de dados acumulados no trimestre, portanto, os dados referem-se a informações de trimestre móveis. Segundo o DIEESE, isto se deve para garantir a precisão desejada e minimizar os custos.(ver mais sobre esta questão no relatório da PED)

A concepção da PED baseou-se na experiência das pesquisas domiciliares Programa de Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) sobre emprego e desemprego¹¹⁰.

A novidade introduzida pelo DIEESE foi *"(...) considerar a situação de desemprego mesmo quando o trabalhador, por necessidade de sobrevivência, está simultaneamente 'procurando trabalho no período de referência' e 'exercendo um trabalho ocasional.' "*

E, em 1984, o DIEESE iniciou a pesquisa na região metropolitana de São Paulo. Na metade dos anos 80, precisamente em 1987, a pesquisa começou a ser estendida para outras regiões metropolitanas do País. Esta expansão ocorreu devido as parcerias com órgãos públicos locais, sindicatos e outras entidades.

Em 1987 a PED foi implantada na região metropolitana de Salvador, em convênio com o Ministério do Trabalho/Sistema Nacional de Emprego -MTb/SINE, secretaria do Trabalho do Estado da Bahia e SUDENE. Em 1988, foi implantada na região metropolitana de Belém em convênio com o Instituto de Desenvolvimento do Pará - IDESP - e pelo Sistema Nacional de Emprego -SINE/Pará. Em 1990, na região metropolitana de Recife, em convênio com a Secretaria de Planejamento de Pernambuco¹¹¹. Em 1993, dadas as dificuldades financeiras enfrentadas pelo DIEESE-SEADE e pelas outras entidades conveniadas, foi firmado um contrato com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador (CODEFAT), que se comprometeu a colaborar para o financiamento da pesquisa.

No Distrito Federal, a PED foi implantada em 1992 e vem sendo executada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CEPLAN e pelo STb/GDF/SINE/DF. Neste mesmo ano a pesquisa foi iniciada na região metropolitana de Porto Alegre, executada pela Fundação de Economia e Estatística "Siefried Emanuel Heuser" - FEE, em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego - FGTAS/SINE/RS. Em 1994, a PED foi implantada na região metropolitana de Curitiba e vem sendo executada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, em convênio com

¹¹⁰ O DIEESE no início dos anos 80 realizou uma pesquisa aplicado a metodologia de cálculo de desemprego da PREALC.

¹¹¹ As pesquisas em Belém e Recife foram posteriormente interrompidas por decisão das instituições executoras, devido a problemas orçamentários. Mais tarde, também, a pesquisa de Curitiba foi interrompida.

SINE/PR e a Companhia de Energia - COPEL. E, finalmente, em 1995, na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo de responsabilidade da Fundação João Pinheiro e do SINE/MG.

A seguir o Quadro 18 apresenta as regiões metropolitanas onde são realizadas as pesquisas, o ano de implantação e as entidades produtoras.

QUADRO 18
REGIÕES ONDE SÃO REALIZADAS A PED, ANO DE IMPLANTAÇÃO E AS RESPECTIVAS ENTIDADES PRODUTORAS.

Regiões Metropolitanas	Ano de Implantação	Entidades Produtoras
São Paulo	1984	DIEESE/SEADE
Salvador	1987	MTB/SINE/STB/BAHIA E SUDENE
Belém	1988	IDESP/SINE/PARÁ
Recife	1990	SEC. PLANEJ. PERNAMBUCO
Porto Alegre	1992	FEE/FGTAS/SINE/RS
Distrito Federal	1992	CEPLAN/STB/SINE/DF
Curitiba	1994	IPARDES/SINE/PR/COPEL.
Belo Horizonte	1995	FJP/SINE/MG

Fonte: DIEESE/SEADE

Os parâmetros básicos utilizados pela PED, que combinados, permitem classificar as pessoas como empregados, desempregados e inativos são:

- i) procura efetiva de trabalho;**
- ii) disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva;**
- iii) situação de trabalho;**
- iv) tipo de trabalho exercido;**
- v) necessidade de mudança de trabalho.**

Como objetivo de compreendermos os parâmetros utilizados pela PED recorreremos ao Quadro 19.

QUADRO 19
Principais parâmetros da PED

Procura efetiva de trabalho	é aquela que se expressa na realização pelo indivíduo de alguma providência nos 30 dias anteriores da entrevista para conseguir um trabalho. A procura inclui não apenas a busca de emprego assalariado, mas também de outros trabalhos. Neste último caso, refere-se às providências necessárias para abrir um negócio ou empresa e da busca de mais clientes por parte do trabalho autônomo.
Disponibilidade para trabalhar sem procura efetiva	Refere-se a situação do indivíduo que não procurou trabalho durante 30 dias devido aos estímulos do mercado ou por motivos circunstanciais de doença, problemas familiares ou falta de dinheiro para cobrir as despesas necessárias à procura. No entanto, apresenta procura ativa nos últimos 12 meses e, no momento da entrevista, manifesta sua necessidade e disponibilidade atual para trabalhar. A disponibilidade atual para trabalhar identifica a força de trabalho ofertada no mercado de trabalho, que poderá estar sendo utilizada (ocupada) ou manifestar-se como excedente (desempregado).
Situação de trabalho	<p>é a situação em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado num determinado período de referencia, excetuando o trabalho excepcional</p> <p><u>Trabalho remunerados</u> - refere-se ao exercício de qualquer atividade que tenha como contrapartida uma remuneração em dinheiro, podendo ser complementada por benefícios ou bens em espécie (alimentação, habitação, transporte, etc.). Assim abrange desde os assalariados, empregadores, conta própria e autônomos, até os trabalhadores que recebem exclusivamente por produção, os "biscateiros", etc.. Incluem-se também os religiosos, estagiários aprendizes, etc. desde que recebam alguma remuneração em dinheiro pelo exercício de sua atividade.</p> <p><u>Trabalho não-remunerado</u> - refere-se às atividades dos trabalhadores familiares sem remuneração salarial, os quais trabalham auxiliando nos negócios de parentes, sem que recebam por isso uma retribuição salarial, assim como ao trabalho exercido pelo empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício.</p> <p><u>Trabalho excepcional</u> - refere-se à realização de um trabalho em caráter ocasional, remunerado ou não-remunerado¹¹², pelo indivíduo, quando lhe sobra tempo de suas atividades não-produtivas consideradas prioritárias.</p> <p><u>Situação de não-trabalho</u> - refere-se às atividades sem remuneração da dona de casa, do estudante, das pessoas que se dedicam a trabalhos de caridade e de ajuda, etc., assim como atividades do indivíduo que auxilia um parente em seus afazeres domésticos, mesmo que receba em contrapartida algum valor monetário de ajuda de custo, mesada, etc. além de exercício de trabalho em caráter excepcional.</p>
Tipo de trabalho exercido	<p><u>Trabalho irregular</u> - é identificado como o de auto-ocupação ou de remuneração instável. Ocupação esta onde o indivíduo não tem nenhuma "garantia" ou "previsibilidade" de que terá trabalho quando terminar o que está realizando ou nos casos que os ganhos, provenientes de vendas de bens avulsos, são variáveis. Portanto, a pessoa que se encontra neste trabalho ou ocupação tem dificuldade em precisar a sua frequência, mas o realiza sempre que aparece, uma vez que o seu tempo está comprometido com exercício de trabalho. Neste sentido, pode-se diferenciar a instabilidade do tipo de trabalho irregular remunerado e a instabilidade do trabalho excepcional, pois, no primeiro caso a instabilidade está associada às restrições do mercado de trabalho em absorver um determinado contingente que está a procura de trabalho, ao contrário do segundo, que a instabilidade está associada a falta de tempo para a realização de tal procura, isto significa que a procura é desnecessária.</p> <p>Os trabalhadores de auto-ocupação não-remunerados referem-se basicamente ao trabalhador familiar sem remuneração salarial, enquanto;</p> <p>Os trabalhadores de auto-ocupação remunerados incluem qualquer tipo de trabalho, à exceção do trabalho assalariado, do emprego doméstico mensalista e do empregador.</p> <p><u>Trabalho regular</u> - compreende o trabalho assalariado por tempo indeterminado ou em caráter temporário, ou emprego doméstico mensalista, o do empregador e as atividades estáveis de auto-ocupação remunerada, ou seja, que tenha garantia de continuidade de trabalho e/ou de ganhos devido a existência de uma clientela fixa ou de capacidade de concorrer no mercado.</p>
Necessidade de mudança de trabalho	refere-se ao trabalho precário que levando com que as pessoas sejam motivadas a trocar de trabalho dada a irregularidade deste. Esta necessidade é definida pela combinação da procura para substituir o atual trabalho e o tipo de trabalho exercido, conforme definido pela PED. Este outro trabalho procurado pode ser um emprego assalariado ou mesmo mudança de ofício ou ocupação conservando-se como trabalhador autônomo. Desta forma, a procura por mais clientes mantendo a mesma ocupação não é considerada como necessidade de mudança de trabalho.

Fonte : DIEESE/SEADE

¹¹² A PED dá o mesmo tratamento ao exercício de trabalho remunerado e o não remunerado para definir a situação de trabalho, uma vez que ambos fazem parte de atividades econômicas.

Os principais conceitos da PED são descritos em linhas gerais como se segue:

QUADRO 20
Principais conceitos da PED

População em Idade ativa (PIA)	a população considerada pela PED para classificação da inserção no mercado de trabalho é a população de 10 anos e mais.
População economicamente ativa (PEA)	todos os indivíduos de 10 anos e mais que, no momento da pesquisa, estão comprometido com o mundo do trabalho, ou seja, têm disponibilidade atual para trabalhar expressa na procura efetiva de trabalho, na disponibilidade de trabalhar sem procura efetiva de trabalho ou numa situação de trabalho
População Desempregada	compreende os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem um trabalho irregular com desejo de mudança. A população é diferenciada em três tipos de desemprego: <u>Desemprego Aberto</u> - pessoas sem trabalho nos 7 últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista. <u>Desemprego Oculto por Trabalho Precário</u> - pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, trabalhos precários - algum trabalho remunerado irregular ou trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes - e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores a entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás. <u>Desemprego oculto por desalento</u> - pessoas sem trabalho e com necessidade de trabalhar, porém sem procura efetiva por desestímulo do mercado ou por circunstancia fortuitas, mas que apresentaram procura efetiva de trabalho, de pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.
População ocupada	compreende os indivíduos que, nos 7 dias anteriores ao da entrevista, possuíam trabalho regular, com ou sem procura de trabalho. Também são ocupados as pessoas que, neste período, exerceram trabalhos irregulares, desde que não tenham procurado mudar de trabalho. Exclui porém os indivíduos que nos últimos 7 dias da data da entrevista exerceram trabalhos excepcionais.
População Inativa	compreende a parcela da população em idade ativa que não tem necessidade e nem disponibilidade atual para trabalhar, encontrando-se em uma das seguintes situações: Inativo sem trabalho - pessoas que não têm procurado efetivamente trabalho, nem necessidade de trabalhar e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos 7 dias da data de entrevista. Inativo com trabalho excepcional - pessoas que eventualmente trabalharam nos últimos 30 dias só porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais e que não procuraram trabalho.

Fonte: DIEESE-SEADE

O Questionário da PED é bastante amplo, contém mais de 60 quesitos o que possibilita inúmeros cruzamentos e diversas trajetórias e oferece uma grande gama de indicadores.

O questionário divide-se em 7 partes denominadas de blocos A, B., C, D, E, F, e G. O bloco A identifica o domicílio, o bloco B lista os moradores por família, o bloco C caracteriza o domicílio e a família, o bloco D anota os dados de controle, o bloco E investiga os atributos pessoais para menores de 10 anos, bloco F se refere à situação ocupacional, sendo que a primeira pergunta é se o entrevistado procurou trabalho nos últimos trinta dias, com opção de resposta positiva ou negativa; se a resposta for positiva ele ainda responde que providencia(s) tomou (1- procurou empresas, agencias, sindicatos; 2- procurou o SINE; 3- colocou/respondeu anúncio; 4- procurou parentes, amigos, conhecidos; 5- procurou na rua; 6- fez contatos com possíveis clientes; 7- outra

providência - explique) e, finalmente, o bloco G que contém quesitos sobre acidentes de trabalho.

Em conjunto, os Blocos A, B, C e E servem basicamente para identificar o domicílio e para arrolar todas as pessoas residentes no domicílio entrevistado (individualmente e coletivamente), por : cor, sexo, idade, escolaridade, posição no domicílio e na família, tempo de residência. Como também subsidia o bloco F de informações.

O Bloco F constitui o núcleo central do questionário, contendo quesitos que permitem caracterizar a situação ocupacional de todos o indivíduos de 10 anos e mais. Portanto, este Bloco identifica as condições de atividade de todos os indivíduos (desempregado, ocupado e inativo) e as características ocupacionais específicas de cada uma das condições.

Segundo BARROS (1996), dentro desse Bloco podemos explicitar 6 temas que avaliam as pessoas ocupadas, 3 temas para as pessoas desempregadas e 2 temas para as pessoas inativas. São eles :

Quadro 21
Temas que são investigados pela PED

Categorias	Investiga-se
Empregado ¹¹³	<p>1) a busca de trabalho por pessoas ocupadas, para avaliar a intensidade, a forma e a motivação da busca, em particular, procurando separar se a busca era motivada por um desejo de mudar de emprego ou se a motivação era busca trabalho adicional;</p> <p>2) a regularidade do trabalho e do desejo dos trabalhadores em trabalhar um número maior de horas do que vem efetivamente trabalhando;</p> <p>3) a existência de múltiplos empregos e a remuneração bruta e líquida para os empregados e a retirada mensal para os demais;</p> <p>4) a inserção do trabalhador investigando a sua ocupação, posição na ocupação, tamanho e ramo de atividade da empresa em que trabalha, e se a empresa é pública ou privada;</p> <p>5) a duração do vínculo de trabalho; e</p> <p>6) a natureza de alguns aspectos do processo de produção e contratação, na medida, em que investiga o local onde se dá o trabalho, a quem pertence os meios de produção, e sobre em que extensão existe sub-contratação no sentido de que a empresa que paga é diferente da empresa onde é efetuado o trabalho.</p>
Desemprego	<p>1) a intensidade, a forma e a motivação da busca em particular, procura-se investigar o fenômeno do desemprego por desalento, com base na análise da interrupção da busca devido a má expectativa de obter emprego;</p> <p>2) a natureza do último emprego com quesitos sobre a ocupação, posição na ocupação, ramo de atividade, duração e motivos para saída do último emprego; e</p> <p>3) a natureza do trabalho que aqueles hoje desempregados eventualmente tiveram ao longo do último mês, observando a ocupação, posição na ocupação e o ramo de atividade.</p>
Inativo	<p>1) a razão para a inatividade; e</p> <p>2) se há o recebimento de : pensões, aposentadorias, seguro-desemprego, etc.</p>

Fonte: Elaboração a partir de reflexões de Barros (1996)

¹¹³ Os temas 1 e 2 possibilitam o conhecimento de condições de sub-emprego, desemprego oculto e de ocupação.

Alguns comentários finais sobre as pesquisas de desemprego no Brasil .

A partir de agora iremos fazer uma breve comparação entre a PED e a PME, à luz da apresentação de suas respectivas metodologias.

Confrontaremos os seguintes itens: população pesquisada, população em idade ativa, população economicamente ativa, população desempregada, população ocupada e população inativa.

A **População Normalmente Pesquisada** pelo DIEESE/SEADE circunscreve-se às regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba e Distrito Federal. As regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE são : São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e Recife. (ver Tabela 1)

No que se refere a **População em Idade Ativa (PIA)**, o DIEESE-SEADE investiga a população de 10 anos e mais; já o IBGE investiga também a população de 10 anos e mais, entretanto apenas divulga dados referentes à população de 15 anos e mais. Segundo o IBGE, a divulgação de dados apenas referentes às pessoas de 15 anos ou mais se deve à inexpressiva participação da população de 10 a 14 anos no mercado de trabalho brasileiro, ainda respaldado pelas leis internacional e nacionais de proibição do trabalho infantil. O trabalho das crianças de 10 a 14 anos deveria ser objeto de pesquisas específicas, que poderá contemplar menores de 10 anos. Num pesquisa periódica para avaliar o mercado de trabalho, se esta ou não absorvendo todos que precisa e procuram trabalho, seria mais conveniente, restringir-se à população com mais de 15 anos.

Para o DIEESE-SEADE a **População Economicamente Ativa (PEA)** é a parcela da PIA que está disponível para o trabalho ou que está trabalhando, ou seja, a soma dos desempregados e dos ocupados. A disponibilidade para o trabalho é captada tanto pela procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias quanto pela procura potencial (trabalhadores temporariamente desalentados em face das restrições do mercado de trabalho). Estar trabalhando significa o exercício de qualquer trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negócio de parentes (trabalho familiar), excetuando-se aqueles trabalhos exercidos em caráter excepcional (trabalho dos inativos).

Já para o IBGE, é a parcela da PIA que exerce qualquer tipo de trabalho remunerado ou não remunerado (damas beneficentes, estagiários, trabalhador familiar),

desde que, neste último caso, a jornada semanal de trabalho seja superior a 15 horas. Além desses, os que, não possuindo qualquer trabalho, o tenham procurado nos 7 dias anteriores à entrevista.

Podemos assim, dividir a diferença de definição referente a PEA em duas partes.

Primeira, quanto à procura de trabalho: para o IBGE, a disponibilidade para o trabalho está diretamente associada à pressão ativa sobre o mercado de trabalho por quem não exerceu nenhum tipo de trabalho, mas procurou emprego nos últimos 7 dias. A pesquisa DIEESE-SEADE capta essa mesma realidade, porém expande o período de referência para 30 dias e mensura, paralelamente, a disponibilidade não expressa no mercado de trabalho devido aos desestímulos conjunturais.

E, segunda, quanto à definição de trabalho: o IBGE exclui o trabalho não remunerado, com jornada semanal inferior a 15 horas. O DIEESE-SEADE não considera o corte de horário, mas aqueles casos de trabalho de execução extremamente eventuais, devido ao caráter excepcional da sua realização. Por isso, esta parcela, desde que não tenha procurado trabalho, é classificado como inativa.

Portanto, o IBGE utiliza um critério quantitativo para a definição de trabalho, enquanto, o DIEESE-SEADE privilegia o critério qualitativo, o qual não exclui o critério quantitativo.

Por **População Desempregada** o DIEESE/SEADE entende : como sendo o estoque formado pelas pessoas classificadas nas situações de desemprego aberto, pressionando conseqüentemente o mercado de trabalho pelo período referência de 30 dias anteriores à pesquisa, bem como, as pessoas classificadas como desempregados em situação “oculta”, composto pelos desempregados desalentados e desempregados que realizam trabalhos precários (“bicos”). É, portanto, a parcela da PEA que está sem trabalho ou com trabalho precário e que, por isso, deseja trabalhar e, por conseguinte, pressiona o mercado de trabalho através da procura efetiva de emprego ou negócio, ou com procura potencial de trabalho.

Por sua vez, para o IBGE, a população desempregada restringe-se ao desemprego aberto, ou seja, é a parcela da PEA que, não tendo nenhuma ocupação, pressionou o mercado de trabalho através da procura efetiva nos últimos 7 dias anteriores à pesquisa.

O conceito desenvolvido pela pesquisa do DIEESE-SEADE é mais amplo. Pois, além de, privilegiar a procura de trabalho e ampliar o período de referência de procura efetiva para 30 dias, este considera desempregadas as pessoas com trabalho irregular (“bico”).

Quanto ao **Desemprego Aberto** (ou “Desocupação”) podemos dizer que o DIEESE-SEADE inclui as pessoas de 10 anos ou mais que, não estão trabalhando, que procuraram efetivamente um emprego ou negócio nos últimos 30 dias anteriores à semana da entrevista. Já o IBGE inclui as pessoas de 15 anos ou mais que, não possuem trabalho, mas que procuraram efetivamente nos 7 dias anteriores à semana da entrevista.

A ampliação do período de busca de uma semana para um mês, aumenta significativamente a taxa de desemprego aberto. Ou seja, muitas pessoas que não tendo trabalho na semana de referência e procuraram emprego no mês de referência, não realizaram a busca por trabalho durante a semana de referência.

Ao compararmos as definições da PED e PME com as vigentes em muitos outros países verificaremos concordâncias e discordâncias. Em relação ao período de procura de trabalho, as pesquisas do México, EUA e França sugerem ser mais adequado 30 dias. E, em uma amostra de 70 países, 30 adotam uma semana como período de referência para procura de trabalho, enquanto os outros 40 utilizam prazos mais longos para investigar os procedimentos de busca de trabalho. A 13^a Conferência de Internacional do Trabalho de 1982, apenas adverte que o período deve ser recente e que não necessariamente deve coincidir com o período de referência para a pesquisa, de uma semana ou um dia, podendo ser mais longo, como de 4 semanas anteriores à entrevista¹¹⁴.

O DIEESE-SEADE definiu os **desempregados desalentados** (por desestímulo quanto à procura de trabalho) como sendo as pessoas de 10 anos e mais, sem trabalho, porém com disposição e disponibilidade para trabalhar. No entanto, estas pessoas não procuraram emprego ou negócio nos últimos 30 dias devido às dificuldades para ingresso ou reingresso no mercado de trabalho. Apesar de não terem

¹¹⁴ Ver Hoffmann e Brandão (1996).

procurado nos últimos 30 dias, o fizeram no período de 12 meses anteriores ao mês da pesquisa. O IBGE não considera a possibilidade do desemprego por desalento. Esta instituição classifica as pessoas nesta situação de desemprego como inativas, por não terem executado nenhum trabalho e por não terem realizado de maneira efetiva a procura de um novo trabalho nos últimos 7 dias.

O DIEESE-SEADE está em conformidade com as recomendações da OIT. Pois esta sugere classificar as pessoas que desejam trabalhar, mas encontram-se desestimuladas pela baixa probabilidade de encontrar um trabalho, como uma categoria de desempregados a parte, ou ainda, se for adotada a definição padrão de desemprego, poderia-se agregar este contingente aos inativos como um segmento específico da população inativa.

O DIEESE-SEADE ainda considera o **desemprego “oculto” por trabalho precário**, que é formado pelas pessoas de 10 anos e mais que, simultaneamente, à procura de trabalho nos últimos 30 dias, ou em período anterior, realizaram trabalhos descontínuos e irregulares, com ganhos avulsos e variáveis, ou realizaram um trabalho familiar não remunerado. Como no caso anterior, o IBGE não considera também este tipo de desemprego, pois, para esta instituição, os indivíduos classificados como desempregados “oculto” por trabalho precário são considerados ocupados, apesar de estarem procurando trabalho e da precariedade da sua ocupação.

Neste caso o DIEESE-SEADE não está em conformidade com a recomendação da OIT. Na 13ª Conferência Internacional do Trabalho os desempregados marginalmente atrelados ao mercado de trabalho devem ser considerados ocupados, uma vez que o exercício do trabalho tem precedência sobre a procura como critério de classificação da força de trabalho.

Quanto à **população ocupada** o DIEESE/SEADE a define como sendo a parcela da população de 10 anos e mais que tem trabalho regular. O indivíduo que exerce trabalho irregular (“bico”) ou trabalho não remunerado de ajuda em negócio de parentes é considerado ocupado, desde que não tenha procurado trabalho. Isto ocorre por que o DIEESE-SEADE privilegia a procura de trabalho efetiva ou potencial.

Já para o IBGE, a população ocupada é o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais que exercem qualquer trabalho remunerado, independentemente da procura,

regularidade, intensidade e excepcionalidade do trabalho. Inclui também qualquer pessoa que exerça trabalho não remunerado acima de 15 horas semanais. A diferença reside na forma de conceber o trabalho. Ou seja, para IBGE, o exercício de qualquer trabalho remunerado ou não remunerado que preencha o requisito mínimo de 15 horas de trabalho, por mais esporádico, irregular, intensivo e, sobretudo, mesmo acompanhado de procura efetiva, é condição necessária e suficiente para classificar o indivíduo como ocupado.

Finalmente, no que se refere à **população inativa** o DIEESE-SEADE a define como sendo o conjunto de pessoas menores de 10 anos, além da parcela da PIA que: não tem e não procurou trabalho; realizou algum trabalho remunerado ou não remunerado sempre em caráter excepcional e não procurou trabalho.

Já o IBGE, considera inativo o conjunto de pessoas menores de 15 anos, além da parcela da PIA que não tem e que não procurou trabalho nos últimos 7 dias. São também considerados inativos os que realizaram trabalho não remunerado, com jornada inferior a 15 horas semanais.

Portanto, dada as diferenças na definição da população inativa, o número de inativos do DIEESE-SEADE é maior que o do IBGE.

A partir da exposição das definições, podemos sintetizar os principais conceitos no Quadro 22 a seguir:

QUADRO 22
PRINCIPAIS CONCEITOS

CATEGORIAS	IBGE- PME	DIEESE/SEADE-PED
População Normalmente investigada	São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre Salvador , Rio de Janeiro e Recife.	São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre Salvador, Brasília e Curitiba
PIA	Pessoas de 10 anos e mais, mas divulga apenas os dados referentes às pessoas de 15 anos e mais.	Pessoas de 10 anos e mais.
PEA	Ocupado + desocupado (desemprego aberto)	Ocupado + desempregado (desemprego aberto + oculto)
Ocupado	exerce qualquer tipo de trabalho remunerado; exerce qualquer tipo de trabalho não remunerado desde que acima de 15 horas semanais.	Exerce trabalho regular remunerado, independente da procura de trabalho; exerce trabalho irregular (“bico”) e não procurou trabalho exerce trabalho regular, em unidade familiar, e não procurou trabalho.
Desempregado	não trabalhou e procurou trabalho nos últimos 7 dias.	não trabalhou e procurou trabalho nos últimos 30 dias; tem trabalho irregular (“bico”) e procurou trabalho; desalentado quanto a procura atual de trabalho.
Inativo	não trabalhou nem procurou trabalho nos últimos 7 dias exerce algum trabalho remunerado, inclusive em unidade familiar, desde que abaixo de 15 horas semanais; menores de 15 anos.	não trabalha e não deseja trabalhar; realiza, de forma muito excepcional, algum tipo de trabalho não previsível com antecedência e não procurou trabalho; menores de 10 anos.

Fonte: DIEESE/SEADE

É importante frisar que estas distintas definições das categorias sobre a condição de atividade resultam em uma distinta classificação das pessoas, segundo cada pesquisa. Isto pode ser visto pelo Quadro 23 a seguir, que sintetiza as diferentes formas de classificação adotadas nas duas pesquisas: PME e PED.

QUADRO 23
PRINCIPAIS DIFERENÇAS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO ENTRE A PED E PME

Situação do indivíduo	Classificação da PED	Classificação da PME
Não trabalhou e procurou trabalho na semana	Desempregado aberto	Desempregado aberto
Sem trabalho e sem procura na semana, mas com procura de trabalho nos últimos 30 dias	Desempregado aberto	Desempregado (mas a taxa de desemprego não é divulgada)
Sem trabalho na semana e sem procura últimos 30 dias, mas com procura de trabalho nos últimos 12 meses	Desempregado oculto por desalento	Inativo
Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos 30 dias	Desempregado oculto por trabalhos precários	Ocupado se realizou trabalho acima de 15 horas na semana ou inativo se trabalhou menos de 15 horas na semana
Sem procura de trabalho nos últimos 30 dias, com procura nos últimos 12 meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos trinta dias	Desempregado oculto por trabalhos precários	Ocupado se realizou trabalho acima de 15 horas na semana ou inativo se trabalhou menos de 15 horas na semana
Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos 30 dias e sem procura de trabalho	Inativo (com trabalho)	Ocupado se realizou trabalho acima de 15 horas na semana ou inativo se trabalhou menos de 15 horas na semana
Com trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho	Ocupado	Ocupado se realizou trabalho acima de 15 horas na semana ou inativo se trabalhou menos de 15 horas na semana
Com trabalho não remunerado em organizações beneficentes na semana e sem procura de trabalho	Inativo (com trabalho)	Ocupado
Não trabalhou na semana porque está "encostado na caixa" há mais de quinze dias	Inativo (sem trabalho)	Ocupado
Sem trabalho e sem procura	Inativo (sem trabalho)	Inativo
Crianças de 10 a 14 anos	Inativas, ocupadas, ou desempregadas segundo a situação e/ou procura de trabalho	Inativas

Fonte : Elaboração própria a partir do quadro básico do DIEESE/SEADE

As diferenças nas definições das categorias ou da classificação da condição de atividade se revelam nos dados de desemprego de cada pesquisa. Pelo **Gráfico 1** (em anexo), podemos observar que as taxas de desemprego da PED e da PME são muito

diferentes, mas seus comportamentos são semelhantes como mostra a evidente correlação entre elas¹¹⁵.

Uma análise mais apurada pode revelar algumas curiosidades.

A partir da análise descritiva, apresentada na **Tabela 2** (em anexo), podemos verificar que, as taxas de desemprego da PED são em média : taxa desemprego aberto (8,2%), taxa de desemprego oculto (4,30%) e taxa de desemprego total (12,5%) e as taxa de desemprego da PME são em média : desemprego de 7 dias (5,5%) e de 30 dias (5,8%). Portanto as taxa de desemprego da PED são em média superiores às taxas de desemprego da PME.

A diferença em média da taxa de desemprego total da PED em relação a taxa de desemprego de 7 dias da PME é de, aproximadamente, 6,7 pontos percentuais. E em relação à taxa de desemprego aberto da PED e a taxa de desemprego de 7 dias do IBGE a diferença em é em torno de 2,4 pontos percentuais, subindo para 2,6 pontos percentuais quando relacionamos a mesma taxa de desemprego da PED como a taxa de desemprego da PME de 30 dias.

A diferença entre os valores obtidos com a taxa de desemprego aberto de 30 dias deve-se à diferença do conceito de busca de trabalho. A PED exige que a pessoa sem trabalho na semana de referência tenha tomado alguma providência para buscar trabalho nos últimos 30 dias, enquanto o IBGE exige adicionalmente não tenha interrompido a busca de trabalho ao longo dos 30 dias, ou seja, não tenha passado duas semanas consecutivas sem tomar providência concreta na busca de trabalho. Vale dizer , a PME na verdade para considerar uma pessoa que não tem trabalho na semana de referência como desempregada exige que ela tenha tomado providência concreta na busca de emprego pelo menos uma das duas últimas semanas anteriores à pesquisa.

Podemos ver no **Gráfico 2** (em anexo), que todas as taxas de desemprego, tanto do DIEESE-SEADE quanto do IBGE estão aumentando. Além disso, se verifica também um aumento na diferença entre as taxas de desemprego do DIEESE-SEADE e do IBGE (veja o **Gráfico 3** em anexo).

¹¹⁵ A correlação de Pearson entre as taxas de desemprego aberto de ambas pesquisas foi de 0,87.

Finalmente podemos dizer que, a PME tem-se orientado estritamente pelas recomendações da OIT e vem recebendo, por isso, muitas críticas, seja por inadequação do modelo, seja por que o indicador de desemprego aberto não contemple outros tipos de desemprego. Já por sua vez a PED tem procurado desenvolver um conjunto de indicadores que possa captar as especificidades e as atuais transformações do mercado de trabalho brasileiro e medir situações de não trabalho que não são captadas por metodologias tradicionais, que são fundamentadas no princípio de precedência do emprego e no critério quantitativo de jornada mínima de uma hora.

2.6 CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AO CAPÍTULO II

É importante chamarmos atenção para algumas curiosidades com relação as pesquisas domiciliares oficiais aqui apresentadas. Aparentemente as 4 pesquisas são bastante semelhantes, como podemos ver nos Quadros no final do presente capítulo..

Entretanto, as pesquisas americana e mexicana tem um importante ponto em comum, qual seja, a tentativa de ampliar o número de indicadores de desemprego e da condição de atividade, mesmo quebrando alguns princípios básicos do modelo força de trabalho, como por exemplo, a precedência do emprego. O que não ocorre nas pesquisas da França e do Brasil. Nestas últimas, o que nos chamam a atenção é exatamente o contrário, a persistência em manter-se fiéis aos conceitos e métodos convencionais. Adotando portanto sem nenhuma restrição ou adaptação todas as recomendações da OIT.

Logo seguir apresentamos os Quadros que sintetizam algumas características e alguns procedimentos das pesquisas americana, mexicana, francesa e brasileira.

QUADRO 24
Características das pesquisas domiciliares oficiais

Países/ Características	EUA	México	França	Brasil
Nome da pesquisa	Current Population Survey	Encuesta Nacional de Empleo Urbano	Enquête sur l'emploi	Pesquisa Mensal de emprego
Data de início	1940	1972	1956	1980
cobertura	País	12 áreas metropolitanas e 4 cidades na fronteira com EUA	França metropolitana	6 regiões metropolitanas
Periodicidade	Mensal	trimestral	anual	Mensal
Pop. Pesquisada	Pop. Civil não institucional	Pop. não institucional	Pop. não institucional	Pop. total
Idade mínima pop. ativa	16 anos	12 anos	15 anos	15 anos
Período de referência				
Empregado	Semana (domingo a sábado) que inclui o dia 12	Semana anterior à entrevista	Semana (segunda a domingo) anterior à entrevista	Semana (domingo a sábado) anterior à entrevista
Procurando trabalho	4 semanas anteriores à entrevista	1 mês anterior à entrevista	O mês anterior à entrevista	a semana anterior à entrevista
Disponibilidade para o trabalho	semana de referência	na semana	15 dias posteriores à entrevista	imediate

Fonte: Elaboração própria a partir de Hoffmann e Brandão (1996)

QUADRO 25

Procedimentos para a classificação da condição de atividade

Países/ procedimentos	EUA	México	França	Brasil
Jornada de trabalho				
Emprego	Mínimo 1 hora na semana	Mínimo 1 hora na semana	Mínimo 1 hora na semana	Mínimo 1 hora na semana
Trabalho familiar não remunerado	mínimo de 15 horas na semana	Mínimo 1 hora na semana	Mínimo 1 hora na semana	mínimo de 15 horas na semana
Forças armadas	Fora da força de trabalho	Empregado	empregado	empregado
Trabalhador layoff	Desempregado	Empregado se forem retornar em 1 mês	empregado	Empregado, se mantiver o vínculo empregatício,
Pessoa sem trabalho e sem procura	Inativo, sendo identificado como desencorajado se deseja um trabalho	Inativo, se não espera voltar para o seu trabalho	desempregado se registrado no seguro,	inativo
Participante de programas de emprego e treinamento	empregado	n.d	empregado	n.d
Pessoas c/ trabalho a iniciar após período de referência	desempregado	Empregado, se o trabalho for iniciado em 1 mês, mesmo que seja um trabalhador familiar não remunerado, após este período é considerado desempregado	Desempregado, após uma semana da realização da pesquisa	n.d
Desemprego	Aberto e indicadores alternativos	Aberto e indicadores alternativos	Somente o aberto	Somente o aberto
subemprego	n.d	Jornada ou renda inferior a normal ou subutilização da qualificação	Jornada ou renda inferior a normal ou subutilização da qualificação	n.d

Fonte: Elaboração própria a partir de Hoffmann e Brandão (1996)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas

Após a discussão teórica e histórica sobre a categoria desemprego e a apresentação de algumas práticas nacionais no que diz respeito a mensuração do desemprego, agora nos resta refletir sobre as possíveis mudanças no modelo de força de trabalho, que poderão ter impacto sobre o conceito de desemprego e, conseqüentemente, sobre o cálculo do desemprego.

Logo, tentaremos expor brevemente duas linhas de encaminhamento; a primeira, fundamenta-se nas concepções de força de trabalho da OIT e a segunda, fundamenta-se em concepções alternativas.

Como vimos no primeiro capítulo, no período compreendido entre o pós guerra e o final dos anos 70 prevaleceu o modelo de representação da força de trabalho tricotômico (o qual divide a população de um país em empregados, desempregados e inativos) como método de medida de oferta de trabalho e do grau de subutilização da mão-de-obra. Embora, fosse por várias vezes reconhecido, durante esse período, como um método de classificação e aferição limitado para expressar a realidade dos mercados de trabalho, este foi e ainda continua sendo, o método mais aceito entre todos os países do mundo que realizam pesquisas sobre emprego e desemprego.

Vale lembrar que as recomendações atualmente vigentes foram elaboradas na 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho realizada em 1982 e que **o trabalho então desenvolvido consolidou o aparato básico montado em 1954 preservando a estrutura classificatória da força de trabalho**, mas agregando a ele a recomendação relativa ao subemprego estabelecida em 1966, ainda que restringindo sua mensuração, por problemas operacionais, ao subemprego visível. (Hoffmann & Brandão 1996).

As recomendações elaboradas em 1982 preservaram os três aspectos básicos em torno dos quais foi construída a noção de força de trabalho : atividade, período de referência curto e precedência do emprego ainda que tenham permitido alguma flexibilidade com relação aos conceitos da força de trabalho; por exemplo, a adoção do conceito “usually active population” que permite a inclusão dos marginalmente atrelados

ao mercado de trabalho e flexibilizado os critérios do conceito de desemprego como o de procura e disponibilidade, não deram conta das mudanças no mercado de trabalho.

Na verdade, a flexibilidade permitida induz a uma ilusão quanto a grandes mudanças conceituais. A OIT sugere que, só em caso onde seja difícil a adoção irrestrita do modelo de força de trabalho, seja realizada uma certa flexibilidade nos conceitos para que a medida reflita a realidade daquele país. Para a maior parte dos países ela recomenda que as novas categorias sejam identificadas e classificadas separadamente como uma subcategoria da população não economicamente ativa.

Neste sentido, podemos dizer que as atuais recomendações da OIT, mesmo após longos anos de críticas e mesmo permitindo “relaxation”, tentam preservar o arcabouço do modelo de força de trabalho, por que não altera os princípios básicos atividade econômica e precedência do emprego. Então, na perspectiva da OIT pode-se manter o arcabouço sem prejuízo para o cálculo do desemprego.

Entretanto, as críticas a este modelo continuam apesar de grande parte dos países ainda seguí-lo. Existem algumas experiências que divergem um pouco das concepções da OIT. Chegando ao ponto de alterar alguns conceitos e procedimentos desse modelo. Em geral estas alternativas de classificação tem buscado superar limitações do modelo da força de trabalho, em alguns casos redimensionando as categorias existentes e, em outros, introduzindo algumas novas categorias.

A nosso ver as experiências que ferem o princípio de precedência do emprego geram conseqüentemente um novo conceito de desemprego. Este não seria mais definido como a total ausência de emprego, combinada com uma procura ativa e disponibilidade imediata. Este novo conceito de desemprego e, portanto, de aferição da condição de atividade se aproximaria das concepções do DIEESE-SEADE, do INEGI e do BLS que rompem com o princípio de precedência do emprego.

No México INEGI, a taxa geral de pressão (R5), além de classificar como desempregados as pessoas consideradas desempregadas segundo o modelo tradicional (desemprego aberto), também classifica todas as pessoas que são empregadas, mas que por algum motivo estão procurando um novo trabalho nos últimos 2 meses.

Nos EUA o BLS, através da U5, classifica além dos desempregados normalmente reconhecidos pelo desemprego aberto ou convencional, todas as pessoas que querem e estão disponíveis para trabalhar e procuram trabalho, independentemente da razão de não tê-lo feito na semana de referência como desempregados. Ou seja, esta taxa representa o total potencial de ofertantes de trabalho.

No Brasil o DIEESE-SEADE, além de romper com o princípio de precedência de emprego, tenta também romper com a exclusividade do critério de jornada mínima de uma hora de trabalho como critério de definição do emprego, criando critérios qualitativos para identificar a qualidade do emprego. Neste sentido, o DIEESE-SEADE classifica como desempregados, além dos desempregados convencionais, as pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, trabalhos precários - seja trabalho remunerado irregular ou trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes - e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores a entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (conhecidos como desempregados oculto por trabalho precário) e todas as pessoas sem trabalho e com necessidade de trabalhar, porém sem procura efetiva por desestímulo do mercado ou por circunstância fortuitas, mas que apresentaram procura efetiva por trabalho, de pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses (conhecidos como desempregados desalentados).

Neste sentido, podemos dizer que existem duas linhas básicas de encaminhamento para o aperfeiçoamento das pesquisas sobre o estado do mercado de trabalho em função do ritmo da atividade econômica e acentuadas modificações na estrutura da economia.

Na primeira, se mantém as categorias básicas de inatividade, emprego e desemprego e se destaca casos intermediários, difíceis de classificar na partição convencional, bem como, as trajetórias das pessoas entre as distintas situações. Este parece ser o encaminhamento mais promissor em termos analíticos, porque a preservação da estrutura metodológica básica não permitirá, por um lado, a quebra das séries históricas e, por outro lado, a flexibilidade decorrente das mudanças metodológicas permitirá uma análise mais rica através de identificações de fenômenos

conjunturais e marginais. Contudo, este encaminhamento exigirá um maior esforço de pesquisa o que, conseqüentemente, exigirá maiores somas de recursos para a realização da mesma.

Na segunda, a ruptura com a partição tradicional, levará a uma redefinição das categorias, de modo, a retratar outros tipos de desemprego cada vez mais freqüentes, além do tradicional desemprego aberto. Este encaminhamento, ao contrário do primeiro, rompe com dois princípios básicos da OIT : a precedência do emprego e a jornada mínima de uma hora para o trabalho. Isto aumenta a flexibilidade de classificação e diminuir o grau de objetividade.

A vantagem dessa linha de abordagem é o custo relativamente baixo de modificação da pesquisa e a investigação de novos fenômenos no mercado de trabalho. Entretanto, esta abordagem apresenta dificuldades metodológicas quanto a garantia do grau de objetividade. Isto acontece ao valorizar mais os critérios qualitativos das situações de emprego e desemprego o que poderá levar-nos a classificar determinadas situações em desemprego de forma arbitrária.

Contudo, devemos sempre tomar como parâmetro a realidade e especificidades de cada países, por que as pesquisas e as categorias que rompem com estes princípios tendem a captar situações que hoje são bastante relevantes, como por exemplo, o desemprego oculto por trabalho precário no Brasil. Devemos sim perseguir a comparabilidade internacional, mas não as custas de uma homogeneização ou padronização sem sentido, pois todos nós sabemos que há espaços para a produção de indicadores os mais diversos possíveis sem prejuízos metodológicos.

Senão vejamos, a discussão feita no capítulo I reflete a necessidade de indicadores alternativos e as pesquisas apresentadas no capítulo II refletem a possibilidade da produção de uma nova metodologia alternativa, haja visto que, rompem com o princípio de precedência do emprego e com o critério de jornada mínima de uma hora que é a base do modelo força de trabalho. E mais, há uma tentativa de criar novos conceitos e medidas adequadas às realidades desses países, não só flexibilizando critérios, mas inovando com relação a conceitos tradicionais.

Talvez uma das reflexões mais propositivas e coerentes seja de Malinvaud (1989), que tem bem claro as causas e efeitos das transformações ocorridas nas

últimas décadas nos mercados de trabalho, tanto de países desenvolvidos, que vem sofrendo recentemente com a precarização do trabalho e o surgimento de situações atípicas de trabalho, quanto de países em desenvolvimento, que a bastante tempo têm grandes dificuldades em aplicar as recomendações da OIT no que se refere ao cálculo do desemprego.

Para ele é inegável que as categorias emprego e desemprego são e sempre foram heterogêneas, mas o que ocorreu nas últimas décadas foi que esta heterogeneidade ampliou-se de tal maneira que situações anteriormente consideradas marginais tornaram-se preocupantes, exigindo que fossem analisadas. Mas então nos perguntamos o que fazer?

Malinvaud em : “*Informe Malinvaud sobre las estadísticas del empleo y del paro*” faz uma série de propostas. Inicialmente ele aponta 4 princípios de ação : i) tomar como referência as normas internacionais, ii) intervir na OIT para que as normas internacionais sejam precisadas, iii) aprofundar o conhecimento sobre as recentes transformações no mercado de trabalho e iv) diversificar as informações transmitidas ao público em geral. Em seguida ele enuncia um conjunto de medidas a serem tomadas ao longo dos anos. Malinvaud divide o conjunto de medidas em dois grandes blocos, de um lado, as medidas operacionais e, de outro lado, medidas de concepção metodológica.

Para Malinvaud estes princípios e medidas não irão revolucionar as práticas atuais de mensuração da condição de atividade, mesmo porque para ele, é graças estas práticas que, de uma maneira ou outra, fizemos diversas análises do emprego e do desemprego nos últimos decênios. E mais, são as mesmas que tratam de assegurar o progresso no conhecimento sobre um fenômeno complexo.

Os princípios de ação e o conjunto de medidas têm por objetivo garantir a estabilidade da concepção e dos conceitos, indispensáveis para a quantificações da variáveis e para as comparações internacionais, melhorando simultaneamente a qualidade e a difusão das informações estatísticas.

Agora vejamos um rápido resumo desses 4 princípios e das medidas complementares:

- i) *tomar como referência as normas internacionais* : as recomendações são referências sólidas e coerentes para a aferição do desemprego e avaliação da condição de atividade, por que são provenientes dos encontros internacionais de especialistas do mercado de trabalho. E neste sentido, apoiar-se nestas garantiria a clareza dos conceitos e a confiabilidade das comparações internacionais.
- ii) *Intervir na OIT para que as normas internacionais sejam precisadas*: apesar das recomendações da OIT proporcionarem normas sólidas e coerentes, elas não são perfeitas e necessitam de constantes mudanças para captar as rápidas transformações do mercado de trabalho, sem no entanto alterar sua filosofia. Uma das principais preocupações que se deve ter é em precisar as normas internacionais para eliminar as ambigüidades. Fundamentalmente devemos procurar precisar os conceitos de subemprego e outros. Também definir os casos ambíguos como por exemplo, os casos nos quais as pessoas não estejam trabalhando mas ainda mantêm vínculo formal com seu emprego.
- iii) *Aprofundar o conhecimento sobre as recentes transformações no mercado de trabalho*: ainda que o instrumento de pesquisa seja relativamente capaz de mensurar uma ampla gama de fenômenos do mercado de trabalho, é necessário que se aprofunde o conhecimento sobre a criação e a destruição de emprego, e a condição das pessoas que passaram por um período de desemprego. E principalmente melhorar o instrumento de pesquisa, de modo que, se investigue o maior número de fenômenos do mercado de trabalho com maior precisão.
- iv) *Diversificar as informações transmitidas ao público em geral*: freqüentemente as informações sobre o mercado do trabalho são implicitamente concebidas para serem resumidas em um único e sintético indicador (a taxa de desemprego). Se tal concepção prevalecer continuaremos a conviver com as controvérsias e a desconfianças em torno da aferição do desemprego. Hoje em dia as situações intermediárias entre emprego e desemprego colocam em “cheque” a taxa de

desemprego convencional, pois podemos ter uma baixa taxa de desemprego e uma enorme população que realiza “bicos” no setor informal da economia e desejam e procuram emprego estável, que é o que ocorre principalmente em países em desenvolvimento. Ou seja, existem pessoas que estão no mercado de trabalho, mas não tem emprego no sentido usual (com carteira de trabalho e todos os direitos que um emprego estável proporciona) e que tampouco se encontram em uma situação de desemprego estrito (com ausência total de emprego). E neste sentido, é necessário que se amplie as informações do mercado de trabalho e, também é necessário que o público seja esclarecido das diversas definições (por exemplo da diferença entre demandantes de emprego e desempregados). E finalmente, é necessário esclarecer ao público das limitações das estatísticas de trabalho disponíveis para que não estas sejam melhor avaliadas.

Portanto, ele não vê nenhum problema em se produzir uma variedade de indicadores, seja em relação aos custos de produção das pesquisas, seja em relação aos aspectos metodológicos e conceituais. Em relação aos custos ele afirma que a evolução dos métodos de estatísticos de seleção e coleta de dados, ao contrário que dizem alguns estudiosos, tem diminuído em muito os custos. Já em relação aos aspectos metodológicos e conceituais, ele afirma que chegou a hora de dar um basta nas brigas, que no fundo refletem posições políticas divergentes, para efetivamente produzirmos dados relevantes para a sociedade e para os pesquisadores. Segundo o mesmo autor é possível construir indicadores alternativos aos conceito emprego e desemprego aberto, sem valorizar ou desvalorizar um ou o outro indicador.

Uma das principais medidas no campo operacional apontadas por Malinvaud é consolidar os balanços anuais. Para ele, estes permitirão um maior esclarecimento sobre as condições do mercado de trabalho, além de proporcionar estudos cada vez mais detalhado de múltiplas situações do mercado de trabalho e a intensidade e a amplitude dos fluxos entre as mesmas, valorizando também as situações intermediárias e as

análises longitudinais, que hoje podem ser realizadas através de programas computacionais.

A complexidade dos fenômenos no mercado de trabalho expõe, de um lado, a fragilidade das medidas estatísticas, por que estas não são e jamais poderão ser perfeitas e, de outro lado, cada uma delas está especialmente indicada para descrever determinados aspectos dos fenômenos observados e, que portanto, cada medida isoladamente tem e terá pouco sentido para o entendimento da evolução e das transformações do mercado de trabalho, logo, é necessário compreender que elas se complementam e se controlam mutuamente.

A solução então é a confecção de um quadro contendo vários dados sobre o mercado de trabalho. Ou seja, para ele podemos ter um quadro de dados contendo, tanto uma série de desemprego aberto, como outras séries de desemprego definidos de formas distintas, bem como, dados de outros fenômenos do mercado de trabalho. Ainda que em alguns casos possamos correr riscos de não satisfazer completamente os critérios da OIT. Para que isto ocorra, é necessário modificações nos questionários para que possamos contemplar as diversas situações do mercado de trabalho. Fundamentalmente é preciso incluir e cruzar algumas perguntas que revelarão estas novas situações e as transições entre as categorias e subcategorias.

Para finalizarmos, as pesquisas domiciliares dos países aqui estudados têm mostrado que é possível construir novos e alternativos indicadores da condição de atividade tomando fundamentalmente como parâmetro a realidade de cada país, sem que isto prejudique a comparabilidade internacional e a produção de estatísticas baseadas nas recomendações da OIT. Muito pelo contrário, as experiências como as apresentadas aqui poderão ajudar neste momento tão delicado da aferição do desemprego.

BIBLIOGRAFIA

Sobre a noção do desemprego

- BEAN, R. (1989).** International labor statistics – a handbook guide and recente trends. London, Routledge.
- BESSON, J.L. & COMTE, M. (1989).** "Trois âges de la notion de chômage". L'Observé Statistique: sens et limites de la connaissance dans les pays développés et en développement. Presses Universitaires de Lyon.
- BESSON, J.L. & COMTE, M. (1994).** "La notion de chômage en Europe: une étude méthodologique". Revista économie politique vol 104 num 4 juillet- août
- BESSON, Jean-Louis. (org) (1995).** A Ilusão das Estatísticas. Trad. Emir Sader. Ed UNESP. São Paulo.
- BEVERIDGE, W. H. (1909).** Unemployment: a problem of industry. London: Logmans, Green and Co.
- BIALOSTOZKY, C. J. (1971)** "Concepts y definiciones en relacion com el empleo, el desempleo y el subempleo." In Demografia e Economia vol. 5 n° 3 pp 263- 286
- CALAN, Pierre. (1985).** Inacceptable Chômage. Bordas, Paris
- CATTANI, A. D. (1996).** Trabalho e Autonomia. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro
- COMTE M. (1995).** "Três Milhões de desempregados" In : A Ilusão das Estatísticas. Besson, J. L(org.). Tradução Emir Sader. São Paulo. Ed UNESP 1995
- CASTEL, Robert (1998).** As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti – Petrópolis , RJ. Vozes
- DEMAZIÈRE, Didier. (1995).** La Sociologie du Chômage. La decouverte Collection Repères. Paris.
- DOSS, R. G., DUPRÉ, M. T. & MEHREAN, F. (1998).** "Los Porgramas de promocion del empleo y la medición estatística del desempleo". Revista Internacional del Trabajo. Genebra. V. 107, n. 2 p. 191-210, mar-abr.
- DRAIBE, S.M. & AURELIANO, L. (1989).** "A Especificidade do 'Welfare State' brasileiro". Mimeo.
- DUPRÉ, M. T., HUSSMANN, R. & MEHRAN, F. (1997).** "The concept and boundary of economic activity for the measurement of the economically active population". Bulletin of labor statistics, Genebra. V. 3 p.9-18.
- FALEIROS, V. de PAULA (1991).** A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social. 6 ed. São Paulo. Cortez
- FREYSSINET, Jacques (1991).** Le chômage. La decouverte Collection Repères. Paris.
- HOBSON, J. A ((1992)** The Problem The Unemployed. Routledge/thoemmes press. Britain
- HOFFMANN, M. P. & BRANDÃO, S. M. C. (1996).** Medição do Emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. Campinas: UNICAMP-IE-CESIT, Cadernos do CESIT nº 22, 1996.
- HOLCMAN, Robert. (1997).** Le chômage: mécanismes économiques, conséquences sociales e humaines. Les Études de la Documentation Française.

- MALINVAUD, E. (1989).** Informe Malinvaud sobre las estadísticas del empleo e del paro. Ministerio de trabajo y seguridad social. Espanha 1989
- MARCHAND, O. (1990).** “L’evolution de L’emploi dans Les Pays Industrialisés”, Futuribles, Sep.
- MARGARET, M & REYNAUD, E. (1993).** Sociologie de L’emploi. La decouverte Collection Repères. Paris.
- MARSHALL, T. H. (1967).** Política Social. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro. Zahar editores.
- MEDINA, Ronaldo Lázaro (1986).** “Desemprego e Força de Trabalho : uma avaliação metodológica dos conceitos utilizados no Brasil”. Mercado de Trabalho no Brasil : aspectos teóricos e evidências empíricas. Org José Paulo Chahad e outros. São Paulo. IPE USP
- MOULY, J. (1972)** “Algunas observaciones sobre los conceptos de mepleo, subempleo y desempleo”. Revista Internacional do Trabalho. feb.
- MOULY, J. (1977)** “Habrà que forjar un nuevo concepto de empleo?” Revista Internacional do Trabalho, vol 96 núm 1 jul-ago
- OFFE, Claus (1989).** Capitalismo Desorganizado : transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução Wanda C. Brant. São Paulo. Editora Brasiliense
- OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. (1989).** “Teoria do Estado e Política Social : tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos de inovadores da política social” . In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Ed. Tempo Brasileiro.
- OIT (1982).** “Internacional recommendations on labor statistics”. Genebra. 1982
- OIT (1989).** A Handbook guide, and recent trends. Edited by R. Bean. Genebra. 1989
- OIT(1992).**”Surveys of economically active population, employment, unempoyment and underemployment : na ILO manual on concepts and methods”. Edited by Ralf Hussmanns, Farhad Mehran and Vijay Verma. Genebra 1992
- OIT (1998).** “Internacional recommendations on labor statistics”. Genebra. 1998
- POLANYI, karl (1980).** A Grande Transformação: as origens da nossa época. Tradução Fanny Wrobel. Rio de janeiro. 3º ed. Editora Campos.
- RAMOS, J. & KRITZ, E. (1976)** “Médición del empleo urbano : informe sobre tres encuestas experimentales” Revista Internacional, vol 93, núm 1 enero-febrero
- RODGERS, Gerry & Janine (1990).** Les emplois precaires dans la regulation du marche du travail : la croissance du travail atypique en Europe de l’ouest. Institut International d’études sociales, Genève. Université Libre de Bruxelles.
- SALAI, R (1985)** “La formation du chômage moderne dans le années trente”. Revue Economique vol 36 n° 2 março
- SALAI, R.; BAVAREZ, N. & REYNAUD, B . (1986).** L’invention du chômage, PUF, Paris, 1986.
- SALAI, Robert, BAVEREZ, N & REYNAUD, B. (1990).** La Invención del Paro en Francia: historia y transformaciones desde 1890 hasta 1980. Informes. Ministerio de Trabajo y seguridad social

SWEPSTON, L. (1994) “The future of ILO standards”. Monthly labor Review. Washington, D. C., v 117 , n 9. p- 16-23, sep.

SWINNERTON, K. A . & SCHOEPFLE, G. K. (1994). “Labor standards in the context of a global economy”. Monthly labor Review. Washington, D. C., v 117 , n 9. 52-8, sep.

TOKMAN, V. E. (1984). “The employment crisis in America latina”. Internacional Labor Review. Genebra, v 103, n. 5, sep-oct. 1984.

TOPALOV, C. (1994) Naissance du Chômeur 1880-1910. Albin Michel. Paris

VOISIN, M. J. (1983). “Les difficultés d’insertion des chômeurs”. Économie et Statistique, mai

Sobre as pesquisas domiciliares

México

INEGI (1980) “La Encuesta Nacional de Empleo Urbano”. Mimeo

INEGI (2000). “Banco de Informação Econômica”. Mimeo

INEGI (2000). Manual metodológico da “Encuesta Nacional de Empleo” (ENE 1999).

SORRETINO, C & FLECK, S. (1994) “Employment and uneployment in Mexico’s labor force”. Montly labor Review. Washington. D.C. v 17, n. 11, p. 3-31, nov.

EUA

BARTHOLOMEW, D. et al. (1995). “The measurement of unemployment”. In the UK. Journal of Royl sattistical Society, London., n 158 parte 3, p. 363-417.

BLS.(1994 a) “Labor force statistics from the current population survey”. Washington. D.C. Mimeo.

BLS.(1994b) “Comparison of old e revised current population survey questionnaires”. Washington. D.C. Mimeo.

BREGGER, J. E. & HAUGEN, S.E. (1995) “BLS introduces new range of alternative uneployment measure”. Monthly labor Review. Washington, DC, v. 118, n. 10, p. 19-26.

BUSS, T. & REDBURN, E. (1983) “Mass uneployment: plant closings and community”. Metal Heath. Beverly Hills, Sage.

COHANY, S. R., POLIVKA, A. E. & ROTHGEB, J. M. (1994). “Revisions in the current population survey effective january 1994”. Employment and Earnigs. Washington. D.C. p 13-17.

MALINVAUD, E. (1988) “The Challenge of Higth Uneployment”. American Economic Review, mai

NORWOOD, J. L. (1988) “The measurement of uneployment”. The American Economic Review. Nashville.V 78, n. 2

SEGHIN, A (1995) “Les taux d’ occupation en Europe – Le choix des indicateus pertinents”. Futuribles. Paris. May.

SHISKIN, J. & STEIN R. L. (1975) “Unemployment and underemployment of the US”. Monthly Labor Review. Washington, D. C oct.

SHISKIN, J. (1976). “Employment and uneployment: the doughnut or the hole ?” Monthly labor Review. Washington, fev.

SORRETINO, C & FLECK, S. (1994) “Employment and uneployment in Mexico’s labor force”. Montly labor Review. Washington. D.C. v 17, n. 11, p. 3-31, nov.

SORRETINO, C. (1993) “Internacional comparision of uneployment indicators”. Monthly labor Review. Washington, D. C., v 116 , n. 3 p- 3-24, ago.

SORRETINO, C. (1995). “Internacional uneployment indicators, 1983-93”. Monthly labor Review. Washington, D. C., v 118 , n 8. p- 31-50, ago.

França

BALAZS, G. (1983). “Les facteurs et les formes de l’expérience du chômage”. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nov.

CERC-ASSOCIATION (1997). Chiffrer le chomage des enjeux societe. Paris

CORNILLEAU, G., MARIONI, P. & ROGUET, B (1990) “La gestion social du chômage : un bilan”. Futuribles. Septembre

GRAIS, BERBNARD (1975). “Méthodes et souces utilisées pour la mesure du chômage”. Economie et Statistique n° 65 mars.

INSEE (2000) Enquête Sur L’emploi, INSEE Résultats

LAULHÉ, PIERRE (1981). “Population active et chômage en mars 1981”. INSEE Résultats oct.

MALINVAUD, E. (1986a). “Emploi et chômage : l’eclement”. Économie et Statistique, n spécial nov. – déc. 1986.

MALINVAUD, E. (1986b) “Les causes de la montée du chômage en France”. Problèmes économiques, n1989 10 sep.

MALINVAUD, E. (1989). Informe Malinvaud sobre las estadísticas del empleo e paro. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. España

MALINVAUD, E.(1986c) “Sur les statistiques de l’emploi et du chômage”. La documentetion française, Paris, juillet.

SAGLIETTI, C. (1983). “Chômage et Chômages ; Les 14 mois suivant la perte d’emploi”. Économie et Statistique, mai.

SALAI, R. & EYMARD-DUVERNAY, F. (1975) “ Une analyse des liens entre emploi et le chômage”. Économie et Statistique, juillet-août.

SALAI, R. (1974). “La mesure du chômage dans l’ equête emploi”. Economie et statistique n° 54 de mars.

SALAS, R. (1980) “Le Chômage : un phénomène de file d’attente”. Économie et Statistique, juillet

VACHER, J. (1976) “Les sources statistiques sur l’emploi”. Economie et Statistiques n° 78 mai

Brasil

BARROS, R. P & MENDONÇA, R.S.P. (1997) “Uma análise comparativa entre as principais pesquisas domiciliares brasileiras sobre emprego e desemprego”. Rio Janeiro: IPEA/DIPES, out. 1997.(Série Seminários,16/97)

BARROS, R. P. et *alli.* (1996). “Em busca de um núcleo comum para as pesquisa domiciliares sobre emprego e desemprego no Brasil”. Rio de Janeiro. IPEA.

BOLETM DIEESE-SEADE. (1997). “A controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil”. Nº 201. Ano XVI. Dezembro de 1997.

BRANDÃO, S. (1997) “Medição do Desemprego em Mercados de Trabalho Heterogêneo: a experiência da pesquisa de emprego e desemprego”. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, out. 1997. (Série Seminários, 15/97)

DEDECCA, C. S. (1995). “Conceitos, Fontes Estatística e Indicadores sobre o Mercado de Trabalho”. 1995. Mimeo

DEDECCA, C. S. (1997) “Desemprego no Brasil: um fenômeno heterogêneo”. Boletim do CESIT. Campinas : UNICAMP-IE-CESIT, nº 1 julho de 1997, p. 03

DEDECCA, C. S. (1999). Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Coleção teses. UNICAMP

DIEESE (1984). Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - Conceitos, Metodologia e Principais Resultados 1981/84. São Paulo. Pesquisa DIEESE . Julho.

FOLHA DE SÃO PAULO (1996). “Por que as taxas são diferentes?”. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro de Domingo 4, de agosto de 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO (1998). “O colapso do Trabalho”. Jornal Folha de São Paulo. Encarte Especial de Sexta-feira 19, de maio de 1998.

GAZETA MERCANTIL (1998a). “Emprego na estatística, sem emprego na vida real”. Jornal gazeta Mercantil de segunda-feira 13, de abril de 1998.

GAZETA MERCANTIL (1998b). “O IBGE mudará a pesquisa de emprego”. Jornal gazeta Mercantil de Sexta-feira, 5 e final de semana 6 e 7, de junho de 1998.

GUERRA, V. S. (2000) “Estatísticas de ocupação, desocupação e subocupação”. IBGE . Mimeo

HOFFMANN, M. B. P. & CUTRIM, M. A B. (2000) “O Desemprego no Brasil; como medi-lo”. DIEESE-SEADE. Mimeo

HOFFMANN, M. P. & BRANDÃO, S. M. C. (1996) “Medição do Emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais”. Campinas: UNICAMP-IE-CESIT, Cadernos do CESIT nº 22, 1996.

IBGE (1983). Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, Série Relatórios Metodológicos, vol. 02, 1983

IBGE (2000). Revisão da pesquisa mensal de emprego PME. SP

MONTAGNER, P. (1996) “Estatística do Mundo do Trabalho”. In: O (Des)emprego no país do Real. São Paulo. Rev. do Partido dos Trabalhadores, abril de 1996, pp 79-82.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED (1988). “Comparação entre os principais conceitos utilizados nas pesquisas de emprego e desemprego realizados pela Fundação IBGE e pelo DIEESE/Fundação SEADE. .

POCHMANN, M (1999) “País tem 5% do desemprego mundial” Folha de São Paulo de 21 de fevereiro. Caderno Dinheiro.

REVISTA EXAME (1997). Exame Entrevista com Rifkin/ novembro 1997 (parte integrante da ed.649 da Exame)

TROYANO, A. A & alli. (1985a). “A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego”. Revista da Fundação SEADE em Perspectiva. São Paulo. V1, nº 1

TROYANO, A. A & alli. (1984a). “O emprego dimensões da crise”. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Associação Brasileira de estudos Populacionais -ABEP. Águas de São Pedro. SP. SEADE. São Paulo.

TROYANO, A. A & alli. (1985b). “Operacionalização dos conceitos”. Revista da Fundação SEADE em Perspectiva. São Paulo. v1, nº 2

TROYANO, A. A & alli. (1989). “Operacionalização dos conceitos”. 2ª versão reformulada. Separata, SEADE. São Paulo. Mimeo

TROYANO, A. A (1984b). “Como medir o desemprego em uma economia subdesenvolvida”. Trabalho apresentado na 36ª SBPC. São Paulo.

TROYANO, A. A (1985c). “Pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo. SEP.- Convênio SEADE/DIEESE. Trabalho apresentado no PREALC.

TROYANO, A. A (1990). “A trajetória de uma pesquisa : avanços e obstáculos”. Revista da Fundação SEADE em Perspectiva. São Paulo. v4, nº 3– 4

TROYANO, A. A (1992a). “Pesquisa de emprego e desemprego – metodologia, conceitos e aferição dos resultados”. Trabalho apresentado no Seminário Latino Americano Programa de Economia del Trabajo – PET.

TROYANO, A. A (1992b). “Pesquisa de emprego e desemprego – metodologia, conceitos e aferição dos resultados”. Revista da Fundação SEADE em Perspectiva. São Paulo. v, 6 nº 4.

URANI, A. (1996). “Qual é a taxa de desemprego hoje no brasil?”. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro de Quarta-feira 19, de junho de 1996.

Sites visitados

<http://dgcnesy.inegi.gob.mx>

www.insee.fr

www.inegi.gob.mx

www.stats.bls.gov

www.ibge.gov.br

www.seade.gov.br

www.dieese.org.br

ANEXOS

TABELA 1
TAXA DE DESEMPREGO TOTAL DA PED E PME REGIÕES METROPOLITANAS 1997

Meses	BH		CB		DF		PA		RE		RJ		S.A		SP	
	PED	PME	PED	PME	PED	PME	PED	PME	PE D	PM E	PED	PM E	PED	PM E	PED	PM E
Jan	11,8	4,9	12,1	(1)	15,7	(1)	12,2	5,2	(1)	4,5	(1)	3,6	20,4	6,6	13,9	6,0
Fev	12,2	3,8	13,5		16,3		12,8	5,7		6,0		3,4	19,9	7,1	14,2	6,9
Ma	13,3	5,0	14,4		18,0		13,5	6,3		5,4		3,9	20,9	7,7	15,0	7,2
Abr	13,5	4,9	15,1		18,2		14,1	5,8		4,7		3,7	21,2	7,0	15,9	7,1
Mai	13,8	5,8	14,8		18,2		14,1	6,0		6,5		3,8	21,9	8,3	16,0	6,9
Jun	13,8	6,0	14,6		17,7		14,2	6,1		7,3		3,7	22,0	7,6	16,0	7,1
Jul	13,6	5,6	14,5		17,9		14,2	4,8		6,7		3,8	21,9	8,1	15,7	7,1
Ag	13,8	5,6	14,7		18,0		14,2	6,1		7,1		3,6	22,0	9,2	15,9	6,6
Set	13,7	5,4	(2)		18,2		13,1	5,4		6,3		3,6	21,9	7,8	16,3	6,5
Out	13,5	5,1	(2)		18,5		12,6	5,1		5,6		4,0	21,8	7,6	16,5	6,7
Nov	13,0	4,4	(2)		(2)		12,3	5,1		5,6		3,8	(2)	8,1	16,6	6,1

Fontes : DIEESE/SEADE; FEE-FGTAS-SINE/RS; IPARDES-SETA-SINE/PR; CODEPLAN/GDF; CEI/FJP-SETASCAD/SINE/MG; SEI/SETRAS/UFBA; IBGE

Notas : (1) não existe a pesquisa na região (2) dados não disponíveis

TABELA 2
ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA PME E PED

	Taxa de desemprego PED			Taxa de desemprego PME		Taxa média de diferença entre a PED e PME		
	Total (1)	Aberto (2)	Oculto (3)	Aberto 7 dias (4)	Aberto 30 dias (5)	(1 - 4)	(2 - 4)	(2 - 5)
Média	12,50	8,19	4,30	5,53	5,85	6,97	2,66	2,36
St. Dev.	2,87	1,75	1,34	1,35	1,65			
St. Erro	0,22	0,13	0,10	0,10	0,11			
Mediana	13,00	8,46	4,51	5,74	6,08			
Max.	19,00	12,50	6,80	9,77	9,76			
Min.	6,70	4,40	1,70	1,75	2,18			
Variância	8,27	2,94	1,80	2,40	2,74			

Fonte : elaboração própria a partir dos dados da PME e PED

TABELA 3
CORRELAÇÕES ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO DA PED E PME

Taxas Desemprego	Desemprego Total (PED)	Desemprego aberto (PED)	Desemprego Oculto (PED)	Desemprego 7 dias (PME)	Desemprego 30 dias (PME)
Desemprego total (PED)	1,00	0,95	0,92	0,87	0,87
Desemprego aberto (PED)	0,95	1,00	0,76	0,87	0,86
Desemprego oculto (PED)	0,92	0,76	1,00	0,75	0,76
Desemprego 7 dias (PME)	0,87	0,87	0,75	1,00	0,99
Desemprego 30 dias (PME)	0,87	0,86	0,76	0,99	1,00

Fonte : elaboração própria a partir dos dados do IBGE e DIEESE-SEADE

TABELA 4
TAXA DE DESEMPREGO E DE SUBUTILIZAÇÃO NO MÉXICO 1987-98

	R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	R11
1987	3.9	6.0	5.1	6.1	7.4	7.9	6.6	23.3	30.8	30.5	13.5
1988	3.6	5.3	4.9	5.8	7.1	7.5	6.1	23.1	21.8	22.9	12.7
1989	3.0	4.4	4.1	4.8	5.8	6.8	5.3	21.0	18.3	20.1	11.0
1990	2.8	4.4	3.6	4.2	5.1	6.1	4.9	20.5	14.6	16.8	10.0
1991	2.6	4.2	3.5	4.0	4.8	6.1	4.8	20.8	11.7	14.3	9.9
1992	2.9	4.6	4.0	4.3	5.4	6.6	5.2	21.2	10.6	13.8	10.8
1993	3.6	5.6	4.9	5.5	6.8	7.9	6.3	23.2	12.3	14.0	13.2
1994	3.7	6.1	4.7	5.5	6.4	7.8	6.2	22.1	11.3	13.5	
1995	6.2	8.6	7.7	5.3	9.8	10.8	8.5	25.9	16.2	15.7	
1996	5.5	6.4	6.9	7.4	8.8	10.1	7.4	25.2	17.4	16.9	
1997	3.7	4.6	4.9	5.4	6.6	8.3	5.4	23.4	16.4	16.6	
1998	3.2	4.2	4.0	4.6	5.5	7.3	4.7	21.8	13.8	14.6	

Fonte: INEGI

TABELA 5
TAXAS ALTERNATIVAS DE DESEMPREGO (EUA –1983-93)

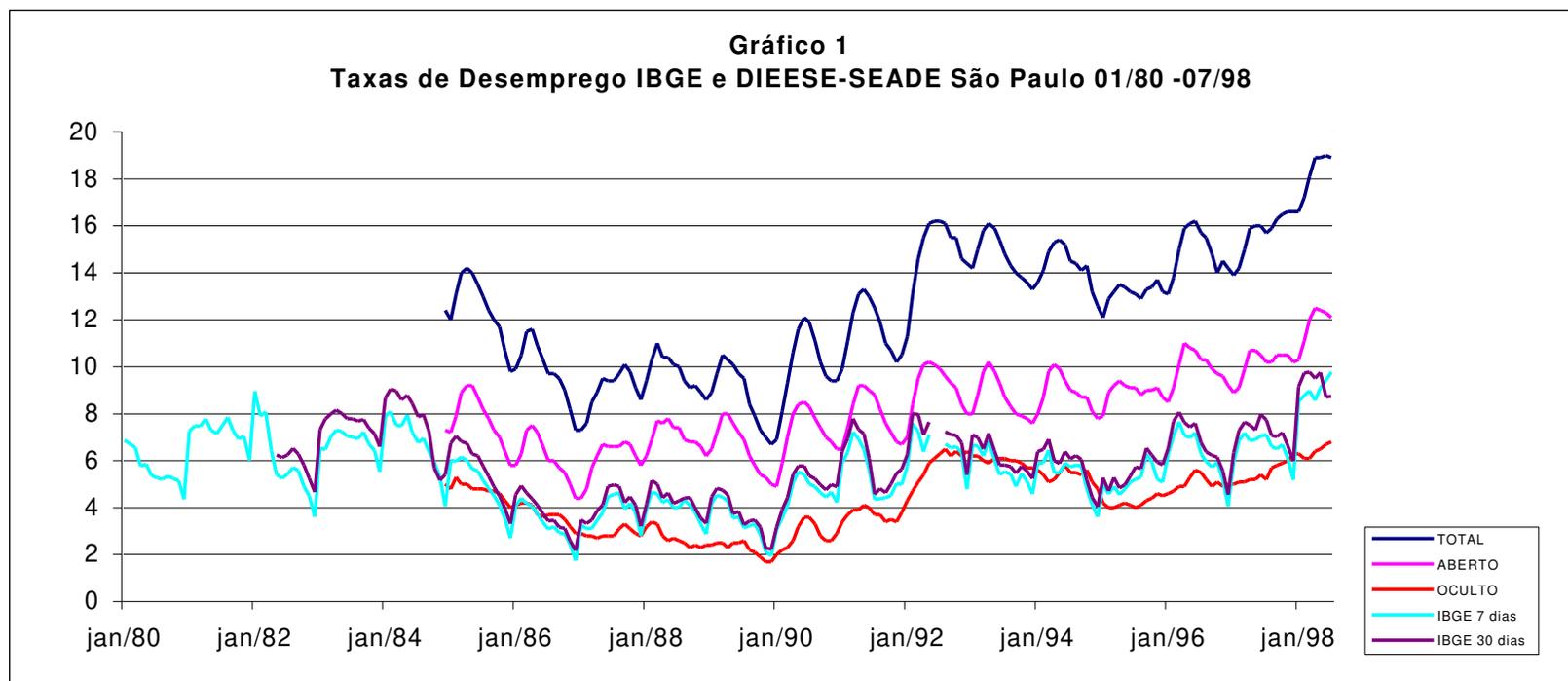
	U1	U2	U3	U4	U5	U6	U7
1983	4.0	5.6	7.5	9.5	9.6	12.6	13.9
1984	2.6	3.9	5.8	7.2	7.5	10.1	11.2
1985	2.2	3.6	5.6	6.8	7.2	9.6	10.6
1986	2.1	3.4	5.4	6.6	7.0	9.4	10.3
1987	1.8	3.0	4.8	5.8	6.2	8.5	9.3
1988	1.5	2.5	4.3	5.2	5.5	7.6	8.4
1989	1.2	2.4	4.0	4.9	5.3	7.2	7.9
1990	1.3	2.7	4.4	5.2	5.5	7.6	8.2
1991	2.0	3.7	5.4	6.5	6.7	9.2	10.0
1992	2.8	4.2	6.1	7.1	7.4	10.0	10.8
1993	2.5	3.7	5.6	6.5	6.8	9.3	10.2

Fonte: BLS

TABELA 6
DESEMPREGO NA FRANÇA 1970-1997

	Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	Taxa de desemprego (% da população)	Total de desempregados (em n° absolutos - 1000)
1970	1.7	0.7	368
1971	2.2	0.9	478
1972	2.4	1.0	516
1973	2.0	0.8	432
1974	2.3	1.0	509
1975	3.7	1.6	819
1976	4.5	1.9	1013
1977	4.8	2.1	1108
1978	4.9	2.1	1121
1979	5.8	2.5	1335
1980	6.2	2.7	1443
1981	7.1	3.1	1669
1982	7.8	3.4	1848
1983	8.1	3.5	1913
1984	9.5	4.1	2267
1985	10.3	4.4	2454
1986	10.3	4.4	2468
1987	10.8	4.6	2594
1988	10.2	4.4	2461
1989	9.7	4.1	2340
1990	9.3	4.0	2254
1991	9.1	3.9	2228
1992	10.1	4.4	2496
1993	-	4.8	2781
1994	12.5	5.4	3114
1995	11.7	5.0	2935
1996	12.4	5.3	3096
1997	-	5.4	3152

Fonte: OCDE



Fonte : DIEESE-SEADE e IBGE

Nota : Total - taxa de desemprego total do DIEESE-SEADE

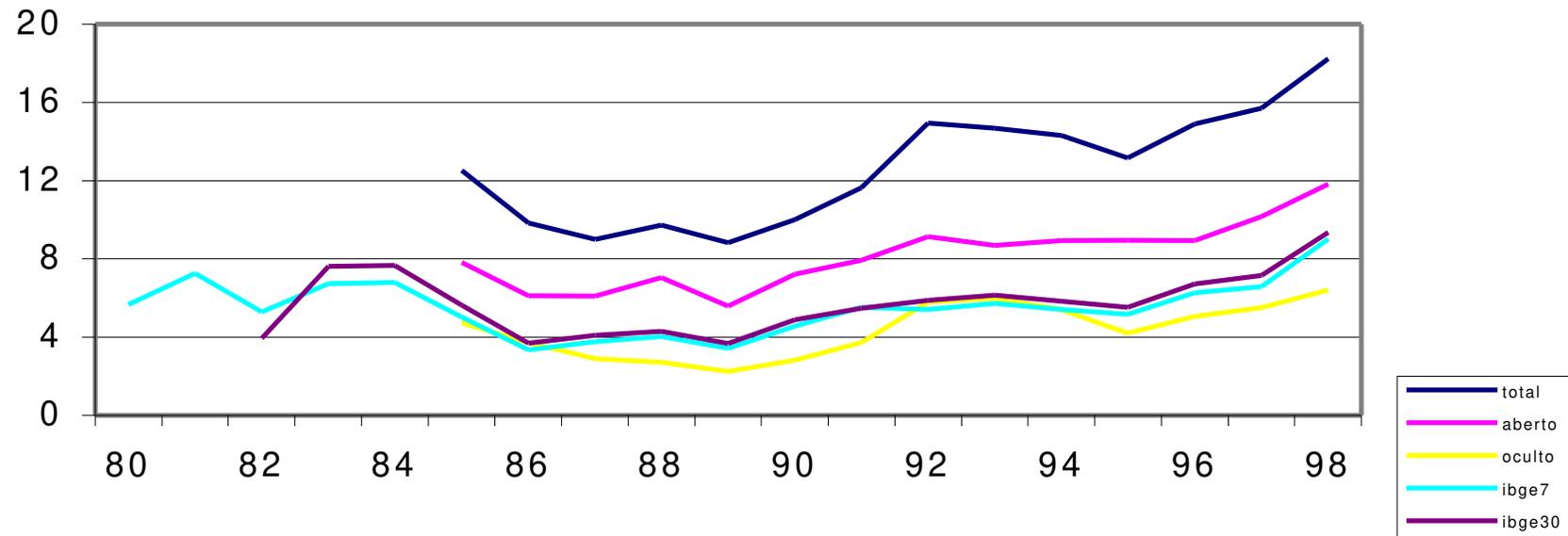
Aberto - taxa de desemprego aberto (30 dias) do DIEESE-SEADE

Oculto - taxa de desemprego oculto do DIEESE-SEADE

IBGE 7 dias - taxa de desemprego de 7 dias do IBGE

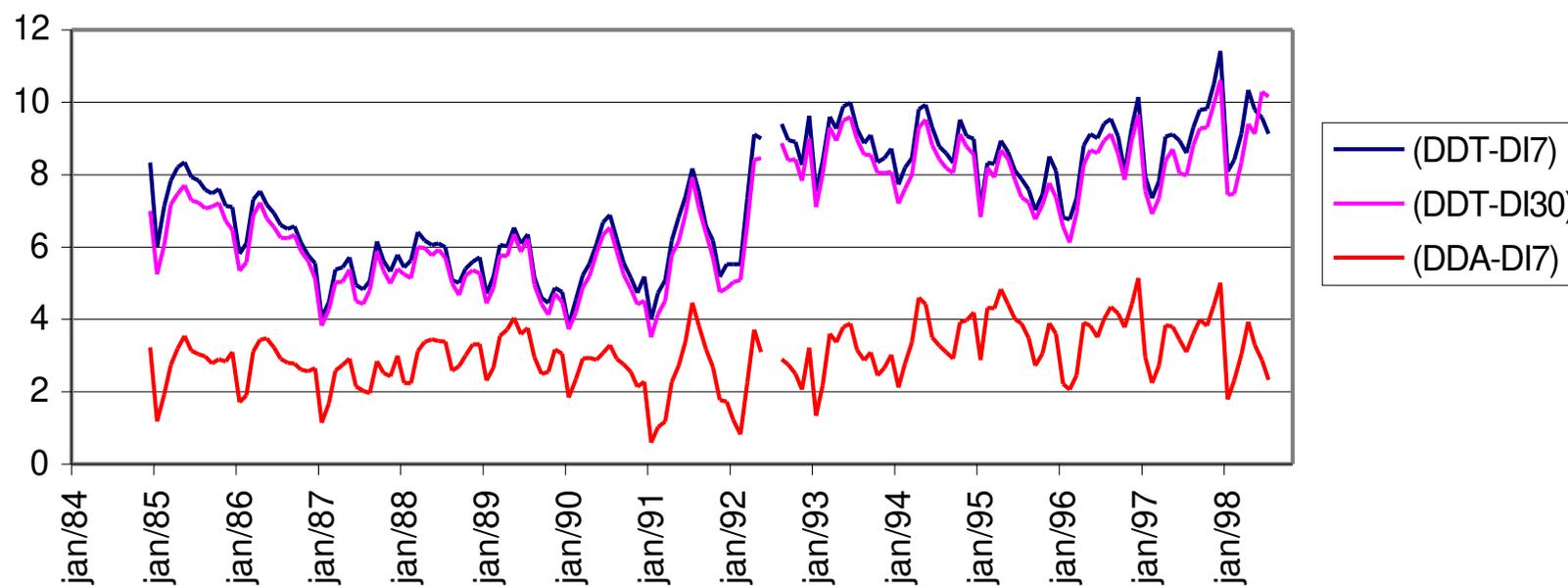
IBGE 30 dias - taxa de desemprego de 30 dias do IBGE

Gráfico 2
Taxas Médias de Desemprego DIEESE e IBGE
São Paulo 1980-98



Fonte : IBGE E DIEESE-SEADE
 Nota : total – Taxa de desemprego total do DIEESE-SEADE
 Aberto – taxa de desemprego aberto do DIEESE-SEADE
 Oculto – taxa de desemprego oculto DIEESE-SEADE
 Ibge 7 – taxa de desemprego de 7 dias do IBGE
 Ibge 30 – taxa de desemprego do IBGE

Gráfico 3
Diferenças entre as taxas de desemprego DIEESE-SEADE e IBGE São Paulo 1985-98



Fonte : DIEESE-SEADE e IBGE

Nota : DDT-DI7 - taxa de desemprego total do DIEESE-SEADE menos a taxa de desemprego do IBGE de 7 dias.

DDT- DI30 - taxa de desemprego total do DIEESE-SEADE menos a taxa de desemprego do IBGE de 30 dias

DDA- DI7 taxa de desemprego aberto do DIEESE-SEADE menos a taxa de desemprego do IBGE de 7 dias